

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANDRÉIA PIRES DA SILVA

**OS IMPACTOS DA LÓGICA CAPITALISTA NO TEMPO LIVRE DOS
PROFESSORES NA ATUALIDADE**

UBERLÂNDIA, MG
2024

ANDRÉIA PIRES DA SILVA

**OS IMPACTOS DA LÓGICA CAPITALISTA NO TEMPO LIVRE DOS
PROFESSORES NA ATUALIDADE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Trabalho,
Sociedade e Educação.

UBERLÂNDIA, MG
2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2024	Silva, Andréia Pires da, 1975- OS IMPACTOS DA LÓGICA CAPITALISTA NO TEMPO LIVRE DOS PROFESSORES NA ATUALIDADE [recurso eletrônico] / Andréia Pires da Silva. - 2024. Orientador: Carlos Alberto Lucena. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.649 Inclui bibliografia. 1. Educação. I. Lucena, Carlos Alberto, 1964-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Educação. III. Título. CDU: 37
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 23/2024/411, PPGED				
Data:	Vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	[14:00]	Hora de encerramento:	[16:30]
Matrícula do Discente:	12013EDU007				
Nome do Discente:	ANDRÉIA PIRES DA SILVA				
Título do Trabalho:	"Os impactos da lógica capitalista no tempo livre dos professores na atualidade"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"O Novo nazifascismo e a mundialização do capital"				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1G145, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Anderson Claytom Ferreira Brettas - IFTM; Fábio Mansano de Mello - UESB; Robson Luiz de França - UFU; Sérgio Paulo Morais - UFU e Carlos Alberto Lucena - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Carlos Alberto Lucena, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Lucena, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Claytom Ferreira Brettas, Usuário Externo**, em 28/08/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Mansano de Mello, Usuário Externo**, em 28/08/2024, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Luiz de França, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/08/2024, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Paulo Morais, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/08/2024, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5616825** e o código CRC **F109C429**.

Dedico esse trabalho às minhas filhas, Athina, Aglaupi, e ao meu marido. Que esta tese lhes sirva de inspiração para elaborarem suas futuras produções...

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à força maior
que nos move aqui na Terra, por mais essa realização!

Agradeço a todos os meus familiares!

Agradeço às minhas amigas
e aos meus amigos e intelectuais membros do grupo:
“buteco das quartas-feiras”.

Agradeço ao privilégio de ter tido excelentes professores
na minha jornada acadêmica!

Agradeço, especialmente, ao meu orientador,
pela compreensão nos momentos difíceis, mestre e amigo, pessoa dotada de grande
intelectualidade e enorme caráter, minha eterna
gratidão!

*“És um senhor tão bonito
quanto a cara do meu filho
tempo, tempo, tempo
vou te fazer um pedido
tempo, tempo, tempo”.*

Oração ao tempo - Caetano Veloso

RESUMO

Esta pesquisa analisou as contradições do tempo livre docente na atualidade. Esta investigação utilizou uma abordagem qualitativa, explicativa e bibliográfica do tipo estado do conhecimento. Para o levantamento bibliográfico, foi realizada uma consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) e, a partir dela, foram selecionadas Dissertações de Mestrado e Teses de doutorado que discutem o tempo livre dos professores. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o tempo livre docente sob a ótica das teorias marxistas, compreendendo como as relações de trabalho e as estruturas sociais influenciam na disponibilidade de tempo para atividades não laborais. Ademais, buscou-se identificar os impactos do tempo livre na qualidade de vida e no desempenho profissional docente. Para compreender os dados coletados, foram utilizados estudos sobre análise de conteúdo de Bardin (2011), bem como fundamentos e princípios teóricos marxistas. Assim, esta pesquisa se dedicou a explorar as ideias centrais presentes nas dissertações e teses sobre o tema, buscando elucidar o sentido e a importância do tempo livre como direito conquistado ao longo da história por meio de lutas e movimentos sociais. Além disso, investigou-se profundamente o tempo livre docente como objeto de estudo no cenário acadêmico brasileiro, examinando suas diferentes facetas em diversos contextos, e apontando tanto as possibilidades quanto os limites presentes neste campo de pesquisa. Nesse sentido, defendemos a tese, após leitura e interpretação das teses e dissertações sobre o tema, de que o tempo livre docente é incorporado pelo capital como forma de exploração de seu trabalho imaterial, gerando, assim, condições precárias para o exercício da profissão e o trato com a ciência.

Palavras Chaves: Capitalismo, Professores, Tempo de trabalho, Tempo livre dos professores.

ABSTRACT

This research analyzed the contradictions of teacher's free time today. This investigation used a qualitative, explanatory and bibliographical approach of the kind "state of the art" or of the knowledge. For the bibliographic survey, a query was carried out in the Brazilian Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) of the Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) and thereby Master's and Doctorates papers that discussed teachers' free time was selected. The general objective of this research was to analyze teachers' free time from the perspective of Marxist theories, understanding how labor relations and social structures influence the availability of time for non-work activities. In addition, identifying the impacts of free time on teachers' quality of life and professional performance was sought. To understand the data collected, studies on content analysis by Bardin (2011), as well as Marxist theoretical foundations and principles were used. Thus, this research was dedicated to exploring the central ideas present in dissertations and theses on the subject, while seeking to elucidate the meaning and significance of free time as a right conquered throughout history by means of struggles and social movements. In addition, this study thoroughly investigated teachers' free time as an object of study within the Brazilian academic scenario, examining its different facets in various contexts, and pointing out both the possibilities and the limits present in this field of research. Accordingly, we defend the thesis, after reading and interpreting the theses and dissertations on the subject, that teachers' free time is incorporated by capital as a form of exploitation of their immaterial labor, thus generating precarious conditions for the exercise of the profession and the dealing with science.

Keywords: Capitalism, Teachers, Working time, Teachers' free time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Principais categorias para compreensão do tempo livre do professor-----	38
Figura 2 - Operários grevistas descendo a Ladeira do Carmo (SP) Primeira greve geral de trabalhadores em 1917-----	67
Figura 3 - A greve que conquistou o 13º. Salário - Greve de 1962-----	68
Figura 4 - Greve de 1968-----	69
Figura 5 - Estádio 13 de Maio /São Bernardo do Campo - Greve 1979-----	70
Figura 6- Greve Geral de 1986-----	71
Figura 7- Greve de 1989-----	72
Figura 8 - Greve de 1991-----	73
Figura 9 - Greve de 1996-----	74
Figura 10 - Fora Temer-----	74
Figura 11 - 1º Congresso dos professores primários em Salvador na Bahia, mobilizou professores para discutir a carreira do Magistério - 1953-----	78
Figura 12- Greve de 1979-----	79
Figura 14 - 1985, greve de 60 dias da categoria garantiu o direito ao 13º-----	80
Figura 15 - Greve de 1987 durou 96 dias-----	82
Figura 16 - Greve de 2016 durou 54 dias-----	83
Figura 17 - Brigada militar deixa dezenas de manifestantes feridos, lançando bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e spray de pimenta-----	85
Figura 18 - Greve Geral de 2017-----	86
Figura 19 - Greve de 2022-----	87
Figura 20 - Greve de 1980-----	89
Figura 21 - Greve de 1991-----	90
Figura 22 - Protesto em 1992 contra a privatização da Universidade-----	91
Figura 23 Manifestações contra a reforma da previdência 2003-----	92
Figura 24: Manifestação na greve de 2015 (A mais longa greve das IFES)-----	93
Figura 25- Operário apertando parafusos-----	115
Figura 26 - Máquina de alimentação-----	117
Figura 27 - Operário na engrenagem-----	118
Figura 28 - Movimentos sociais-----	119
Figura 29 - Carlito rumo ao horizonte com sua amada-----	120
Figura 30 - A Primeira Revolução Industrial – Inicia-se em 1760 (mudança da produção para produção com o uso de máquinas)-----	122
Figura 31 - Automóvel Ford T preto-----	123
Figura 32- Automação industrial-----	124
Figura 33 - A Quarta Revolução Industrial – A Evolução da Automação Industrial-----	126
Figura 34 - A cigarra e a formiga-----	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pesquisas sobre o tempo livre do professor por regiões no Brasil-----	98
Gráfico 2 - Natureza da pesquisa-----	99
Gráfico 3 - Fontes da pesquisa-----	101
Gráfico 4 - Coleta dos dados-----	102
Gráfico 5 - Tabulação dos dados-----	102
Gráfico 6 - Professores da educação básica e ensino superior-----	103
Gráfico 7 - Autores que foram citados nas pesquisas-----	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução Histórica da Profissão Docente no Brasil: baseado nos estudos de Amaral e Brittes (2012)-----	26
Quadro 2 - Teses e Dissertações que discutem o tempo livre do professor-----	36
Quadro 3 - Principais categorias para compreensão do tempo livre dos professores e suas descrições correspondentes-----	45
Quadro 4 - Trabalho e tempo livre nas diferentes sociedades - características e contrastes---	59
Quadro 5 - Síntese dos resultados encontrados nas pesquisas sobre o tempo livre do professor-----	105
Quadro 6 - Resultados encontrados-----	111

LISTAS DE ANEXOS

01 - Fichamento da Dissertação: Educação, tempo livre e lazer nas Associações docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX.....	139
02 - Fichamento da Dissertação: Estudo Sobre a Formação Cultural: A Semiformação do Professor do Ensino Estadual da Região Central da Cidade de São Paulo.....	141
03- Fichamento da Dissertação: O Tempo Livre como Palimpsesto do Tempo de Trabalho: Temporalidade e Ideologia.....	143
04 - Fichamento da Dissertação: Os Tempos Sociais e a Docência na Educação Básica Em Goiás: A Proeminência dos Tempos de Trabalho.....	145
05 - Fichamento da Tese: Tempos cotidianos de professoras/es fora da escola: outras histórias.....	147
06 - Fichamento da Tese: O Tempo de Trabalho e o Tempo “Livre” dos Professores Municipais de Santa Maria/RS.....	149
07 - Fichamento da Tese: - Trabalho e Tempo Livre: A Atividade do Professor Universitário no Contexto da Crise Contemporânea do Capital.....	151
08 - Fichamento da Tese: Trabalho, Intensificação e o Tempo Livre do Docente da Universidade do Estado do Pará.....	152
09 - Publicação ilustrativa, sobre: A luta Sindical a partir das greves do ANDES-SN ao longo da história.....	165

LISTA DE SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

IBICT - Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPE - Universidade do Pernambuco

UFG - Universidade Federal de Goiás

PUCSP - Universidade Pontifícia Católica de São Paulo

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UEPA - Universidade do Estado do Pará

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

CEDOC/CUT - Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos trabalhadores

FGV- Fundação Getúlio Vargas

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

CPERS -Centro de professores do estado do Rio Grande do Sul

SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

APUFSC-SINDICAL - Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina

IFES - Instituições federais de Ensino Superior

ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ABORDAGEM DA PESQUISA	30
2.1 Justificativa	31
2.2 Objetivo Geral	32
2.3 Objetivos Específicos	32
2.4 Considerações Metodológicas	33
3 PRINCIPAIS IDEIAS NAS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O TEMPO LIVRE DO PROFESSOR	39
3.1 Contexto das Dissertações e Teses Analisadas	39
3.2 Tempo Livre no Contexto dos Professores Universitários	39
3.3 Tempo Livre no Contexto dos Professores da Educação Básica	41
3.4 As Principais Categorias das Pesquisas	45
3.4.1 Materialismo histórico-dialético	46
3.4.2 As definições de trabalho	47
3.4.3 O neoliberalismo	49
3.4.4 Políticas públicas para educação	52
3.4.5 Condições do trabalho docente	53
3.4.6 Tempo livre, conceitos e implicações	55
3.5 Reflexões Sobre as Principais Abordagens Encontradas nas Dissertações e Teses Pesquisadas	57
4 O TEMPO LIVRE COMO DIREITO ADQUIRIDO EM LUTAS E CONQUISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA	58
4.1 Conceitos de Trabalho e Tempo Livre em Diferentes Civilizações	58
4.2 Lutas Históricas por Melhores Condições de Trabalho	64
4.2.1 A primeira greve geral dos trabalhadores - 1917	66
4.2.2 A conquista do 13º. Salário- 1962	67
4.2.3 Metalúrgicos não se intimidam com o regime militar- Greve de 1968	68
4.2.4 Lula é liderança dos trabalhadores do ABC Paulista- 1979	69
4.2.5 Greve contra o plano cruzado- 1986	70
4.2.6 Greve contra o Governo Sarney - 1989	71
4.2.7 Greve contra o Governo Collor - 1991	72
4.2.8 Greve contra as políticas de FHC- 1996	73
4.2.9 A Greve contra as políticas do governo de Michel Temer- 2017	74
4.3 O Papel do Movimento Sindical e das Organizações dos Docentes	75
4.3.1 Cronologia de greves de professores da educação básica e suas conquistas	

históricas -----	77
4.3.1.1 Greve de 1979-----	79
4.3.1.2 Greve de 1980-----	80
4.3.1.3 Greve de 1985-----	80
4.3.1.4 Greve de 1987-----	81
4.3.1.4 Greve de 2016-----	83
4.3.1.5 Greve de 2017-----	85
4.3.1.6 Greve de 2020 e 2021: greves sanitárias-----	86
4.3.1.7 Greve de 2022 - Contra o (des) governo Bolsonaro-----	87
4.3.2 Cronologia de greves de professores universitários e suas conquistas históricas----	88
4.3.2.2 Greve de 1991-----	89
4.3.2.3 Greves da década de 1990-----	90
4.3.2.4 Greve 2003-----	91
4.3.2.5 Greve de 2015-----	92
5 O TEMPO LIVRE DE PROFESSORES COMO OBJETO DE PESQUISAS	
ACADÊMICAS EM DIFERENTES CONTEXTOS-----	98
5.1 Panorama dos Resultados das Pesquisas Acadêmicas sobre o Tempo Livre-----	98
5.2 A Natureza das Pesquisas-----	99
5.3 As Fontes das Pesquisas-----	100
5.4 A Coleta de Dados-----	101
5.5 Análise dos Resultados das Pesquisas Usando Software-----	102
5.6 Os Sujeitos da Pesquisa-----	103
5.7 Fundamentação Teórica das Pesquisas-----	104
5.8 Análise dos Resultados em Diferentes Contextos Educacionais-----	105
5.9 Resultados do Estudo Sobre o Tempo Livre dos Professores-----	106
5.9.1 Resultados dos estudos sobre as causas da perda do tempo livre dos professores--	109
5.9.2 Resultados das consequências da perda do tempo livre dos professores-----	110
5.10 Tempos Modernos, mais atual do que Nunca-----	114
5.10.2 O homem foi engolido pela máquina-----	118
5.10.3 A importância dos movimentos sociais-----	119
5.10.4 Palavras finais do filme: tentar seguir adiante, lutar-----	120
4.11 Primeira Revolução Industrial - 1760 a 1840 - (Indústria 1.0)-----	121
5.11.1 Segunda Revolução Industrial - 1850 a 1945 (Indústria 2.0)-----	122
5.11.2 Terceira Revolução Industrial - 1950 a 2000 (Indústria 3.0)-----	123
5.11.3 Quarta Revolução Industrial - Dias atuais (Indústria 4.0)-----	124
5.11.4 A Lógica Capitalista no Tempo Livre dos Professores-----	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	131
REFERÊNCIAS-----	134
ANEXOS-----	139

1 INTRODUÇÃO

Das experiências profissionais ligadas ao campo da educação, traz-se o olhar atento às dificuldades e aos desafios do trabalho dos professores. Observa-se o quanto eles se encontram sobrecarregados e com pouco tempo livre, para que possam se dedicar a coisas diferentes daquelas que fazem enquanto trabalham. O objetivo da pesquisa é investigar o tempo livre do professor que se vincula a sua ideia oposta que é o trabalho, pois, ao mesmo tempo que a ideia de tempo livre e tempo de trabalho trazem uma característica de oposição, também trazem a ideia de unidade. Portanto, para se entender o tempo livre é preciso também entender o tempo de trabalho, pois um depende do outro para existir.

Entende-se como tempo livre as horas dedicadas ao não trabalho; é o momento em que o professor pode realizar qualquer outra atividade, é ele que decide o que fazer e o que não fazer. Não há uma atividade imposta de fora ou autoimposta, quando o indivíduo pode escolher livremente aquilo com que deseja ou não deseja ocupar-se. (Maya, 2008).

Neste sentido, entende-se que o tempo livre é o tempo que se passa longe do trabalho ou de obrigações profissionais. Entretanto, sabe-se que muitos elementos interferem nas condições de usufruto do tempo livre dos professores, por isso, se faz necessária uma análise, também, do que acontece dentro da escola. Como tem se organizado para atender as demandas do capitalismo? Conforme Saviani:

Escola, em grego, significa “o lugar do ócio”. O tempo destinado ao ócio. Aqueles que dispunham de lazer, que não precisavam trabalhar para sobreviver, tinham que ocupar o tempo livre, e essa ocupação do ócio era traduzida pela expressão *escola*. Na Idade Média, evidenciou-se a expressão latina *otium cum dignitate*, o “ócio com dignidade”, isto é, a maneira de se ocupar o tempo livre de forma nobre e digna. (Saviani, 2011, p. 81)

Para entender melhor sobre a ideia de escola como sinônimo de ócio, nos reportamos ao livro “História da Educação - da Antiguidade aos nossos dias”, do autor Manacorda (1992, p. 57), que descreveu a educação na Grécia, explicando que, para Aristóteles, existiam as funções do Estado, da educação para as artes e do treinamento do escravo.

O autor também fez a seguinte diferenciação: “o que se faz para a utilização (*chrêsis*), o que se faz para o conhecimento (*gnôsis*), distingue razão prática (*frônesis*) e razão teórica (*sofia*), atividade (*ascholázein*) e ócio (*scholé*). Também explicou que a educação era somente para os livres, e que estava excluída toda disciplina que tivesse uma finalidade para a formação profissional, ou seja, a educação tinha finalidade de formação cultural.

Segundo Melo (2003), a palavra *scholé* trazia a ideia de valorização da verdade, bondade, beleza e do florescimento cultural; o tempo livre se relacionava com a contemplação, diferenciando-se das obrigações e do trabalho. Não tinha o sentido de desocupação e sim o sentido de crescimento espiritual. Nessa época, o tempo livre estava ao alcance apenas daqueles que não tinham uma atividade de trabalho, assim, só os cidadãos ricos podiam usufruir desse tempo.

Atualmente, percebe-se que as pessoas parecem se orgulhar por não terem tempo livre em uma inversão de valores em que trabalhar muito é sinônimo de prosperidade, abundância e de vencer na vida. E os momentos de tempo livre parecem se misturar muito com as atividades de trabalho. Assim:

A vida contemplativa foi gradativamente substituída por uma preocupação com atividade constante, uma compreensão de que é sempre necessário fazer algo, preencher o tempo, como se fosse um crime não fazer nada. Isso sem falar naqueles casos em que os indivíduos, mesmo dispoendo de tempo livre e condições financeiras que possibilitariam uma vivência de lazer de maior qualidade, substituem a perspectiva de crescimento espiritual pela de consumo desenfreado, reificando o luxo encarado como indicador de status e distinção. (Melo, 2003, p.09).

Concorda-se com o autor sobre não existir mais lugar na atual sociedade para o desfrute do tempo livre, essa é também uma realidade na vida dos professores. Percebe-se que existe uma valorização de características tais como: proatividade, dinamismo, autonomia, liderança, entre outros, naturalizando uma sobrecarga no trabalho dos professores, principalmente pelas atribuições e cobranças que extrapolam a rotina de trabalho habitual e invadem o espaço de suas vidas privadas, ou seja, ocupando também o espaço de não trabalho dos professores.

Diversos autores se basearam principalmente nos estudos de Gramsci, tais como: Frigotto (1984); Manacorda (1990), Nosella (1992) e Silva (2020), que, em linhas gerais, evidenciam a submissão e exploração da classe trabalhadora em relação a seus empregadores. De acordo com Frigotto:

A história da evolução e organização da sociedade capitalista, tendo por base as relações entre trabalho e capital, não é senão a história da radicalização da submissão do trabalho humano à lógica e a volúpia do capital. É a história da luta do capital e de seus proprietários para uma submissão cada vez mais total do trabalho ao capital. (Frigotto, 1984, p. 70)

O autor ainda explica que se pode entender melhor essas relações de exploração e submissão na obra principal de Marx: “O capital”, destacando o livro I e o capítulo VI (inédito).

De acordo com os enunciados postulados por Marx, percebe-se que, no contexto escolar, são bem evidentes os impactos ligados a esse processo de exploração e submissão, e que isso tem ocasionado graves consequências na maneira dos professores trabalharem, pois o que tem orientado o trabalho deles é um modelo gerencial a serviço dos ditames do capitalismo.

Atualmente, as políticas educacionais pautadas por princípios gerenciais ganham, cada vez mais, espaço no cenário nacional. Nota-se o empréstimo das ideias oriundas do mundo empresarial sendo adotadas pelas escolas públicas e pelas universidades por meio das variadas formas de controle sobre o trabalho docente, que tende a culpabilizar os professores quando não surgem os resultados esperados, condicionando os docentes a viverem um processo de trabalho desumanizado.

O discurso da qualidade é incorporado como elemento constituinte da estratégia das classes dominantes na busca pelo consenso da sociedade civil em torno da necessidade da mudança. Nessa perspectiva, a qualidade, de modo geral, associa-se diretamente à ideologia gerencial e, por conseguinte, aos pressupostos da eficiência dos resultados. Para Hypólito:

Este processo de reestruturação do estado tem envolvido realinhamentos de muitas relações entre estado e cidadão, Estado e economia, e Estado e suas formas organizacionais (processo de trabalho), e tudo isso tem ocorrido com a reestruturação global do capitalismo. Esses processos de reestruturação envolvem aplicações do pós-fordismo como modelo de organização das instituições públicas, incluindo seus processos de trabalho. (Hypólito, 2008, p. 68)

Segundo Rodrigues (2020), a aplicação dessas políticas torna a prática pedagógica pragmática, ao alterar, substantivamente, a organização e o gerenciamento do trabalho dos professores. O profissional, para essas políticas, cada vez, mais deve se portar como um técnico passível de cumprir prescrições, perdendo sua capacidade de sujeito e intelectual, e adaptando-se à lógica vigente. Portanto, há o fortalecimento das medidas que se organizam a partir do gerencialismo, na gestão dos servidores, com foco nas ações de responsabilização docente, gerando um cenário de competição entre os professores para que alcancem os resultados e metas e não sejam culpabilizados pelo fracasso de seus alunos.

Para Lombardi (2017), as relações no interior da escola precisam se transformar de competição para cooperação e apoio mútuo. Conforme explicado acima, entende-se que as transformações ocorridas no mundo do trabalho e na educação, têm modificado as novas formas dos professores se organizarem para execução de suas tarefas, demonstrando que a educação espelha diretamente os resultados da implantação de políticas formuladas de acordo com as novas demandas da lógica capitalista.

Neste cenário complexo, percebem-se diferentes posicionamentos dos professores, o que enfraquece uma resistência consistente contra o capitalismo desenfreado; de um lado, tem-se professores que se organizam em torno de uma ideia de resistência e de participação social; do outro lado, tem-se aqueles que são descrentes submissos e aceitam qualquer coisa; e, ainda, há outros que defendem a manutenção dos interesses do capital, alheios aos processos de exploração dos trabalhadores.

Assim, acredita-se que por falta de um fortalecimento da classe docente para luta e resistência a esses processos de exploração, a lógica capitalista tem avançado muito nos últimos tempos e os efeitos são muito evidentes para as classes trabalhadoras, que têm, cada vez mais, se encontrado empobrecida e com o ensino cada vez mais sucateado.

A educação poderia ser uma aliada no esclarecimento da população evidenciando as contradições do capitalismo, mas muitas vezes é questionada se está a serviço da humanização ou a serviço da alienação e contribuindo para a manutenção dessa lógica capitalista.

Para Silva (2006), em *Pedagogia do oprimido*, descrita por Paulo Freire, encontra-se uma concepção bancária de educação, na qual predominam o discurso e a prática em que o sujeito da educação é o educador, sendo os educandos como vasilhas que podem ser enchidas; o educador deposita “comunicados” que aqueles recebem, memorizam e repetem, gerando uma prática totalmente verbalista, dirigida para a transmissão e avaliação de conhecimentos abstratos, numa relação vertical em que o saber é dado, fornecido de cima para baixo, é autoritário, pois manda quem sabe. De acordo com Freire:

O que não percebem os que executam a educação “bancária”, deliberadamente ou não (porque há um sem-número de educadores de boa vontade, que apenas não se sabem a serviço da desumanização ao praticarem o “bancarismo”) é que nos próprios “depósitos”, se encontram as contradições, apenas revestidas por uma exterioridade que as oculta. E que, cedo ou tarde, os próprios “depósitos” podem provocar um confronto com a realidade em devenir e despertar os educandos, até então passivos, contra a sua “domesticação”. (Freire, 1987, p. 35)

De acordo com este autor, quando professores tomam consciência do importante papel que executam e rompem com a educação bancária, abrem um precedente para que os alunos se tornem mais críticos, criando uma resistência que pode gerar transformação, eles deixam de ser sujeitos acrícos para se tornarem sujeitos políticos. Acredita-se que muitos desses alunos poderão se tornar professores, resultando num caminho de mudança e transformação.

“Se o educador “bancário” vivesse a superação da contradição, já não seria "bancário", já não faria depósitos. Os professores então, não estariam mais a serviço da desumanização. A serviço da opressão, mas a serviço da libertação" (Freire, 1987, p.62)

Conforme explicado acima, deve-se entender que o conhecimento, que é o instrumento particular do processo educacional, pode ser trabalhado de forma a construir a sua não submissão. “O trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (Saviani, 1994 *apud* Pires, 1997, p.90).

Segundo Lombardi, a transformação da educação tem como objetivo a superação da lógica capitalista que:

Implica uma profunda transformação no modo de produzir dos homens. Isso só será alcançado quando também ocorrer uma transformação da divisão social do trabalho que, com a abolição da diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, conduza a uma reaproximação entre a ciência e a produção. (Lombardi, 2017, p. 51)

O autor deixa claro o porquê é preciso repensar como os homens trabalham, destacando as teorias de Marx sobre o caráter revolucionário de suas propostas, que tem na centralidade dialética do trabalho o seu princípio esclarecedor.

Neste sentido, entende-se que Karl Marx (1818-1883) foi um grande teórico e foi quem melhor explicou a dinâmica do capitalismo e as consequências desastrosas deste modelo de produção para a classe trabalhadora. É preciso, portanto, recorrer a estes estudos para melhor compreender o que tem acontecido com o tempo livre dos professores.

Assim, buscaram-se subsídios teóricos nos estudos de Marx, acreditando que os impactos da lógica capitalista estão fortemente associados ao trabalho dos professores e à perda do tempo livre destes educadores, pois compreende-se que eles fazem parte de uma grande massa trabalhadora que, por sua vez, está submissa aos ditames do capitalismo.

Portanto, para melhor compreensão deste cenário, de forma resumida, pode-se dizer que no capitalismo, uma pequena parte da população é proprietária dos meios de produção, enquanto a maior parte das pessoas é proprietária apenas da força de trabalho. Como o resultado do trabalho está associado à ideia de lucro, o capitalismo utiliza estratégias para que o trabalhador fique alienado. Isto porque, com a divisão do trabalho, o trabalhador não se reconhece no produto que ele mesmo ajudou a produzir.

Nas análises marxistas acerca do trabalho, encontra-se que ele tem sua origem nas relações do homem com a natureza e com os outros homens, a fim de garantir sua

subsistência, dessa forma, o trabalho pode ser definido como: “a atividade pela qual ele garante sua sobrevivência e por meio da qual a humanidade conseguiu produzir e reproduzir a vida humana.” (Marx, 1993 *apud* Pires, 1997, p.89).

Ocorre que, na sociedade capitalista, o trabalho deixa de ter esse caráter tal qual definido por Marx, mais voltado para sobrevivência humana, e se torna um produto altamente rentável que é explorado pelos “donos do capital”, que compram a força de trabalho dos seus empregados por um preço pequeno e vendem o que foi produzido por seus empregados por um preço bem maior, gerando muito lucro e promovendo o que Marx chama de mais-valia.

Como consequência da exploração dos trabalhadores pelos donos do capital, ocorre uma quebra da possibilidade de o trabalho promover a humanização dos homens, de sua forma originária: trabalho como atividade essencial e vital. Pois, no sistema capitalista, existe um movimento cíclico de trabalhar para consumir e enriquecer os donos do capital, movimento este que interessa muito à educação, que muitas vezes é questionada se está a serviço da humanização ou da alienação.

O conhecimento como instrumento particular do processo educacional pode ser tratado de forma a contribuir ou negar o processo de humanização “o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (Saviani, 1994 *apud* Pires, 1997, p.90).

Acredita-se, portanto, que o materialismo histórico-dialético se torna um importante referencial para sustentar e ancorar as pesquisas em educação, pois a partir dele, pode-se estudar as consequências da exploração do trabalho e, assim, buscar ressignificar a realidade histórica e material, permitindo que o pensamento realize movimentos lógicos e dialéticos com objetivo de compreender e transformar a sociedade. Pois, fica evidente que:

“O capitalismo é baseado em contradições que se materializam no antagonismo inconciliável entre o capital e o trabalho, contradições que se manifestam nas relações entre a produção e o controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento; produção e destruição; domínio e dependência do trabalho vivo; produção e negação do tempo livre; autoritarismo e consenso nas tomadas de decisões; emprego e desemprego; economia e desperdício de recursos humanos e materiais; crescimento da produção e destruição ambiental; regulação econômica e política de extração de mais-valia etc.”. (Mészáros *apud* Lucena, 2017, p.211).

Assim, entende-se que Lucena (2017) aponta que Mészáros vê as múltiplas contradições inerentes ao sistema capitalista, expondo que o capitalismo é estruturado sobre

contradições profundas que se manifestam em diversas esferas e relações dentro da sociedade. Estas contradições são representadas pelo antagonismo intrínseco entre o capital (representado pelos detentores dos meios de produção) e o trabalho (os trabalhadores que vendem sua força de trabalho para sobreviver).

Essas contradições são visíveis em vários aspectos do sistema econômico, social e político. Elas se manifestam nas relações entre produção e controle, consumo, circulação, competição e monopólio, desenvolvimento e subdesenvolvimento, além de outros aspectos como a relação entre emprego e desemprego, autoritarismo e consenso nas decisões, economia e desperdício de recursos, crescimento da produção e degradação ambiental, entre muitas outras dicotomias presentes no funcionamento do sistema capitalista.

Portanto, Mézáros ressalta que essas contradições não são incidentais, mas sim constitutivas do sistema capitalista, mostrando que essas tensões estão enraizadas na própria estrutura do capitalismo e contribuem para suas características intrinsecamente problemáticas e instáveis. Essa análise revela como o sistema capitalista é marcado por conflitos inerentes e como suas contradições permeiam todos os aspectos da vida econômica, social e política.

Essa análise de Mézáros ecoa nas reflexões de Karl Marx, pois no livro, “Capital: crítica da economia política”, mais precisamente no Capítulo 8, intitulado "A Jornada de Trabalho", é abordada a questão da luta pela duração da jornada de trabalho, que engloba aspectos cruciais da história capitalista. Assim, no sistema capitalista, o tempo é considerado essencial, uma vez que o trabalho adicional se converte em valor adicional e a acumulação de riquezas pode ser ilimitada. A manipulação do tempo é uma peça fundamental nesse contexto, pois possibilita extrair o excedente de tempo de trabalho e convertê-lo em lucro. No período histórico em que Marx viveu, não existiam restrições claras quanto ao tempo de trabalho, assim era comum a prática do sobretrabalho. Dessa forma:

A jornada de trabalho não é, portanto, uma grandeza constante, mas variável. Uma de suas partes é, de fato, determinada pelo tempo de trabalho requerido para a reprodução contínua do próprio trabalhador, mas sua grandeza total varia com a extensão ou duração do mais-trabalho. A jornada de trabalho é, pois, determinável, mas é, em verdade, indeterminada. (Marx, 2013, p. 390).

Portanto, Marx examina a natureza da jornada de trabalho no contexto do sistema capitalista, argumentando que essa jornada não é uma medida fixa ou constante, mas sim variável e sujeita a flutuações. Ele divide essa jornada em duas partes: uma parte que corresponde ao tempo necessário para o trabalhador produzir o valor equivalente ao seu próprio sustento, ou seja, o tempo gasto para cobrir seus custos de vida, e outra parte que vai

além disso, conhecida como mais-trabalho.

A parte da jornada de trabalho que corresponde ao tempo necessário para produzir o valor que mantém o trabalhador (salário) é chamada por Marx de "trabalho necessário". No entanto, o tempo total de trabalho não é determinado apenas por esse período necessário para a subsistência do trabalhador. Há um tempo adicional, o "mais-trabalho", que excede o necessário para a reprodução da força de trabalho do trabalhador. Esse mais-trabalho é onde se encontra a geração de mais-valia, ou seja, o valor excedente que não é pago ao trabalhador, mas se torna lucro para o empregador.

A jornada de trabalho, portanto, não é fixada apenas pela necessidade de reprodução da força de trabalho do trabalhador, mas é influenciada pela extensão do mais-trabalho exigido pelo empregador. Assim, embora exista uma parte determinada da jornada de trabalho (o trabalho necessário), a totalidade da jornada é indeterminada e pode ser estendida além do necessário para a subsistência do trabalhador, visando à maximização do lucro para o empregador.

As relações de poder entre os detentores do capital e os trabalhadores estabelecem uma dinâmica que explora a força de trabalho, submetendo-a a condições frequentemente degradantes. Contudo, o próprio sistema capitalista, em certo momento, percebe que a prolongação excessiva e antinatural da jornada de trabalho acaba por diminuir a expectativa de vida dos trabalhadores individuais.

Dentro da teoria marxista, além dessas relações de poder, emergem conceitos cruciais como a noção de mais-valia e a experiência de alienação no contexto laboral. Marx fundamenta a economia capitalista na exploração da força de trabalho, apontando que o valor de uma mercadoria está associado ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. É neste contexto que se destaca a teoria da mais-valia, evidenciando a diferença entre o valor que a mercadoria (neste caso, a força de trabalho) produz e o valor necessário para sua própria reprodução.

A partir do conceito de mais-valia, Marx destaca duas formas distintas de explorar a força de trabalho: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A mais-valia absoluta ocorre quando o empregador busca extrair mais trabalho exigindo um ritmo acelerado, monitorando rigorosamente o processo de produção ou ameaçando a perda do emprego se metas específicas não forem alcançadas. Já a mais-valia relativa está associada ao avanço científico e ao progresso tecnológico.

Quando não é mais possível aumentar a produção, exigindo mais esforço dos

trabalhadores, o capitalista recorre a melhorias tecnológicas para acelerar o processo produtivo e aumentar a quantidade de mercadorias produzidas. Dessa forma: “A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais”. (Marx, 2013, p. 707).

Para Ricardo Antunes (2009), os trabalhadores pertencem a uma “classe que vive do trabalho”, assim, os professores se encontram localizados nesta categoria, porque vivem do seu trabalho também e sofrem com a lógica de exploração oriunda do mundo capitalista, sob o viés da proletarização.

Dessa forma, o autor propõe uma revisão e ampliação da concepção tradicional de classe trabalhadora. Ele argumenta que a noção contemporânea de classe trabalhadora, conhecida agora como a classe-que-vive-do-trabalho, deve ser mais inclusiva e abrangente. Isso implica considerar não apenas os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário, mas também um amplo espectro de indivíduos inseridos em diferentes modalidades de trabalho precário e temporário que estão cada vez mais presentes no mundo produtivo.

Portanto, o autor destaca a importância de incorporar à definição de classe trabalhadora os trabalhadores precarizados, terceirizados, que desempenham atividades fabris ou de serviços em regime de meio período, caracterizados por vínculos de trabalho instáveis e condições precárias de emprego. Ele ressalta que esse tipo de trabalho precário e temporário tem se expandido significativamente em várias esferas produtivas ao redor do mundo.

Além disso, ressalta a necessidade de incluir, na noção de classe trabalhadora, o proletariado rural, como os trabalhadores agrícolas sazonais das regiões agroindustriais, juntamente com a totalidade dos trabalhadores desempregados que formam uma espécie de reserva de mão de obra disponível para a indústria. Ao ampliar o conceito de classe trabalhadora para abranger essa diversidade de situações laborais precárias e precarizadas, Antunes busca uma compreensão mais abrangente e contemporânea da realidade do trabalho na sociedade atual.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital.

...como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, part-time, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva. (Antunes, 2005, p.52).

As autoras Amaral e Brittes (2012) explicam que o trabalho dos professores não se diferencia dos demais profissionais, pois, segundo o critério adotado por Antunes (2005), todos que vendem a sua força de trabalho e que geram a mais-valia, pertencem à classe que vive do trabalho, ou seja, todos trabalhadores assalariados. Uma classe social, atualmente, cuja morfologia “é ainda mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo” (Antunes *apud* Amaral; Brittes, 2012, p.11).

Conforme ressaltado pelas autoras Amaral e Brittes (2012), a trajetória profissional dos professores no Brasil apresenta fases claramente definidas ao longo da história. Abaixo, organizaram-se, baseado nos estudos das autoras Amaral e Brittes (2012), essas fases em um quadro para uma melhor visualização:

Quadro 1 - Evolução Histórica da Profissão Docente no Brasil: baseado nos estudos de Amaral e Brittes (2012)

Época	Características
Colonial	Nesse período, os professores eram predominantemente padres, destacando-se pela sua vocação distinta em relação à população em geral.
Professor leigo	Professor Leigo: surgimento da figura do professor leigo, cujo comprometimento foi voltado para a nobre tarefa de ensinar, muitas vezes participando em colaboração com padres e a Igreja.
Período Imperial	Transformação significativa, marcando a transição do professorado para o estatuto de assalariado.
República	Consolidação do professor como funcionário do Estado. No entanto, ao longo dessa evolução histórica, houve uma óbvia perda de prestígio, porque leigos, membros do clero e funcionários estatais compunham o corpo docente nas escolas brasileiras.
Cenário Atual	Desprestígio social, intensificação e precarização do trabalho e adoecimento docente.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Na contemporaneidade, tem-se uma desvalorização do trabalho dos docentes, conforme observado por Nóvoa (2017); a desprofissionalização se manifesta de maneiras diversas, incluindo níveis salariais baixos e difíceis condições nas escolas, bem como processos de intensificação do trabalho docente por via de lógicas de burocratização e de controle.

O discurso da eficiência e da prestação de contas tem reforçado políticas baseadas em “medidas de valor acrescentado”, que remuneram os professores em função dos resultados dos alunos, desvalorizando assim outras dimensões da profissionalidade (Darling-Hammond, 2016 *apud* Nóvoa 2017, p.1.119).

Essa citação aponta para um fenômeno presente nas políticas educacionais contemporâneas. O discurso da eficiência e da prestação de contas tem impulsionado estratégias baseadas em métricas de "valor acrescentado", que são usadas para avaliar o desempenho dos professores e determinar suas remunerações com base nos resultados alcançados pelos alunos em avaliações padronizadas.

Essa abordagem, embora pareça direcionada para promover a qualidade do ensino, tende a focar exclusivamente nos resultados quantitativos dos estudantes em testes padronizados. Isso desconsidera e desvaloriza outras dimensões importantes da profissionalidade dos professores, como seu engajamento no desenvolvimento integral dos alunos, sua capacidade de promover habilidades socioemocionais, o estímulo à criatividade, a adaptação de métodos de ensino às necessidades individuais dos estudantes, entre outros aspectos relevantes para uma educação de qualidade.

Ao priorizar apenas os resultados mensuráveis, como pontuações em exames padronizados, essas políticas correm o risco de reduzir a complexidade e a riqueza do trabalho educativo a números isolados, podendo influenciar negativamente a abordagem pedagógica dos professores e desestimular práticas inovadoras e inclusivas. Essa visão estreita da avaliação do desempenho docente pode, portanto, desvalorizar aspectos cruciais da profissão docente.

Nóvoa (2017) também explica que os professores enfrentam há muito tempo um estado de mal-estar profissional, refletido em desmotivação pessoal em relação ao ensino, casos de abandono da profissão, insatisfação, indisposição, desinvestimento e falta de reflexão crítica, entre outros sintomas que evidenciam uma autodepreciação do papel do professor.

Esta condição contribui para a crise da profissão docente, um tema amplamente analisado e discutido por teóricos contemporâneos. A intensificação do trabalho docente, conforme observado, é uma realidade que se desdobra em diversas formas, sendo

influenciada, em grande parte, pela adoção de práticas que derivam do modelo empresarial na esfera educacional. Neste sentido, o professor, por vezes, vê-se equiparado a um técnico, uma figura que, de certa forma, revive o ambiente fabril do passado, assemelhando-se ao operário cujas substituições são consideradas uma possibilidade real.

Dentro do contexto de intensificação do trabalho docente, também é importante destacar o trabalho imaterial dos professores, que se refere às tarefas, como a preparação de aulas, correção de provas e interação direta com os alunos. A intensificação desse trabalho imaterial muitas vezes é impulsionada por uma carga de responsabilidades e exigências administrativas que antes não eram predominantes na esfera. Assim, destaca-se o conceito de trabalho imaterial que ganhou destaque nas análises contemporâneas.

Santos (2013), ao se fundamentar na contribuição de Antunes (2005 e 2007), explica que com a crise do modelo fordista, houve um processo de reorganização econômica, política e ideológica do capital; como consequência, ocorreu uma diminuição de empregos no setor industrial e a expansão de outras formas de trabalho, dotadas de maior "dimensão intelectual". Nesse cenário, entende-se que surge o trabalho imaterial, que vai além da produção física de bens, abarcando atividades que envolvem aspectos cognitivos, criativos e relacionais, incluindo, por exemplo, as atividades do professorado.

O autor, em questão, destaca a distância entre a teoria do trabalho imaterial de Negri, Lazzarato e Gorz, em relação à base teórica marxiana, e mostra-se mais próximo das ideias de Antunes (2005 e 2007) que expõe suas teorias sobre a classe que vive do trabalho. Neste caso, inseriram-se os professores como pertencentes a essa categoria, e as explicações sobre o trabalho material e imaterial também se adequam à realidade do trabalho docente.

As contradições anteriormente abordadas que se configuram também na inconciliação entre o capital e o trabalho dos professores, e que nos guiam na busca de compreender o que de fato tem acontecido com o tempo livre do professor.

Para começar a encontrar respostas para estas indagações, foi necessário realizar uma revisão bibliográfica abrangente da literatura científica. Esse levantamento demonstrou que o número de investigações sobre essa temática ainda era pequeno, diante da problemática que envolve o trabalho dos professores e a sua relação com o tempo livre.

Sobre o tempo livre em si ou relacionado a outras profissões, havia muitas pesquisas, mas sobre o tempo livre especificamente dos professores, encontrou-se um registro bem pequeno. Assim, o primeiro passo para buscar as respostas a esses questionamentos foi realizar um levantamento bibliográfico da produção científica que trata especificamente do

tempo livre dos professores. A partir da análise desse material, organizaram-se as considerações deste estudo, em cinco capítulos mais as considerações finais.

O primeiro capítulo desta tese contextualiza o tema, apresentando as motivações, objetivos e questões norteadoras. Além disso, destacou-se a relevância do estudo do tempo livre do professor na contemporaneidade, considerando os desafios enfrentados pelos docentes no contexto educacional atual.

No segundo capítulo, foram apresentadas as considerações metodológicas da pesquisa. Explicou-se que esta investigação aborda o estado do conhecimento, sobre o tempo livre dos professores, explorando teses de doutorado e dissertações de mestrado que discutiram esse tema. Além disso, foi detalhado o método de análise de conteúdo da professora Bardin, amplamente utilizado nesta pesquisa.

No terceiro capítulo, realizou-se uma revisão bibliográfica minuciosa, buscando identificar as principais ideias presentes nas dissertações e teses que abordam o tempo livre do professor. Essa análise permitiu compreender as perspectivas teóricas e metodológicas adotadas por pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, bem como suas contribuições e lacunas.

No quarto capítulo, adentrou-se nas raízes históricas do conceito de tempo livre, evidenciando como ele evoluiu ao longo do tempo e como os professores têm conquistado esse direito em meio a lutas e movimentos sindicais.

No quinto capítulo, a atenção voltou-se para o tempo livre de professores como objeto de pesquisas acadêmicas em diferentes contextos educacionais, apresentou-se os dados levantados por meio de gráficos e tabelas, de forma sintética, para melhor organização e reflexões acerca de importantes resultados encontrados neste estudo. Foram investigadas as possibilidades e limites encontrados nesse cenário, apontando fatores que impactam o tempo livre dos docentes.

Nas considerações finais, após a leitura e interpretação das teses e dissertações sobre o tema, defende-se a tese de que o tempo livre dos professores é incorporado pelo capital como forma de exploração do seu trabalho imaterial, gerando, com isso, condições precárias para o exercício da profissão e trato com a ciência.

2 ABORDAGEM DA PESQUISA

O estudo do "Tempo Livre do Professor" é crucial dentro do contexto educacional, uma vez que sua compreensão impacta diretamente tanto na qualidade de vida quanto no desempenho profissional dos educadores. Ao buscar referências em teses e dissertações, buscou-se embasar essa discussão em fundamentos sólidos e abrangentes.

Escolheu-se utilizar, principalmente, referenciais teóricos encontrados nas obras de Karl Marx, que abordam a relação intrínseca entre trabalho, exploração da força de trabalho e alienação. Essa escolha teórica é relevante, pois permitiu compreender o tempo livre não apenas como uma dimensão inserida nas complexas relações de produção, mas como um elemento fundamental no contexto profissional dos professores.

O marxismo forneceu um arcabouço conceitual para examinar não apenas a rotina laboral, mas também as dinâmicas sociais que envolvem as questões do tempo livre. Pois, ao considerar as relações de produção, a exploração do trabalho e a alienação, tornou-se possível desvelar como o tempo livre do professor não é apenas um aspecto pessoal, mas sim um produto das estruturas socioeconômicas que permeiam o sistema educacional.

As teses e dissertações refletiram, em um acervo valioso de conhecimento acadêmico e prático, permitindo uma importante reflexão das diferentes experiências, abordagens e análises sobre o tema do tempo livre do professor. Esses estudos ofereceram reflexões, que contribuíram para uma compreensão mais ampla e contextualizada dos desafios, oportunidades e impactos desse aspecto na vida profissional dos educadores.

Portanto, ao fundamentar a pesquisa nesses referenciais teóricos e na análise de teses e dissertações, ampliou-se o olhar não apenas para compreender a dimensão individual do tempo livre do professor, mas também desvelar suas conexões com estruturas mais amplas, como as políticas educacionais, as relações de trabalho e as dinâmicas sociais. Além disso, a análise desses estudos acadêmicos permitiu identificar padrões e perspectivas diversas, oferecendo um panorama mais abrangente no contexto educacional.

A pluralidade de abordagens encontrada nas teses e dissertações contribui para uma compreensão mais abrangente do tempo livre do professor, levando em consideração diferentes contextos, realidades e aspectos culturais. Isso enriqueceu a pesquisa, possibilitando uma análise mais completa e contextualizada.

Assim, a investigação baseada nas teses e dissertações, aliada aos referenciais teóricos marxistas, não somente mostrou com riqueza a compreensão do tempo livre do professor, mas

também ofereceu subsídios fundamentais para a proposição de medidas e reflexões que possam contribuir para a valorização do corpo docente e para a melhoria do ambiente educacional como um todo.

2.1 Justificativa

A relevância desta pesquisa reside na importância de compreender o tempo livre do professor como um aspecto central das condições de trabalho docente, especialmente, considerando as demandas e desafios contemporâneos da educação.

O estudo sobre o tema contribui para o debate acerca da valorização do trabalho docente, da qualidade de vida dos profissionais da educação e da construção de uma educação mais crítica e emancipatória. A investigação sobre o tempo livre dos professores representa um ponto crucial para a compreensão das condições de trabalho na docência, ganhando relevância incontestável diante do cenário contemporâneo da educação.

Este estudo não oferece apenas uma perspectiva abrangente sobre as dinâmicas temporais desses profissionais, mas também desvenda os desafios enfrentados em meio às questões pedagógicas, administrativas e sociais que impactam diretamente a vida dos docentes; contribuiu-se para a reflexão sobre a valorização do trabalho docente, reforçando a necessidade premente de consideração e respeito não somente ao tempo de sala de aula, mas também aos períodos destinados ao planejamento, à atualização profissional e ao descanso.

Além disso, a compreensão mais profunda do tempo livre dos professores está diretamente ligada à qualidade de vida desses profissionais, impactando sua saúde física, emocional e mental. Identificar os fatores que interferem positivamente ou negativamente nesse tempo pode gerar subsídios significativos para a implementação de políticas educacionais e práticas institucionais que promovam ambientes de trabalho mais saudáveis e equilibrados para os educadores.

Portanto, ao se debruçar sobre a questão do tempo livre na docência, esta pesquisa pretendeu contribuir, mesmo que de forma simbólica, para a construção de uma educação mais crítica e emancipatória.

Ao se revelarem as implicações da distribuição temporal na vida dos professores, abriu-se espaço para compensar não apenas a carga de trabalho, mas também os modelos pedagógicos, promovendo uma reflexão profunda sobre como tais dinâmicas temporais podem influenciar a relação entre educadores e alunos, bem como o processo de

ensino-aprendizagem.

Assim, a investigação sobre o tempo livre dos professores transcende a simples mensuração de horas não trabalhadas, fornece importantes reflexões indicando a necessidade de reformular as práticas educacionais, promover a valorização profissional e, conseqüentemente, contribuir para a construção de um ambiente educacional mais saudável, reflexivo e enriquecedor tanto para os docentes quanto para os alunos.

2.2 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o tempo livre do professor sob a perspectiva das teorias marxistas, compreendendo como as relações de trabalho e as estruturas sociais influenciam na disponibilidade de tempo para atividades não laborais. Além disso, buscou-se identificar os impactos do tempo livre na qualidade de vida e no desempenho profissional dos docentes.

2.3 Objetivos Específicos

Mapear os fundamentos teóricos e conceituais utilizados nas dissertações e teses selecionadas para esta pesquisa, buscando compreender as percepções dos autores sobre a relação entre o tempo de trabalho e o tempo livre dos professores, identificando as principais correntes teóricas que embasam essas pesquisas.

Analisar as justificativas e motivações que levaram os autores a investigarem a temática do tempo livre dos professores, examinando as metodologias utilizadas em suas pesquisas, destacando suas abordagens e estratégias metodológicas para compreender a dinâmica entre o tempo de trabalho e o tempo livre.

Avaliar criticamente os resultados encontrados pelos pesquisadores, identificando e classificando categorias dos principais obstáculos e desafios que impactam o tempo livre dos professores, destacando as vantagens e contribuições específicas de cada estudo para o entendimento desse interesse.

Investigar de que maneira a lógica capitalista influencia o tempo de trabalho e o tempo livre dos professores, estabelecendo um paralelo entre os pontos convergentes identificados nas dissertações e teses, buscando compreender as semelhanças e divergências nas percepções dos autores sobre essa influência e seu impacto na vida dos professores.

2.4 Considerações Metodológicas

Este estudo se alinha ao paradigma das pesquisas qualitativas. Marconi e Lakatos (2003) explicam que este tipo de pesquisa busca investigar o comportamento e as especificações em sua complexidade. Rey (2002, p. 72-73) também esclarece que a pesquisa qualitativa é descrita como: “Um processo permanente de produção de conhecimento, em que os resultados são momentos parciais que se integram constantemente com novas perguntas e abrem novos caminhos à produção do conhecimento.”

Além disso, esta é uma pesquisa explicativa, conforme descrito por Gil (2002, p. 42), ela tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. “Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”.

Essa pesquisa também se enquadra no modelo de pesquisa bibliográfica, que significa dizer que se baseia em um referencial significativo de dados já analisados, configurando-se como um estudo sobre o estado do conhecimento. Está estruturada a partir de um referencial sólido constituído por uma análise abrangente do conhecimento existente.

Neste sentido, este estudo é baseado em uma pesquisa conhecida pela denominação Estado do Conhecimento. Esse tipo de pesquisa é explicado por Silva e Aguiar (2024) como pesquisa bibliográfica, que tenta mapear e debater uma produção acadêmica em diferentes áreas do conhecimento, em diferentes contextos históricos, seu objetivo é realizar um inventário das pesquisas já existentes, tentando responder às questões sobre o tema que busca investigar.

Essas pesquisas também trazem o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado e diferentes publicações. Assim, Silva e Aguiar (2024) esclarecem que segundo Ferreira (2002) as pesquisas definidas como Estado do conhecimento:

Possuem caráter bibliográfico e têm a finalidade desafiadora de realizar um mapeamento e uma discussão sobre uma determinada produção acadêmica em diversos campos do conhecimento, buscando identificar quais características têm sido destacadas e antepostas em diferentes tempos e lugares, visando também verificar de que maneira e em que condições são produzidos determinados trabalhos acadêmicos. (p.15)

Portanto, pode-se dizer que a pesquisa realizada é sobre o “estado do conhecimento”,

sobre o tempo livre dos professores, pois explora trabalhos científicos específicos de nível de pós-graduação, concentrando-se em teses de doutorado e dissertações de mestrado direcionados à investigação sobre o tema do tempo livre dos professores. Essa abordagem possibilitou uma compreensão mais profunda e embasada, utilizando contribuições consolidadas e relevantes no âmbito educacional para a fundamentação deste estudo.

Para analisar o material selecionado, adotou-se o método da análise de conteúdo, baseando-se nos estudos da professora da Universidade de Paris V - Laurence Bardin, que o define da seguinte forma:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. (Bardin, 2011, p.11).

A professora Bardin (2011) explica que o método de análise de conteúdo é composto por fases: primeiramente, vem a fase da pré-análise, onde são realizadas a *leitura flutuante*, escolha dos documentos, formulações dos objetivos, hipótese e indicadores.

Na segunda parte, explora-se o material, criando categorias e, na última parte, tem-se o tratamento e a interpretação dos resultados. Assim, a técnica preza pelo rigor metodológico e pode ser desenvolvida de maneira sistemática, a partir de três fases:

- 1) Pré-análise;
- 2) Exploração do material, categorização ou codificação;
- 3) Tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Conforme as diretrizes deste método, essa pesquisa foi iniciada com a fase de pré-análise. Antes disso, foi consultada a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT). Utilizando a ferramenta de filtragem disponível na plataforma, inseriram-se as categorias de busca: "professor e tempo livre", sem restrição de data de início e com data final até 2022. Essa busca inicial resultou em uma variedade de pesquisas de mestrado e doutorado, muitas das quais não estavam diretamente relacionadas ao objeto de investigação.

Diante disso, aplicou-se a técnica de leitura flutuante, conforme descrito pela professora Bardin, como um primeiro contato com os documentos destinados à análise. Após

a leitura flutuante das teses e dissertações, excluíram-se aqueles que não abordavam a temática central da pesquisa: a relação entre professores e seu tempo livre.

Utilizaram-se as seguintes regras descritas pela professora Bardin:

1) Regra da exaustividade: quando já está delimitada a área de abrangência desse corpus, é necessário entrar em contato com todos os seus elementos e ter bastante atenção para não excluir elementos importantes para a discussão.

2) Regra da representatividade: a amostragem torna-se rigorosa e científica se representar uma parte significativa do universo total.

3) Regra da homogeneidade: os documentos escolhidos devem obedecer a critérios precisos para sua seleção.

4) Regra de pertinência: os documentos selecionados precisam ter uma correspondência aos objetivos da pesquisa.

Este processo resultou em um quantitativo final:

❖ 4 teses de doutorado e 4 dissertações de mestrado que atendiam aos parâmetros estabelecidos.

Portanto, nesta etapa do trabalho, consolidou-se o corpus da pesquisa, entendendo que, neste contexto, "corpus" refere-se ao conjunto de dados ou materiais meticulosamente estudados e analisados.

No método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), o corpus abrange a totalidade dos textos, documentos ou materiais que os pesquisadores exploram para extrair informações significativas e pertinentes à pesquisa em questão.

Conscientes da importância crucial desta etapa para a validade e confiabilidade dos resultados, houve empenho em realizar uma definição metódica deste corpus. Como forma de proporcionar clareza e organização a esse processo, apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 2 - Teses e Dissertações que discutem o tempo livre do professor

Nº.	Título	Autor (a)	Universidade	Ano da Defesa	Tpo
01	Tempos cotidianos de professoras/es fora da escola: outras histórias	Geovani de Jesus Silva	Universidade Federal de Minas Gerais	2014	Doutorado
02	O Tempo de Trabalho e o Tempo “Livre” dos Professores Municipais de Santa Maria/RS	Daniele Rorato Sagrillo	Universidade Federal de Santa Maria	2015	Doutorado
03	Trabalho e Tempo Livre: A Atividade do Professor Universitário no Contexto da Crise Contemporânea do Capital	Francisco das Chagas da Silva	Universidade Federal do Paraná	2017	Doutorado
04	Trabalho, Intensificação e o Tempo Livre do Docente da Universidade do Estado do Pará	Zaira Valeska Dantas da Fonseca	Universidade Federal do Pará	2017	Doutorado
05	Educação, tempo livre e lazer nas Associações Docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX	Edson Tenório	Universidade Federal de Pernambuco	2011	Mestrado
06	Estudo Sobre a Formação Cultural: A Semiformação do Professor do Ensino Estadual da Região Central de São Paulo	Daniela Olorruama	Pontifícia Católica de São Paulo	2013	Mestrado
07	O Tempo Livre como Palimpsesto do Tempo de Trabalho: Temporalidade e Ideologia	Marcelo Gonçalves Rodrigues	UNESP Araraquara	2016	Mestrado
08	Os Tempos Sociais e a Docência na Educação Básica em GOIÁS: A Proeminência dos tempos de trabalho	Luciene Correia Santos de Oliveira Luz	Universidade Federal de Goiás	2017	Mestrado

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Após a constituição do corpus desta pesquisa, avançou-se para a segunda fase dedicada à exploração do material. Durante esse estágio, realizou-se uma leitura inicial e exploratória dos materiais pesquisados, com o objetivo de identificar ideias, temas, padrões ou elementos relevantes presentes nos dados, sem realizar uma análise mais aprofundada ou sistemática.

O enfoque principal foi adquirir uma visão global e preliminar do material, proporcionando uma compreensão abrangente antes de progredir para as fases subsequentes da análise. Para alcançar esse propósito, foram organizadas as principais ideias em fichas de resumo (fichamento das teses e dissertações), que se encontram na parte dos anexos desta pesquisa.

Nos fichamentos, inicialmente, foram considerados os seguintes elementos: discussão,

objetivos, metodologia, fontes, temas da pesquisa, referencial teórico e resultados, o intuito desse trabalho foi conhecer todo material.

Após o fichamento (que se encontra organizado na parte dos anexos desta tese) e a análise das teses e dissertações, continuou-se seguindo o método de Bardin (2011).

O passo subsequente consistiu na elaboração de categorias de análise para examinar as principais discussões trazidas pelos pesquisadores em seus respectivos trabalhos sobre o tempo livre do professor. Considerando a natureza multifacetada do universo pesquisado, que abarcava a educação básica e o ensino superior em diferentes regiões do Brasil, as abordagens nos estudos eram muito amplas.

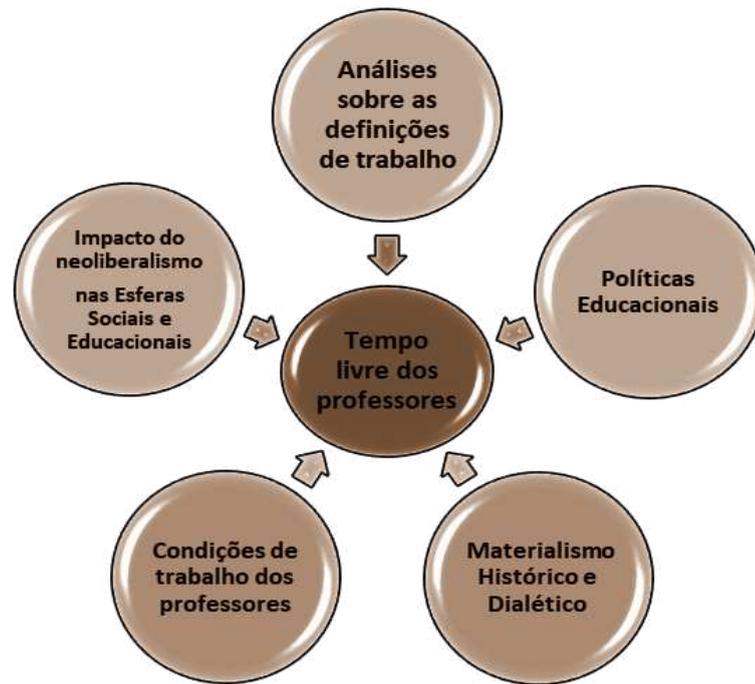
A análise partiu de dois contextos muito parecidos, pois ambos estão inseridos no campo educacional, entretanto têm suas particularidades. Assim, para facilitar a análise, foram divididos em dois blocos: um primeiro bloco referente às pesquisas que exploraram as vivências dos professores da educação básica e um segundo bloco que exploraram a realidade dos professores universitários, ambos serão melhor tratados no próximo capítulo.

Mesmo separando em dois blocos para facilitar o estudo, havia muitos elementos nos trabalhos investigados e diferentes abordagens teóricas e metodológicas, sendo assim, o caminho encontrado foi buscar a identificação de categorias que facilitassem a análise e a busca de um melhor entendimento e reflexão sobre o objeto investigado, que é o tempo livre do professor.

Nesse sentido, realizaram-se alguns questionamentos para se encontrar as categorias de análise por meio das seguintes questões: Quais elementos presentes nas pesquisas indicam respostas para aprofundar nossa compreensão sobre o tempo livre dos professores? Que questões discutidas nestes estudos são relevantes para refletirmos sobre a perda do tempo livre desses profissionais?

Estas indagações serviram como guia para a seleção criteriosa das categorias que foram consideradas mais pertinentes para análise e investigação detalhada. Elas foram sintetizadas na figura a seguir:

Figura 1 - Principais categorias para compreensão do tempo livre do professor



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Entende-se a partir dos estudos realizados, que as investigações que fazem parte do referencial desta pesquisa, apresentaram importantes enfoques que buscaram explicar o tempo livre dos professores. Como forma de seleção e porque o universo de informações era muito extenso, realizou-se um recorte do que foi discutido. Foram selecionadas as categorias destacadas acima, valendo-se da ideia de que elas foram as que melhor explicaram o objeto dessa pesquisa.

Dessa forma, elegeram-se as seguintes categorias: análises sobre as definições de trabalho, políticas educacionais, materialismo histórico e dialético, condições de trabalho, impactos do neoliberalismo nas esferas sociais e educacionais.

No próximo capítulo, cada uma dessas categorias será mais bem explorada, proporcionando uma compreensão mais aprofundada sobre suas interconexões e impactos no contexto do tempo livre dos professores.

3 PRINCIPAIS IDEIAS NAS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O TEMPO LIVRE DO PROFESSOR

3.1 Contexto das Dissertações e Teses Analisadas

Neste capítulo, foi realizada uma análise das principais ideias e abordagens presentes em quatro dissertações e quatro teses que discutem o tempo livre do professor. As fontes escolhidas para a análise foram selecionadas com base em critérios de relevância, atualidade e pertinência aos objetivos desta pesquisa.

Este trabalho buscou investigar as principais ideias presentes nas teses e dissertações sobre o tempo livre dos professores. Com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), o objetivo primordial foi comparar os estudos existentes, identificando o que os pesquisadores pensam sobre o tempo livre dos professores na atualidade.

A pergunta norteadora desta parte da pesquisa foi: "O que as teses e dissertações discutem sobre o tempo livre dos professores?" Pretendeu-se identificar possíveis padrões no tratamento do tempo livre dos professores dentro do contexto dessas pesquisas. A metodologia utilizada para responder à questão envolveu a análise de conteúdo das pesquisas selecionadas. Essa técnica permitiu a interpretação objetiva e sistemática dos dados coletados, oferecendo subsídios para uma investigação mais crítica sobre o tema.

Espera-se que este trabalho contribua para ampliar a compreensão sobre a importância do tempo livre para os professores sob a ótica marxista, bem como enriqueça o debate acadêmico acerca desta temática. Além disso, os resultados obtidos podem auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas para a valorização do tempo livre dos professores.

Os resultados obtidos das análises das teses e dissertações foram divididos em dois blocos: no primeiro bloco, os autores Silva (2017), Fonseca (2017) e Rodrigues (2016) discutem o tempo livre no contexto dos professores universitários. Já no segundo bloco, os autores Silva (2014), Sagrilo (2015), Silva (2011), Olorruama (2013) e Luz (2017) falam sobre a realidade do tempo livre no contexto dos professores da educação básica.

3.2 Tempo Livre no Contexto dos Professores Universitários

Silva (2017) investiga as questões que envolvem os professores universitários. Essa tese buscou explorar a relação entre trabalho e tempo livre, enfatizando a evolução histórica

dessa dinâmica. Desde os primórdios da humanidade, o tempo dedicado ao trabalho foi influenciado por fatores naturais e pelas formas sociais de produção. A capacidade de produzir excedentes, além das necessidades imediatas, desencadeou questões sobre como esse excedente é utilizado e acumulado, afetando o tempo dedicado ao trabalho.

O texto questiona que, apesar do avanço tecnológico que aumentou a produtividade, muitas pessoas ainda trabalham mais para atender às suas necessidades. Examinou a natureza desse trabalho, quem o realiza e para quem, investigando as relações sociais e econômicas envolvidas. Além disso, levantou indagações sobre as implicações dinâmicas na vida e no tempo livre das pessoas.

O objetivo principal foi analisar a relação entre o trabalho e o tempo livre do professor universitário, especialmente, em meio à crise contemporânea do capitalismo. O texto destaca que a crise atual vai além de uma crise cíclica e sugere a existência de limites estruturais no próprio sistema capitalista.

Considerou que, diante das mudanças ocorridas, há um prolongamento do tempo dedicado ao trabalho, comprometendo o tempo livre do professor universitário. A pesquisa focou no período de 1990 a 2015 no Brasil, identificando fatores políticos, ideológicos e econômicos que afetaram os trabalhadores, incluindo os professores universitários.

Definiu o trabalho do professor universitário como uma atividade que envolve direta ou indiretamente suas responsabilidades profissionais. Quanto ao tempo livre, fez a distinção entre o tempo liberado do trabalho e o tempo realmente disponível para atividades não relacionadas ao trabalho.

Fonseca (2017) apresentou em sua tese uma análise sobre as repercussões das mudanças no processo de trabalho do docente do ensino superior, especificamente, na Universidade do Estado do Pará (UEPA), em relação ao seu tempo de trabalho e não-trabalho. Utilizando o materialismo histórico-dialético, o estudo investigou as relações entre as políticas públicas educacionais, o trabalho dos docentes e seu tempo livre.

Uma pesquisa de campo foi realizada com docentes da UEPA, focando no perfil funcional, no trabalho docente e nas atividades durante o tempo livre. Destacou a influência do modo de produção capitalista na alienação do trabalho e na historicidade do tempo. Abordou as mudanças históricas no trabalho docente, como perda de autonomia, intensificação, precarização e mercantilização, e confirmou a possibilidade de que os docentes pouco tenham controle sobre seu tempo de trabalho, levando a uma invasão desse tempo em outras esferas da vida, como casa e lazer.

O estudo visou contribuir para reflexões sobre a intensificação do trabalho docente, a ampliação da jornada de trabalho e suas consequências para o tempo livre, provocando mudanças na carreira do magistério superior e estimulando reflexões sobre o produtivismo acadêmico e suas implicações na saúde e no lazer dos docentes.

Rodrigues (2016), em sua dissertação, se propõe a realizar uma análise teórica sobre a temporalidade no contexto do capitalismo tardio e seu uso como ideologia. Combinando essa análise teórica com um estudo empírico, examinou os impactos das tecnologias digitais e a atualização dos processos materiais no tempo livre dos professores universitários.

O estudo empírico baseou-se em entrevistas com dois professores de uma universidade pública no interior de São Paulo. Utilizando a Teoria Crítica da Sociedade, especialmente os pensadores da sua primeira geração, como orientação teórico-metodológica, explorou como a temporalidade humana é influenciada pela ordem social e pelas tecnologias, criando a sensação de atualização temporal.

A partir da análise empírica, conclui-se que a falta de autonomia nas instituições de ensino aprofunda características de uma universidade orientada pela velocidade, impactando a capacidade dos professores de ensinar, pesquisar e realizar atividades acadêmicas sem comprometer seu tempo livre.

Identificou-se que o tempo livre do docente se tornou uma extensão do tempo de trabalho, evidenciando questões estruturais, éticas e políticas ligadas à temporalidade. O estudo levantou reflexões sobre esse uso do tempo livre, enfatizando a necessidade urgente de reflexão e pesquisa sobre a dimensão temporal na universidade, bem como a proposição de políticas de resistência para uma reformulação radical desse cenário.

3.3 Tempo Livre no Contexto dos Professores da Educação Básica

O autor Silva (2014) apresenta sua tese explorando a ideia de que a noção de tempo é uma construção social, é uma invenção da humanidade. Ele argumenta que as experiências temporais variam entre diferentes grupos humanos e momentos históricos, sendo moldadas pela memória e transmitidas de geração em geração. A construção social do tempo é fundamental para a formação de biografias individuais e coletivas, incorporando sentimentos, saberes e fatores emocionais e cognitivos.

A pesquisa do autor se concentra na análise das configurações da experiência do tempo dos professores (Educação básica) fora da escola, investigando os processos

sócio-históricos e culturais que influenciam essas experiências. Ele busca não apenas descrever as atividades dos docentes em seu tempo livre, mas também examinar os elementos que circunscrevem essas experiências, incluindo as condições socioeconômicas, as interações sociais, o ritmo dos acontecimentos vividos, os processos de compensação através do lazer e atividades culturais, bem como as clivagens de gênero e condição laboral que afetam as construções temporais dos indivíduos.

O autor destaca como os ritmos e durações temporais foram mercantilizados e controlados pela lógica do relógio e do mercado, afetando o tempo disponível dos professores entre o excesso de trabalho e a falta de tempo livre. Ele enfatiza as questões e conflitos associados às experiências temporais dos docentes, influenciadas pela sociedade, pelas relações de trabalho e pelas exigências da profissão.

Ao longo da introdução, o autor compartilha sua própria experiência temporal desde a infância no campo até sua jornada profissional como professor e coordenador pedagógico. Ele reflete sobre como suas experiências pessoais moldaram sua compreensão do tempo e levaram à investigação da experiência temporal dos professores fora da escola.

O trabalho é estruturado em seis capítulos, nos quais o autor discute os tempos cotidianos dos docentes, as atividades de tempo livre, as dificuldades entre trabalho e lazer e os desafios enfrentados pelos professores na gestão de seus tempos. O objetivo principal foi apresentar um panorama das experiências temporais dos professores e refletir sobre as questões emergentes dessa análise.

A autora Sagrillo (2015) inicia sua tese com o objetivo de examinar os tempos de trabalho e de lazer dos professores da rede pública de ensino em Santa Maria/RS, considerando o contexto atual do mundo do trabalho e as reformas educacionais como as principais causas da redução do tempo livre dos professores.

Sagrillo fundamenta sua pesquisa no materialismo-histórico e dialético desde sua graduação, acreditando que essa teoria oferece uma importante ferramenta para entender a realidade social. A atuação em um grupo de estudos sobre políticas públicas e gestão educacional também influenciou seu interesse, especialmente, ao observar abordagens sobre o trabalho docente descontextualizadas da realidade brasileira e permeadas por perspectivas teóricas pós-modernas.

A autora relata suas experiências como professora de Educação Física e coordenadora pedagógica em escolas municipais, onde enfrentou desafios relacionados ao tempo de trabalho, falta de reflexão pedagógica e dificuldades na gestão escolar. Ela destaca a

precariedade e sobrecarga do trabalho docente, a sensação de falta de significado e a dificuldade de equilibrar as responsabilidades profissionais com a vida pessoal.

Além disso, Sagrillo enfoca a influência das reformas educacionais ocorridas desde os anos 1990, que aumentaram as responsabilidades e a exigência dos professores, muitas vezes, levando-os a negar o ensino do conhecimento para atender a outras demandas sociais.

Silva (2011), em sua dissertação de mestrado, pontua a importância das associações docentes de Pernambuco que desempenharam um papel educativo significativo. O autor inicialmente destacou que as entidades ofereciam atividades recreativas e culturais como meio de promover a integração entre os professores e proporcionar momentos de lazer e socialização. No entanto, essas ações foram além do simples entretenimento, assumindo um caráter educativo.

As atividades propostas por essas associações de professores da educação básica não se limitavam apenas à recreação; elas visavam à educação através do lazer, oferecendo oportunidades para os professores ampliarem seus conhecimentos, desenvolverem habilidades e adquirirem novas experiências. Assim, desenvolveram-se não apenas para o descanso e a diversão dos docentes, mas também para o seu crescimento intelectual e social.

Além disso, essas entidades exerceram um papel importante na formação do SINTEPE, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco. As práticas de cooperação, organização e mobilização social das associações docentes influenciaram diretamente na constituição e consolidação do sindicato, proporcionando aos professores um meio de negociação por seus direitos trabalhistas.

Já Olorryama (2011) realizou um estudo empírico que explorou a formação e o trabalho dos professores (educação básica), investigando a presença de elementos ligados à formação cultural e ao conceito de semiformação. O objetivo principal foi identificar e analisar aspectos relacionados à formação cultural e às atividades de lazer dos professores.

Para atingir esse objetivo, foi utilizado um roteiro de entrevista estruturado com sete temas: rotina de trabalho, formação inicial e continuada, participação política, autoformação, função da educação, tempo livre e tarefas diárias. Foram entrevistados 21 professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio da Rede Estadual em escolas da região central de São Paulo.

O estudo se baseou em conceitos de cultura, formação cultural e semiformação de autores da Teoria Crítica da Sociedade, como Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse, além de textos sobre educação e uso do tempo livre. Os dados obtidos foram

categorizados em formação e trabalho docente, engajamento político, atividades no tempo livre e função da educação, analisados com recursos estatísticos e embasados no referencial teórico.

Os resultados indicaram uma tendência à predominância de elementos de semiformação na formação dos professores, assim como atividades semelhantes durante o tempo livre e em outros momentos sociais. Os professores apresentaram posições políticas e concepções sobre a função da educação semelhante. A participação política na escola foi maior do que no sindicato, possivelmente devido à resistência à consciência de classe.

Luz (2017) discutiu, em sua dissertação, as diversas formas de precarização e o aumento da carga de trabalho enfrentada pelos professores da Educação Básica no Brasil. Essas condições incluem sobrecarga de trabalho, ritmos acelerados, exaustão física e mental, desvalorização salarial, pressão por resultados e ampliação das responsabilidades. Esta dissertação foi fruto do resultado de uma pesquisa de mestrado em Sociologia, que investigou a docência na Educação Básica pública em Goiás, focando no trabalho dentro e fora da escola e nas relações entre tempo de trabalho e tempo livre.

Para embasar sua análise, o estudo utilizou as teorias de diversos autores, incluindo Alvarenga, Codo, Costa, Dal Rosso, Dumazedier, Gorz, Harvey, Libâneo, Marx, Moraes Neto, Oliveira, Padilha, Paro, Pérez Gómez, Pronovost, Sagrillo e Sue, entre outros, para refletir sobre o trabalho, os tempos sociais, a intensificação do trabalho, o trabalho imaterial, a educação escolar e os tempos de trabalho dos professores na Educação Básica.

A metodologia qualitativa foi empregada com entrevistas, sendo a principal técnica de coleta de dados. Foram entrevistados 10 professores com pelo menos 10 anos de experiência na sala de aula em escolas públicas no Estado de Goiás, especificamente nos municípios de Cachoeira Dourada, Itumbiara e Goiânia.

Os dados obtidos permitiram discutir as visões dos professores sobre a docência, suas atribuições e os resultados do trabalho, assim como as atividades durante o tempo de trabalho escolar e extraescolar, incluindo o tempo não dedicado ao trabalho, como fins de semana, feriados e após o expediente. A conclusão revela que o tempo livre dos professores tem sido cada vez mais absorvido pelo trabalho, prejudicando o descanso, cuidados pessoais, lazer e educação continuada.

O aumento da intensidade do trabalho docente gerou a necessidade de reorganização ou redução do tempo livre, evidenciando relações hierárquicas entre o tempo de trabalho e

outros aspectos sociais. Além disso, foi identificado um quadro de adoecimento físico e mental entre os professores entrevistados, relacionado à intensificação do trabalho docente.

3.4 As Principais Categorias das Pesquisas

A compreensão aprofundada das perspectivas e conceitos apresentados nas dissertações e teses selecionadas foi crucial para este estudo, pois permitiu uma visão abrangente e embasada sobre as temáticas discutidas. Nesta seção, destacam-se as categorias recorrentes que emergiram das pesquisas, consolidando os principais pontos de discussão. As categorias elencadas abordaram e descreveram assuntos que foram amplamente explorados pelos pesquisadores, conforme relacionado no quadro abaixo:

Quadro 3 - Principais categorias para compreensão do tempo livre dos professores e suas descrições correspondentes

Tópico	Descrição
Conceitos fundamentais do materialismo histórico e dialético	- Materialismo histórico: análise das relações sociais, econômicas e políticas com base nas condições materiais de existência. - Dialética: compreensão das mudanças e contradições através da interação de forças opostas.
Análises sobre as definições de trabalho	- Trabalho como atividade produtiva. - Trabalho como processo de transformação da natureza e da sociedade. - Trabalho como fonte de alienação ou emancipação.
Impacto do Neoliberalismo nas esferas sociais e educacionais	- Desregulação do mercado de trabalho. - Privatização de serviços públicos, incluindo educação. - Aumento das desigualdades sociais e educacionais.
Políticas Educacionais	- Análise das políticas educacionais à luz das relações de exploração. Implicações das políticas para a reprodução ou transformação das relações sociais.
Condições de trabalho dos professores	- Salários e jornada de trabalho. - Autonomia profissional e controle burocrático. - Relação entre as condições de trabalho dos professores e a reprodução das relações de produção capitalistas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Este esquema segue uma ordem lógica, começando com os conceitos fundamentais e avançando para áreas mais específicas, conectando o materialismo histórico-dialético com questões relacionadas ao trabalho, educação e políticas sociais. É crucial estudar esses elementos para compreender o impacto das políticas educacionais e sociais no tempo livre dos

professores.

O materialismo histórico-dialético fornece uma estrutura conceitual para analisar as relações sociais, econômicas e políticas que influenciam diretamente as condições de trabalho dos professores. Entender como esses conceitos se relacionam com questões como políticas educacionais, condições de trabalho e privatização da educação é essencial para identificar as causas subjacentes das pressões sobre o tempo livre dos professores.

O aprofundamento dessas temáticas permitiu uma análise mais abrangente e contextualizada das condições que afetam o tempo disponível dos professores fora do ambiente escolar. Isso não só ajudou a identificar os desafios enfrentados pelos professores, mas também a explorar possíveis soluções e abordagens para mitigar esses problemas. Para entender as interconexões entre o materialismo histórico-dialético, as políticas educacionais e as condições de trabalho dos professores, realizou-se um detalhamento de cada aspecto a seguir.

3.4.1 Materialismo histórico-dialético

A partir da análise das teses e dissertações que fundamentaram as suas pesquisas no materialismo histórico-dialético, compreende-se que ele trouxe explicações da importância dos aspectos materiais, econômicos e sociais na configuração da vida humana. O materialismo histórico-dialético também ajudou a explicar que as mudanças nas condições materiais de produção influenciaram diretamente na organização social das instituições e suas ideias culturais.

O método dialético, assim, foi apresentado como uma importante forma de pensar as entidades em constante mudança, em vez de entidades estáticas e imutáveis. O método se baseia na ideia da existência de contradições dentro do sistema. O materialismo histórico-dialético é uma corrente filosófica que emprega o conceito da dialética para compreender os processos sociais ao longo da história. Esta teoria, parte integrante do marxismo, foi desenvolvida por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895).

Pela perspectiva dialética de Marx e Engels, percebe-se que as relações entre os homens e o ambiente em que estão inseridos estabelecem conexões aos aspectos psicológicos e sociais. Conseqüentemente, através desta relação dialética entre os homens e o ambiente, a cultura e a sociedade, constrói-se o mundo e, ao mesmo tempo, ele é moldado por ela. Assim, o materialismo histórico-dialético não apenas enfatiza as bases materiais da sociedade, mas

também busca compreender a evolução social através do estudo das contradições, conflitos e mudanças que ocorrem no contexto histórico.

Esta abordagem foi muito utilizada pelos pesquisadores que investigaram o tempo livre dos professores, e foi uma ferramenta poderosa que analisou a história, a economia, a política, a cultura e a educação, abrangendo como as sociedades se desenvolveram, se transformaram e suas interações ao longo do tempo.

3.4.2 As definições de trabalho

As teses e dissertações também exploraram diferentes definições e concepções de trabalho, permitindo uma compreensão mais ampla dos aspectos laborais que afetam a disponibilidade de tempo livre dos professores. Isso englobou não apenas o aspecto formal do trabalho, mas também as nuances e complexidades envolvidas na atividade docente.

Para Karl Marx, o trabalho é um conceito central em sua teoria econômica e filosófica. Pois, ele via o trabalho como uma atividade fundamental que os seres humanos realizam para transformar a natureza e produzir bens e serviços para atender às suas necessidades.

Sagrillo (2015), uma das autoras que faz parte do corpus dessa pesquisa, explicou que o processo de trabalho definido por Marx, no capítulo V de *O Capital*, apresenta elementos comuns a qualquer forma social, o que demonstra que em formas sociais específicas eles permanecem, ainda que possam ser engendrados em diferentes constructos:

[...] O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independentemente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (Marx, 1985 *apud* Sagrillo, 2015).

A autora também explicou que para Marx existem duas formas de trabalho: o concreto e o abstrato. O trabalho concreto, como produtor de valores de uso, assume uma forma alienada, denominada por ele de trabalho abstrato, estabelecendo assim, a grande diferença em relação ao trabalho compreendido como categoria fundante do mundo dos homens.

O trabalho concreto representa o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para coisas socialmente úteis e necessárias. O trabalho abstrato decorre do dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, que cria o valor das mercadorias, condição necessária para a integralização do processo de valorização do capital, pois o valor de uso das coisas é subsumido ao seu valor de troca (Antunes, 1999, p. 76 *apud* Sagrillo, 2015).

Portanto, entende-se que o trabalho foi conceituado de maneira abrangente e detalhada, para Sagrillo (2015), que explorou o trabalho como um processo social e econômico fundamental na produção de mercadorias dentro do sistema capitalista.

Ela descreve o trabalho como uma atividade humana que não apenas transforma a natureza para criar bens úteis, mas também como fonte geradora de valor. Explicou também que Marx introduziu a teoria do valor-trabalho, que postula que o valor de uma mercadoria está intrinsecamente relacionado ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Nesse sentido, o trabalho é uma fonte primordial de valor, e é através da sua aplicação que o valor é incorporado aos produtos.

Além disso, entende-se que Marx destacou a dualidade do trabalho na sociedade capitalista: por um lado, o trabalho é uma expressão da capacidade humana de criação, inovação e transformação; por outro lado, ele é apresentado a um contexto de alienação e exploração. Marx descreveu como os trabalhadores se tornaram alienados do produto de seu próprio trabalho, pois os trabalhadores não têm controle sobre o processo de produção nem sobre os resultados, o que resulta na perda de sua identidade e no enfraquecimento de sua relação com o trabalho.

No contexto da relação entre o trabalhador assalariado e o capitalista proprietário dos meios de produção, Marx também discutiu a exploração específica dentro desse sistema. Ele argumentou que, na busca por lucro, o capitalista paga ao trabalhador apenas uma fração do valor total que ele produz, chamada de mais-valia. Isso resulta na acumulação de riqueza por parte dos capitalistas à custa do trabalho excedente dos trabalhadores.

O autor Silva (2017), que também faz parte do corpus dessa pesquisa, também explicou que, no sistema capitalista, a produção é orientada para gerar lucro, mais especificamente, e afirmou, assim como Sagrillo (2015,) que a criação de um valor adicional chamado de mais-valia é obtida através da exploração do trabalho dos trabalhadores, prolongando a jornada de trabalho e aumentando a quantidade realizada.

O autor também cita Marx para explicar que a mais-valia surge quando os trabalhadores fornecem mais tempo e esforço do que o necessário para produzir bens ou serviços, resultando em um excedente de trabalho, que é apropriado pelos donos dos meios de produção como lucro. No contexto do capitalismo, o tempo desempenha um papel crucial, tanto no uso eficiente dele durante o trabalho quanto no controle sobre esse tempo por parte dos empregadores.

Também afirmou que, ao longo da história do capitalismo, houve um processo de

transformação, onde os produtores individuais foram gradualmente expropriados de seus meios de produção, tornando-se parte da classe trabalhadora assalariada em formação. Isso levou à transição da produção individual para um processo coletivo de trabalho e produção, onde grupos de trabalhadores se uniram em oficinas artesanais e depois em fábricas.

Essa mudança ocorreu de maneira que os trabalhadores, antes proprietários de seus próprios meios de produção, passaram a vender sua força de trabalho no mercado, sendo subordinados aos empregadores para garantir seu sustento. Isso possibilitou o desenvolvimento de um sistema onde o trabalho assalariado se tornou a norma, com os trabalhadores sendo compelidos a vender sua capacidade de trabalho para sobreviver em um mercado controlado pelos donos dos meios de produção.

Em síntese, os autores anteriormente citados, recorreram ao arcabouço teórico de Marx, apresentando uma análise profunda do trabalho no contexto da sociedade capitalista, destacando sua importância na criação de valor, sua natureza contraditória de fonte de realização humana e, ao mesmo tempo, exploração e alienação no contexto das relações de produção capitalistas.

3.4.3 O neoliberalismo

Entender o neoliberalismo é fundamental para compreender o impacto que essa ideologia econômica e política exerce sobre diversos aspectos da sociedade, incluindo o tempo livre dos professores. Segundo a autora Luz (2017), que revisita a trajetória histórica que delineou os princípios do neoliberalismo, na evolução do capitalismo, as crises desempenharam um papel crucial, incitando transformações nos processos produtivos.

A partir dos seus estudos teceram-se nossas considerações. Esses períodos de crise agravaram a incessante fixação pela reprodução ampliada do capital, passando a subjugar a mão de obra, controlando-a para maximizar sua produtividade em intervalos cada vez menores e com gastos reduzidos.

O cenário da pós-Segunda Guerra Mundial foi caracterizado por uma demanda retraída, o que ocorreu em adaptações na produção. A década de 1970 testemunhou uma crise fiscal, evidenciando desequilíbrios nas contas de muitos países, influenciada pelo aumento nos preços do petróleo e pela instabilidade do dólar.

Uma crise estrutural do sistema capitalista impulsionou a reestruturação neoliberal. Nesse contexto, surgiu a busca por centralizar riquezas e poder em nações que optaram por

políticas dessa natureza, adotando uma abordagem de privatização dos lucros em detrimento dos riscos.

O neoliberalismo trouxe uma nova configuração econômica, fundada em teorias políticas e práticas econômicas que enfatizavam as liberdades e capacidades dos indivíduos. Essa concepção abraçou amplamente a defesa da propriedade privada e a liberdade irrestrita para o mercado e o comércio. A luta acirrada entre empresas e trabalhadores representou um princípio fundamental do neoliberalismo, tendo como resultado a mobilização e o agravamento das desigualdades sociais e econômicas.

O capitalismo tornou-se cada vez mais organizado graças à informação e à internacionalização do mercado financeiro. Houve um aceleração no tempo de produção e no consumo que gerou novos valores pautados na instantaneidade, além das trocas globais de mercadorias, dos novos padrões culturais e de consumo e da existência de uma sociedade do descarte.

Instituiu-se uma reorganização dos sistemas de transporte que possibilitou este “globalizar” e proporcionar novas configurações geográficas. Surgem novos setores de produção e mercados para pequenos detalhes e estoques, destinados a públicos específicos.

Os processos produtivos foram incrementados pela introdução da automação, da robótica e da microeletrônica, o que também gerou a exigência de adaptá-los a novos contextos com a implantação de novos processos de trabalho. A diversificação da produção foi obtida a partir da fusão de grandes corporações e, desta maneira, seria possível a produção de acordo com as necessidades definidas conforme as demandas (Harvey, 1992 *apud* Luz, 2017).

Para Sagrillo (2015), após as mudanças do modelo taylorista/fordista ao da acumulação flexível ou toyotismo, demandou, no campo da formação humana, uma requalificação do trabalhador, que segundo Gaudêncio Frigotto (1995), trata-se da existência de um neo capital humano, sob a forma da Sociedade do Conhecimento, agora ajustado sob outras bases.

Ainda explica que de acordo com Nosaki (2004), existem três dimensões delineadas pelo modelo de formação do novo trabalhador que refletem mudanças significativas no mundo do trabalho contemporâneo.

A primeira dimensão destaca a necessidade de habilidades flexíveis e adaptáveis em resposta à evolução tecnológica. Com a automação e informatização, espera-se que os trabalhadores sejam capazes não apenas de executar tarefas, mas também de gerenciar e

solucionar problemas de forma abstrata e multifuncional.

A segunda dimensão aborda a ideia de empregabilidade, enfatizando que não basta apenas ter empregos disponíveis, mas é crucial ter as habilidades e competências para ocupá-los. Isso reflete uma mudança de paradigma na educação, confirmando que a formação não deve apenas preparar para o trabalho, mas também para lidar com a realidade do desemprego.

A terceira dimensão enfoca a capacidade de criar oportunidades de trabalho por conta própria, destacando o empreendedorismo como uma resposta à escassez de empregos tradicionais. Isso implica não apenas ser empregável, mas também ter a capacidade de identificar e criar formas de trabalho e oportunidades de negócios.

Fonseca (2017) esclarece que o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que governou o Brasil de 1995 a 2002, desempenhou um papel fundamental como um dos principais defensores e promotores do neoliberalismo, que pode ser definido como uma corrente ideológica e econômica que defende a redução da intervenção estatal na economia, fomentando políticas de livre mercado, privatizações, abertura econômica, e adotando medidas de ajuste fiscal para diminuir o papel do Estado na oferta de serviços públicos.

Para a autora, o processo de privatização representou a transferência do patrimônio público brasileiro para o capital estrangeiro, resultando na internacionalização das principais indústrias. Isso revela um componente ideológico subjacente ao discurso das reformas, estreitamente ligado à política econômica de cunho neoliberal.

Além disso, em relação à preservação dos direitos sociais, a autora argumenta que a ideia de “publicização” é falaciosa, considerando uma redução substancial nos gastos do governo com políticas sociais, motivada pela priorização do pagamento da dívida (superávits). Isso resultou na transferência da responsabilidade pela educação, saúde, assistência social, pesquisa científica e ensino superior para responsabilidade de setores privados ou organizações do terceiro setor.

Fonseca (2017) também expõe a Teoria do Capital Humano (TCH), segundo ela, é uma abordagem econômica que considera o conhecimento, habilidades e competências dos indivíduos como um tipo de capital que pode ser investido para melhorar a produtividade e o sucesso econômico, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade como um todo.

O vínculo educação-mercado que se consolida, e é reeditada sob novos formatos a égide da Teoria do Capital Humano – TCH, admitindo-se a necessidade de gastos com a educação, mas entendendo-a como investimento. Sendo assim, a educação passa a ser vista como investimento individual dos sujeitos a fim de aumentarem sua renda. (Fonseca, 2017, p.82).

Portanto, entende-se que essa teoria se baseia na ideia de que os investimentos em educação de uma pessoa têm um retorno econômico, assim como o investimento em capital físico (como máquinas e infraestrutura) em uma empresa. Ou seja, a aquisição de conhecimento e habilidades não beneficia apenas o indivíduo, em termos de oportunidades de emprego e treinamento, mas também contribui para o desenvolvimento econômico de uma nação. Assim, quanto mais educação uma pessoa adquire, teoricamente, maior será sua produtividade e habilidades, o que pode resultar em maior renda ao longo do tempo.

A autora também explica que esta teoria defende que a educação deve ser colocada a cargo da iniciativa privada, em favor dos interesses e critérios do investimento capitalista, já que a educação é compreendida como fator econômico primordial para o desenvolvimento. O papel do Estado, portanto, é o de subsidiar a educação, entendendo-a como um serviço prestado.

Diante do exposto do que foi explicado nas pesquisas levantadas, compreende-se que o neoliberalismo, como ideologia econômica, enfatiza a redução da intervenção do Estado na economia, promovendo políticas de livre mercado, privatizações, desregulamentação e redução do papel do Estado na prestação de serviços públicos.

Assim, no contexto da educação, essa abordagem tende a gerar impactos negativos para a educação pública por várias razões: privatização e mercantilização, o neoliberalismo promove a ideia de que a competição e a privatização podem aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços. No entanto, na educação, isso pode levar à mercantilização do ensino, transformando a educação em uma mercadoria sujeita às leis de oferta e demanda, o que pode excluir os menos privilegiados e promover desigualdades socioeconômicas.

3.4.4 Políticas públicas para educação

Na análise realizada pelos estudos dos pesquisadores, que foram o referencial desta pesquisa, encontra-se sobre a temática políticas públicas para educação as seguintes considerações: referem-se a decisões, medidas e programas adotados pelo governo ou por instituições estatais com o propósito de lidar com questões sociais, econômicas, culturais ou políticas em uma sociedade específica. Elas formam um agrupamento de orientações estratégicas projetadas e executadas para alcançar metas definidas.

De acordo com Silva (2017), as políticas públicas na área da educação compreendem as ações, os resultados e as intervenções de diversos atores sociais, surgidos da interação entre

a sociedade e a esfera estatal no contexto educacional.

A partir de uma nova dimensão social das últimas décadas e sua repercussão direta na organização social e política da sociedade, é possível compreender como políticas públicas as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (Boneti, 2006 *apud* Silva 2017, p. 74).

Esta explicação destaca como as políticas públicas são resultado de um complexo processo social, influenciado pela dinâmica das últimas décadas e suas implicações na estrutura social e política da sociedade. Elas são consideradas as ações que surgem do contexto social, mas que são canalizadas e implementadas pela esfera estatal como uma forma de intervenção pública na realidade social. Estas ações podem variar desde investimentos específicos até regulamentações administrativas.

O conceito de políticas públicas, conforme descrito por Boneti (2006), e citado por Silva (2017), revela que essas políticas não são formuladas de forma isolada, mas são moldadas pelas dinâmicas de poder presentes na sociedade. Tais dinâmicas envolvem os interesses e as disputas entre grupos econômicos, políticos, classes sociais e organizações da sociedade civil. Essas relações de poder influenciam as decisões e ações do Estado, direcionando ou redirecionando os caminhos das intervenções administrativas e dos investimentos estatais na realidade social.

Dessa forma, as políticas públicas são resultado não apenas de iniciativas estatais, mas também refletem as tensões, interesses e negociações entre diferentes atores sociais, exercendo influência direta no direcionamento das ações do Estado na esfera social e nos investimentos públicos. Portanto, as políticas públicas da educação podem ter um impacto significativo no tempo livre dos professores, influenciando diversos aspectos de seu trabalho e bem-estar.

3.4.5 Condições do trabalho docente

Entende-se que as condições do trabalho docente são caracterizadas por uma série de desafios que afetam não só a qualidade do ensino, mas também o tempo livre dos professores.

Elementos como a precarização do trabalho, intensificação do regime laboral, flexibilização das atividades, descentralização administrativa e subordinação a uma estrutura avaliativa rigorosa desempenham papéis significativos na redução do tempo livre dos educadores.

A precarização do trabalho docente, marcada por baixos salários e instabilidade no emprego, leva os professores a buscar múltiplos empregos ou horas extras para complementar a renda, reduzindo drasticamente o seu tempo livre fora das salas de aula.

A intensificação do regime de trabalho, decorrente de uma crescente demanda por produtividade e metas educacionais, resulta em uma carga de trabalho excessiva para os docentes. Como consequência, esses profissionais têm menos tempo para atividades de lazer, descanso e convívio familiar.

A flexibilização das atividades, embora possa oferecer alguma liberdade na organização do tempo, pode resultar em jornadas de trabalho irregulares e imprevisíveis, dificultando a separação entre vida pessoal e profissional, e assim, reduzindo o tempo disponível para relaxamento e cuidado pessoal.

A descentralização administrativa, embora possa trazer maior autonomia, muitas vezes, sobrecarrega os professores com tarefas de gestão e organização, diminuindo consideravelmente o tempo livre dedicado a atividades não relacionadas ao trabalho. Por fim, a subordinação a uma forte estrutura avaliativa, com cobranças intensas de desempenho e resultados, gera pressões adicionais que consomem o tempo livre dos professores com preocupações relacionadas à sua performance, diminuindo o período destinado ao descanso e lazer.

Todos esses elementos combinados, de diferentes maneiras, contribuem para a redução do tempo livre dos professores, impactando negativamente sua qualidade de vida e bem-estar, e ressaltando a importância de se criar condições laborais mais equilibradas e favoráveis para esses profissionais.

Assim, os primeiros resultados encontrados nesta pesquisa levam à seguinte análise: No caminho desta pesquisa, consideram-se as políticas públicas um dos aspectos mais relevantes para a investigação do objeto de pesquisa que é o tempo livre dos professores, pois percebeu-se a importância de se compreender as relações sociais, econômicas e políticas sob a ótica das condições materiais de existência e da dialética das mudanças e contradições.

Essa compreensão foi crucial ao considerarmos as diferentes definições de trabalho, desde sua visão como atividade produtiva até sua implicação na transformação da sociedade e no debate sobre alienação e emancipação. Além disso, foi essencial examinar o impacto do

neoliberalismo nas esferas sociais e educacionais, especialmente no que diz respeito à desregulação do mercado de trabalho e à privatização dos serviços públicos, como a educação, o que pode aumentar as desigualdades sociais e educacionais.

Nesse contexto, as políticas educacionais devem ser analisadas à luz das relações de produção e das estruturas sociais, considerando suas implicações na reprodução ou transformação dessas relações. Por fim, ao abordar as condições de trabalho dos professores, é necessário considerar não apenas os aspectos salariais e de jornada, mas também a questão da autonomia profissional e do controle burocrático, bem como a relação entre essas condições e a reprodução das relações de produção capitalistas.

3.4.6 Tempo livre, conceitos e implicações

O levantamento dos conceitos de tempo livre, que foram encontrados nos resultados das teses e dissertações que fazem parte do corpus dessa pesquisa, destacam-se como um elemento chave, que oferece uma compreensão aprofundada das visões e implicações do tempo livre na vida dos indivíduos, especialmente no contexto do ambiente laboral. Essas categorias estruturam a base deste estudo, proporcionando uma análise abrangente das várias facetas relacionadas ao tema abordado.

Na análise inicial realizada por Silva (2017), o conceito de trabalho foi delineado como as atividades desempenhadas no contexto profissional. Além disso, o tempo livre foi caracterizado por duas características distintas:

Primeira característica: o tempo (livre) liberado, isto é, o tempo do indivíduo além da jornada de trabalho formal/informal, ocupado, direta ou indiretamente, com atividades de trabalho ou que, de alguma forma, se encontra ainda condicionado pelo trabalho. Segunda característica: o tempo (livre) disponível, isto é, aquele tempo realmente livre, com um fim em si mesmo. Portanto, deve estar, de fato, disponível para livre fruição e/ou real desenvolvimento das potencialidades autenticamente humanas (Silva, 2017, p.49).

Essas duas características se referem à diferenciação entre o tempo livre que ainda está, de certa forma, condicionado ou relacionado ao trabalho e o tempo livre verdadeiramente desvinculado das obrigações laborais, permitindo uma exploração genuína de atividades de lazer, desenvolvimento pessoal ou descanso.

Seguindo as definições do autor, entende-se que o Tempo (Livre) Liberado está condicionado ao trabalho, ou seja, ainda mantém uma ligação com ele. Pois, mesmo fora do horário de expediente formal, há uma influência direta ou indireta do trabalho sobre as

atividades. Isso pode incluir situações em que o indivíduo dedica seu tempo livre para concluir tarefas pendentes, responder a e-mails profissionais, participar de atividades extracurriculares relacionadas ao emprego, ou qualquer outra atividade que, de alguma forma, esteja ligada às responsabilidades profissionais. Esse tempo, embora seja considerado livre, permanece sob a influência ou condicionamento das demandas laborais.

Já o tempo (livre) disponível está ligado à ideia de fruição. Este tipo de tempo livre é verdadeiramente desimpedido das obrigações e exigências do trabalho. É um tempo em que o indivíduo pode escolher como gastar sem qualquer influência ou ligação direta com suas atividades profissionais.

É um tempo dedicado ao lazer, ao descanso, ao desenvolvimento pessoal, à exploração de hobbies, ao aprendizado de novas habilidades ou ao cultivo de interesses que não estão relacionados ao trabalho. Este tempo é autônomo, permitindo uma liberdade genuína para aproveitar e explorar interesses pessoais e potencialidades individuais.

Contudo, a condição primordial para a existência do tempo livre genuíno é que o período liberado das responsabilidades laborais não seja ocupado por tarefas ou compromissos relacionados ao trabalho e não esteja sujeito à pressão ou influência das atividades profissionais. Nesse ponto, Silva (2017) esclarece que, é importante não esquecer que nas sociedades contemporâneas tanto o tempo de trabalho como o tempo livre estão inseridos de forma subordinada às relações sociais de produção capitalista. Por isso é importante entender que:

Uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado* com tempo (*verdadeiramente*) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. (Antunes, 2009 *apud* Silva, 2017).

Entende-se que o termo "trabalho estranhado" foi um conceito desenvolvido pelo sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, baseado nas ideias de Karl Marx sobre alienação no trabalho. Antunes explorou essa noção no contexto das relações de trabalho contemporâneas.

O trabalho estranhado faz referência à condição na qual os trabalhadores se sentem alienados, distantes ou desconectados do processo produtivo e do produto final do seu trabalho. Isso ocorre, quando as atividades laborais se tornam dissociadas do trabalhador, submetendo-o a condições de exploração, falta de autonomia, perda do controle sobre o processo de produção e distanciamento do resultado do seu esforço.

3.5 Reflexões Sobre as Principais Abordagens Encontradas nas Dissertações e Teses Pesquisadas

Nesta etapa da pesquisa, propôs-se uma reflexão aprofundada sobre as abordagens predominantes nas dissertações e teses, analisando-as através de uma perspectiva marxista. Será investigado como as questões de classe, lutas sociais e relações de trabalho são abordadas nas pesquisas e de que maneira esses elementos influenciam a compreensão do tempo livre dos professores dentro de um contexto social e econômico mais amplo.

Essa análise crítica permite situar as pesquisas em um cenário abrangente, contribuindo para uma compreensão mais profunda do tema sob uma ótica sociopolítica. Após o exame minucioso das teses e dissertações incluídas nesta pesquisa, destacam-se os principais resultados diretamente relacionados ao tempo livre dos professores:

Aumento das horas trabalhadas: políticas que impõem novas responsabilidades, como a implementação de novos currículos, programas de ensino ou exigências administrativas adicionais, ampliam a carga de trabalho dos professores, reduzindo o tempo disponível para outras atividades.

Ênfase em avaliações: políticas que priorizam avaliações padronizadas e metas de desempenho levam os professores a dedicar mais tempo à preparação para testes e relatórios de progresso dos alunos, diminuindo seu tempo livre.

Falta de investimento e suporte: políticas que resultam na falta de recursos adequados, incluindo materiais didáticos, treinamento profissional e apoio administrativo. Sobrecarregam os professores, forçando-os a dedicar mais tempo para compensar essas deficiências.

Defasagem salarial: políticas que não garantem salários adequados ou segurança no emprego levam os professores a buscar múltiplos empregos para complementar sua renda, reduzindo ainda mais seu tempo livre e aumentando o estresse.

Pouca autonomia profissional: políticas que restringem a autonomia dos professores no desenvolvimento de métodos de ensino e na tomada de decisões curriculares resultam em desmotivação e frustração, impactando negativamente seu bem-estar e tempo livre.

Ambiente escolar conflituoso: políticas que não abordam adequadamente questões de disciplina e segurança nas escolas criam um ambiente de trabalho estressante para os professores. O convívio entre os docentes é marcado por competição, afastando a ideia de coletividade, onde alguns buscam se sobressair mais que os outros, gerando um cenário tóxico e individualista.

Nesse contexto, onde o capitalismo assume o protagonismo, universidades e escolas se tornam palco de uma dura realidade. Professores de ambos os níveis convivem com um aumento de trabalho que extrapola sua jornada diária e não é devidamente remunerado; enfrentam falta de recursos humanos e estruturais, muitas vezes, utilizando recursos próprios para suprir e agilizar as tarefas; sofrem pressão devido à cobrança pelo desempenho e produtividade dos alunos através de avaliações; os salários são inadequadamente reajustados, muito abaixo dos índices de inflação do país; perdem sua autonomia por causa de privatizações, ensino à distância e metas traçadas pela agenda capitalista.

O que se observa é um desmoronamento das instituições de ensino superior e da escola básica. Uma crise intensa e constante mantém os professores cansados e frequentemente adoecidos, enquanto escolas e universidades perdem de vista seu papel social.

Diante de todas essas problemáticas, é crucial entender que, historicamente, sempre que o capitalismo avançou demais sobre os trabalhadores, houve um movimento de resistência. Por isso, no próximo capítulo, serão abordados a luta dos trabalhadores, o papel dos sindicatos e, especificamente, o papel do sindicato dos professores. Essas reflexões são fundamentais para uma melhor compreensão do tempo livre dos professores na atual conjuntura.

4 O TEMPO LIVRE COMO DIREITO ADQUIRIDO EM LUTAS E CONQUISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA

4.1 Conceitos de Trabalho e Tempo Livre em Diferentes Civilizações

Entende-se que para discutir a evolução do conceito de tempo livre na sociedade capitalista, é preciso partir da evolução do termo trabalho, pois a tese que se defende é de que o trabalho e o tempo livre possuem uma relação de complementação.

Tomazi (2000) definiu o trabalho, nas diferentes sociedades, partiu da premissa que para se pensar o trabalho, era necessário responder à seguinte questão: Para que existe o trabalho?

Segundo este autor, o trabalho existe para satisfazer as necessidades humanas das mais simples como se alimentar e se abrigar, até as mais complexas, como as de lazer ou físicas, e as necessidades de crenças ou espirituais. Mas tudo depende de como a sociedade que se observa, se organiza, a depender de seus valores em relação ao trabalho.

Entende-se que falar sobre o trabalho, em diferentes sociedades, é importante para compreensão de que a atividade trabalho nem sempre teve o mesmo sentido ou mesmo valor e importância do que tem na sociedade capitalista. Para ilustrar as ideias do autor, elaborou-se um quadro acrescentando as reflexões no item contrastes:

Quadro 4 - Trabalho e tempo livre nas diferentes sociedades - características e contrastes

Trabalho na Sociedade	Características do trabalho	Tempo livre	Contrastes
Tribal (também descritas como as sociedades do lazer)	O mundo do trabalho nas sociedades tribais tinha relação com o meio ambiente. Não eram eles que produziam ou caçavam, eles recebiam tudo da “mãe natureza”. E destinavam poucas horas de trabalho para a produção, cerca de 3 a 4 horas, e nem sempre todos os dias.	O tempo é utilizado para descansar, divertir-se, dançar, caçar, pescar, plantar e colher. Quando os machados de pedra foram substituídos pelas ferramentas de ferro, o que permitiu diminuir o tempo de trabalho, não usaram esse tempo para produzir mais e, sim, para se divertir, descansar, ou para outras atividades que lhes dessem mais prazer.	A explicação para o fato de trabalharem muito menos que nós está no fato de como se relacionam com a natureza; a terra onde se vive é um lugar cultural, pois é ela que dá aos homens os seus frutos. Na sociedade capitalista, pouco se pensa na natureza, o que importa é o lucro independentemente da degradação ao meio ambiente.
Greco-Romana	Os gregos faziam distinção entre trabalho braçal (labuta na terra) e trabalho artesão (trabalho manual). E possuíam três	Na práxis, a atividade é totalmente livre, uma vez que só se utilizam os objetos produzidos pelos outros, sem ter que transformá-los por	Nas sociedades greco-romanas, havia a figura do escravo, que era propriedade de seu senhor e podia ser vendido, doado,

	concepções de trabalho: labor (esforço físico), poiesis (ato de fabricar) e praxis (o uso da palavra, que é seu principal instrumento)	meio do trabalho. A maior virtude consiste em utilizar bem as coisas, sem transformá-las através do trabalho (no caso, através do labor ou da poiesis).	trocado, alugado e não só ele, mas todos os seus filhos e todos os bens que porventura tivesse. O trabalho escravo nas sociedades capitalistas é proibido, entretanto algumas condições de exploração e subserviência se assemelham.
Feudal	A terra é o principal meio de trabalho e produção e ela não pertence aos produtores de direito, isto é, aos camponeses e artesãos, pertencem aos senhores feudais	Os camponeses viviam, na maior parte do tempo, voltados para atividades agrícolas e obediência aos senhores feudais, suas atividades de lazer eram destinadas à comunidade e à igreja.	Os servos, os camponeses livres, os aldeãos, ou seja, as classes servis, eram quem trabalhavam. Os senhores feudais e o clero viviam com o trabalho deles, semelhante ao que acontecia na sociedade greco-romana.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Conforme analisado no quadro acima, conclui-se que nas sociedades tribais (caçadores, coletores, agricultores e criadores) as pessoas viviam de forma mais colaborativa, isto porque as atividades estavam mais ligadas aos ritos, festas, à vida social e menos ligadas à questão de produção e acumulação de riquezas como nas sociedades greco-romanas e feudais, assim, entende-se que cada sociedade estabeleceu sua organização de trabalho segundo os valores de seu tempo.

Por isso, é importante realizar um olhar histórico para se compreender onde avançamos ou retrocedemos desde as nossas origens mais primitivas, para ressignificar as contradições existenciais do mundo moderno.

Assim, entende-se que na sociedade primitiva ou tribal as sociedades não têm classe, pressupõe uma organização mais coletiva. Já na sociedade greco-romana, existem a elite social e os escravos. No feudalismo, a elite aristocrática e os camponeses. E nos tempos atuais, há a burguesia, que é a classe dominante, e o proletariado, que são todos os trabalhadores que não são os donos dos meios de produção.

O trabalho na sociedade capitalista, segundo Tomazi (2000), pode ser pontuado em estágios, desde os caçadores e coletores até a moderna sociedade comercial, onde o trabalho se transformou em mercadoria, pois passou a ser comercializado, ou seja, comprado e vendido; nesse momento, o trabalhador foi desvinculado de seu meio de produção, ficando somente com a sua força de trabalho.

Outra ideia que Tomazi (2000) destaca como importante, neste cenário capitalista, é o

novo modo de produzir utilizando-se da maquinofatura no período denominado por Fordismo. O modelo adotado era a maquinofatura, que consistia em um sistema onde várias máquinas produziam mercadorias, em um mesmo local, a fábrica. O Fordismo foi inspirado em Henry Ford, e na forma de como se fabricava o automóvel Ford modelo T, este método baseava-se no padrão de produção em série.

Uma questão importante a ser considerada é que conforme Tomazi (2000), já existia uma proposta para o trabalho produtivo que se pautava nos princípios de administração científica de Frederick Taylor, que tinha em sua teoria a racionalização do processo produtivo, assim, a união dos dois métodos produtivos gera a expressão fordismo/taylorismo.

Entende-se que o processo baseado no sistema fordismo/taylorismo estava, principalmente, focado na máquina, na técnica, na produtividade, este sistema também previa:

O aumento de produtividade com os usos mais adequados possível de horas trabalhadas, através do controle das atividades dos trabalhadores, divisão e parcelamento das tarefas, mecanização de parte das atividades com a introdução da linha de montagem e um sistema de recompensas e punições conforme o comportamento deles no interior da fábrica. (Tomazi, 2000, p.53).

O trabalhador, então, passou a ser assalariado. Este fato já existira na Antiguidade, mas no capitalismo passou a ser mais marcante e dominante. Como houve mudança na concepção de trabalho, também ocorreram mudanças na maneira de se fabricar mercadorias, e assim, o trabalho foi associado à ideia de geração de riqueza. A religião também muda sua maneira de pensar o trabalho¹, como no caso da reforma protestante e a teoria da prosperidade.

A Reforma Protestante desenvolveu uma análise que alteraria o pensamento cristão sobre o trabalho, contrariando a visão do catolicismo, que mais tarde adotou posição parecida. Nessa visão, o trabalho aparece como o fundamento de toda a vida, constituindo uma virtude dos caminhos para a salvação. A profissão de cada um passa a ser vista como vocação, e a preguiça como uma coisa perniciososa e má, que se contrapõe à ordem natural do mundo. (Tomazi, 2000, p.49).

A ideia de que a preguiça é uma coisa perniciososa nos remete ao trabalho de Lafargue (2016), que em seu livro “O direito à preguiça”, se contrapõe às teorias religiosas e burguesas que tinham como objetivo a superprodução e acumulação excessiva. Chamando a atenção da classe trabalhadora que parecia estar “viciada” em trabalhar.

Como a classe operária, com a sua boa-fé simplista, se deixou doutrinar, e como,

¹ O conceito de trabalho aqui utilizado se aproxima da atividade laboral, em alguns casos, emprego, e não da mediação entre a humanidade e a natureza.

com a sua natural impetuosidade, se precipitou às cegas para o trabalho e a abstinência, a classe capitalista acabou por se ver condenada à preguiça e ao prazer forçado, à improdutividade e ao consumo excessivo. Mas se o sobretrabalho do operário mortifica a sua carne e atenua os seus nervos, também para o burguês ele é fértil em dores. (Lafargue, 2016, p.44).

Nessa análise, o tempo livre é profundamente afetado no ponto em que a religião executa o papel dogmático da busca ilusória de enriquecimento de todas as pessoas como fruto do trabalho, isto porque, os proletários dificilmente serão ou se tornarão donos do capital, pois este já pertence à burguesia. Maya explica que:

A ética protestante passa a pregar valores como a diligência, a temperança, a parcimônia, o afastamento dos prazeres carnis e a poupança, valores esses em perfeita consonância com as necessidades do capitalismo ascendente. Surge assim uma nova consciência filosófica, em que o trabalho recebe um novo significado: o homem até então trabalhara para sobreviver, agora vai fazê-lo visando a obtenção de algo mais do que a simples satisfação de suas necessidades vitais: é a moral, é o que se deve fazer. A ociosidade é um mal e o trabalho se impõe como dignificante. (Maya, 2008, p.40).

Chauí (2014), atuante no campo político da militância do partido dos trabalhadores e uma importante teórica e autora no campo da filosofia, democracia e cultura, no livro contra a servidão voluntária, retomou as ideias de Paul Lafargue, em a introdução ao direito à preguiça. Explicou que o texto foi escrito por volta de 1880, e que foi um sucesso similar ao manifesto comunista. Seus estudos são esclarecedores para a compreensão do cenário caótico do ideário implantado para o acirramento do capitalismo e ascensão da burguesia.

Segundo a autora, ” O direito à preguiça” foi traduzido e panfletado pelos movimentos de esquerda em diferentes partes do mundo e seu nome originário era – “O direito à preguiça: refutação da religião de 1848”.

A escolha desse nome se refere diretamente ao pecado capital, fazendo uma crítica ao que denomina a religião do trabalho, o credo da burguesia que estava sendo usado para dominar os trabalhadores, personificando a nova figura de Deus associada à ideia de progresso, ou seja, a exaltação ao trabalho. Em outras palavras, quanto mais se trabalha mais perto se aproxima do reino dos céus.

Assim, a religião é um instrumento eficaz de dominação de classe porque parece oferecer uma explicação satisfatória da sociedade e garante pela ação do clero e dos intelectuais pequeno-burgueses, que o proletariado, espontaneamente incrêdo e ateu, seja rendido por essas ideias e crenças. (Chauí, 2014, p. 177).

Os conflitos entre os capitalistas e os operários eram iminentes tamanha a exploração praticada pelos donos do capital, dessa forma, os operários então perceberam que estavam

trabalhando muito e continuavam pobres e miseráveis, assim, muitos enfrentamentos aconteceram no século XIX, como greves e revoltas armadas.

Rezende (2000) aponta que o trabalho e a religiosidade eram os valores recomendados aos pobres, confirma também que foi a Reforma Protestante que teve papel primordial na justificativa do conjunto de valores que em vigor embasaram a nova concepção de riqueza e de pobreza, que se desenvolveu no Séc. XVIII, e acrescenta a Igreja católica como também promulgadora da ideia de que todos deviam trabalhar incessantemente, pois por meio desta dedicação se chegaria a salvação eterna.

Já no século XIX, a desigualdade ficava muito latente, e a lógica burguesa de que trabalhar levaria os trabalhadores ao reino dos céus, não conseguiu contornar a realidade, que estava posta, a pobreza, a fome e a miséria, eram crescentes e acometiam os trabalhadores.

Inauguram-se, assim, linhas de pensamento que indagavam sobre as condições de produção e reprodução das diferenças sociais. A simples colocação da questão nesses termos já significava a não-aceitação da desigualdade como um fato “natural” ou “estabelecido por Deus”. Começava-se a investigar as origens das desigualdades. (Rezende, 2000, p.88).

Uma questão importante é colocada nesse fragmento de texto, a não aceitação da desigualdade implantada pela classe dominante para a classe dominada, neste ponto estamos falando sobre a luta de classes e as grandes contradições do sistema capitalista, que produz muitas riquezas que, entretanto, não estão distribuídas de forma igualitária. Uma condenação para a classe proletária, uma eterna servidora da classe dominante.

Karl Marx definiu classes sociais da seguinte forma: “um grupo de indivíduos que ocupa uma mesma posição nas relações de produção, em determinada sociedade”. (Alvarez; Tomazi, 2000, p.22).

As desigualdades entre as duas classes sociais, a classe dominante que é a dona do capital e a classe de trabalhadores, desencadeou muitos conflitos que culminaram em movimentos sociais de resistência. Assim, Lakatos explicou como os movimentos sociais se originam:

Podemos considerar os movimentos sociais como tendo origem em uma parcela da sociedade global como característica de maior ou menor organização, certo grau de continuidade e derivando da insatisfação e/ou das contradições existentes na ordem estabelecida, de caráter predominantemente urbano, vinculados a um determinado contexto histórico e sendo ou de transformação ou de manutenção do status quo. (Lakatos, 1985, p. 342).

Chinoy (1975) esclarece que a consciência de classe depende dos seus membros ou de um grupo de status, que proporcionam as bases não apenas das diferenças de comportamento,

mas também da consciência do grupo e da ação coletiva, e também apontou que de acordo com Marx, é a experiência e os interesses comuns que conduzem a consciência de classe e a ação política. Portanto, o curso da história, é assim direcionado pelo conflito das classes na luta pelo poder.

Segundo Silveira (2000), os movimentos sociais estão presentes em todas as sociedades devendo ser compreendidos como um processo inevitável quando se almeja a algum tipo de mudança.

Na antiguidade destacam-se os movimentos de escravos e os religiosos. Na Baixa Idade Média, os movimentos de camponeses-servos. Na idade moderna, na fase de desagregação da sociedade feudal, há os movimentos de Mercadores e os religiosos. Na idade contemporânea com o capitalismo já consolidado, destacam-se os movimentos de operários que se insurgiram contra as condições de vida nas fábricas e nas cidades. (Silveira, 2000, p.222).

Assim, entende-se que os movimentos sociais, historicamente, se constituíram como resistência a um grupo dominante. Quando se observa o capitalismo por volta do século XVIII, entende-se que os operários se submetiam a condições muito precárias, trocando sua força de trabalho por baixos salários, para aqueles que eram os donos do capital, que, por sua vez, exploravam ao máximo a classe trabalhadora.

Desta forma, os operários de maneira mais organizada, se uniram para lutar pela sua classe de trabalho, por meio do sindicato. Segundo Bauer *et al* (2013, p. 8), o sindicato foi um dos movimentos organizados pela classe operária. “Os sindicatos organizados como conhecemos têm sua origem nas corporações de ofício na Europa medieval e durante a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, que se juntavam nas sociedades de socorro mútuo”.

4.2 Lutas Históricas por Melhores Condições de Trabalho

É nesse contexto das lutas de classes envolvendo patrões e empregados, que surge o sindicato, sua meta era defender os interesses de uma classe operária que vinha sofrendo uma exploração aviltante pelos donos do capital.

Palamidessi (2010) explicou da mesma forma que Bauer *et al* (2013), que foi na Europa e nos Estados Unidos que nasceram as primeiras associações sindicais, por volta do final do século XVIII e início do século XIX, e o principal objetivo era dar uma resposta ao avanço do sistema fabril.

Neste sentido, os sindicatos tinham como objetivo principal impedir que os níveis

salariais se colocassem abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família (Antunes, 1980). Os autores, Kleinakuf e Furlan (2023, p. 2227) explicam o significado etimológico da palavra sindicato, “tem raízes relacionadas ao grego e ao latim. No grego, “*syndicus*” é quem defende a justiça. Já no latim, “*sindicus*” era um termo dado a advogados escolhidos para defender os direitos corporativos.

Para Santos, o sindicato pode ser definido da seguinte forma:

Os sindicatos são associações que representam categorias profissionais de trabalhadores e tem como uma das principais funções a negociação de acordo coletivo que tragam melhores condições de trabalho e amplie os direitos dos trabalhadores, entretanto, são apenas uma parte do trabalho realizado pelos sindicatos. (Santos, 2023, p.7).

Palamidessi (2010) explicou que nas décadas de 1930 e 1940, conformaram-se dois tipos de sindicatos na América Latina: o classista e o corporativista.

O sindicalismo classista, influenciado ideologicamente pelo marxismo-leninismo e o trotskismo, predominou no Uruguai, no Chile, na Bolívia e, em menor medida, na Colômbia, no Peru e no Equador. O sindicalismo corporativista dominou em geral no México, na Venezuela, no Brasil (antes da CUT), na Argentina e no Paraguai. (Palamidessi, 2010, p.4).

Para explicar o surgimento do sindicato no Brasil, Antunes (1980) retoma a origem dos processos econômicos ligados ao setor agrário e de exportação do café, que era o que predominava no Brasil, no final do século XIX. Neste sentido, por causa da criação do trabalho assalariado em substituição ao trabalho escravo, e da transferência de parte dos lucros agrários ao setor industrial.

Bauer et al (2013) também afirmaram que os altos ganhos com a produção do café foi o que propiciou a diversificação dos lucros para outros setores econômicos, e surgiram, assim, as indústrias que estimularam a implementação de novos serviços para melhorar a infraestrutura urbana, os transportes e as construções prediais. Desse modo, o Brasil iniciou as primeiras décadas do século XX promovendo a industrialização e a urbanização e, conseqüentemente, a formação da classe operária e o surgimento da estrutura sindical brasileira.

A alta lucratividade da cafeicultura criou as condições para que parte dos lucros fosse investida em outros segmentos da atividade econômica e começaram a surgir indústrias que estimularam o incremento de serviços de infraestrutura urbana de transporte e edificações. Assim, o país chega às primeiras décadas do século XX, promovendo a industrialização e a urbanização e, com ela, a formação da classe operária e conseqüentemente a estrutura sindical brasileira (Bauer et al., 2013, p.13).

Toda essa riqueza gerou um aumento do capital circulando dentro do país, que constituiu a base do capital para as indústrias brasileiras. Assim, começaram os primeiros núcleos operários, que se instalaram nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro; foi nesse momento, que surgiram também as primeiras lutas operárias no Brasil.

Essas lutas, historicamente, utilizavam como forma de contestação, a greve, que sempre foi a principal forma de reivindicação e resistência à exploração. Segundo Antunes (1980), a primeira greve que aconteceu no Brasil foi em 1858, quando os operários se rebelaram contra os patrões e defenderam melhores salários, foi a greve dos tipógrafos.

Martins (2019) explica que as greves são lutas por melhores condições de vida, são formas de estabelecer patamares aceitáveis da exploração da força de trabalho em cada época ou contexto histórico. O objetivo é transformar a luta cotidiana a um nível mais elevado, com vistas a superar as condições objetivas e estruturais da exploração e da opressão. As pessoas chamadas a cumprir essa tarefa são os militantes, que são ligadas aos grupos da classe trabalhadora e que sempre existiram ao longo dos tempos.

A luta dos trabalhadores sempre teve um papel primordial para a resistência, principalmente, quando se instala um governo de extrema direita no poder.

No Brasil, desde a primeira greve, até os dias atuais, o que se percebe é que os trabalhadores, sempre quando ameaçados nas retiradas dos seus direitos, são tocados pelo espírito coletivo e se mobilizam e lutam para a derrubada de governos opressores.

Sendo assim, os trabalhadores sempre lutaram pela transformação da sociedade, buscando a superação da exploração do capital sobre o trabalho. Trabalhadores sempre são combativos, essa tradição tem dificultado os avanços das políticas públicas que não consideram as questões sociais da população.

Neste sentido, os sindicatos têm um papel central para as entidades que organizam os movimentos grevistas, pois são eles que, normalmente, tomam à frente das greves, organizando paralisações das atividades, chamando os trabalhadores para as lutas, dando a direção ao movimento.

São os sindicatos os responsáveis pelas negociações com os empregadores, e que representam os interesses da classe trabalhadora, decidindo pelo fim ou continuidade da paralisação; normalmente, a decisão pela continuidade ou fim da paralisação é votada em assembleia, onde ocorre uma votação, e o que a maioria decidir é acatado pela categoria dos trabalhadores.

Sabendo da importância das greves para as lutas e conquistas dos direitos dos

trabalhadores, realizou-se um breve histórico das principais greves brasileiras. Conforme as imagens abaixo, foram selecionadas e organizadas de forma cronológica, começando pela primeira greve geral brasileira, a greve geral dos trabalhadores em 1917.

4.2.1 A primeira greve geral dos trabalhadores - 1917

Primeira da história brasileira, a greve geral de 1917 reivindica aumento de salários, jornada de 8 horas e melhores condições de trabalho. Eclode, após a morte do sapateiro José Martinez, assassinado em 9 de julho daquele ano pela polícia durante uma carga da cavalaria. Seus líderes vieram do operariado anarquista e socialista. A greve, que durou 30 dias e reuniu 70 mil trabalhadores, foi marcada pela forte presença das mulheres operárias.

**Figura 2 - Operários grevistas descendo a Ladeira do Carmo (SP)
- Primeira greve geral de trabalhadores em 1917**



Fonte: Imagem do Arquivo A Cigarra/DA Press. Disponível em:
<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=5281&sid=2>

Segundo Magalhães (2017), em junho de 1917, cerca de 400 operários – a maioria mulheres - da fábrica têxtil Cotonifício Crespi, na Mooca, em São Paulo, paralisaram as atividades. Uma greve com características próprias, mas também semelhante a outros movimentos da época, como o protesto contra a alta de preços e início de greves parciais. Porém, ela se transformou, mais tarde, em uma greve generalizada que abrangeu todas as categorias, seguida de saques, motins, manifestações e choques entre manifestantes e repressores.

4.2.2 A conquista do 13º. Salário- 1962

Se não fosse a greve geral de julho de 1962, não haveria 13º salário. Até então, não era uma obrigação legal, sua obrigatoriedade veio depois da paralisação que afetou principalmente os setores de ferrovias, bancos e portos, além de refinarias e distribuidoras de combustível. Atingiu várias capitais, entre elas São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador, e várias cidades médias. Porém, exibiu sua maior força no Rio, parando praticamente toda cidade. Houve confrontos com a polícia e mortes.

Figura 3 - A greve que conquistou o 13º. Salário - Greve de 1962



Fonte: Brasil de Fato, 2018

O 13º salário é um dos casos de reivindicação que revela a força dos trabalhadores, legitimada por grandes embates entre patrões e empregados. Foi transformado em lei à custa de greves, demissões, abaixo-assinados, prisões. Muitas vezes, apaga-se a memória, como se o direito sempre tivesse existido, no entanto, é preciso destacar que esse resultado é fruto de grandes lutas da classe trabalhadora.

4.2.3 Metalúrgicos não se intimidam com o regime militar- Greve de 1968

Sob a ditadura (1964/1985), metalúrgicos de Contagem (MG) e de Osasco (SP) cruzam os braços por melhores salários e condições mais humanas de trabalho. São

reprimidos com violência e suas lideranças presas e levadas à polícia política.

Figura 4 - Greve de 1968



Fonte: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-1968-operario-no-Brasil-a-greve-dos-operarios-da-Cobrasma>

A greve de 1968 foi uma das primeiras greves operárias no regime militar e, por esse motivo, ficou marcada na história do sindicalismo brasileiro. A greve nasceu na antiga Belgo e rapidamente se estendeu para outras fábricas da região. Os trabalhadores cruzaram os braços, durante mais de uma semana, em protesto contra o arrocho salarial imposto pela ditadura. A greve só acabou depois que o governo militar anunciou um reajuste nos salários dos trabalhadores de todo o Brasil de 10%, e uma comissão de deputados federais esteve em Contagem para garantir que não haveria represálias ou perseguições contra os grevistas.

4.2.4 Lula é liderança dos trabalhadores do ABC Paulista- 1979

Mais de cem mil trabalhadores, sobretudo metalúrgicos da região do ABC Paulista, pararam em 13 de março, véspera da posse do último ditador de 1964, João Figueiredo. Montadoras como Ford, Volkswagen, Mercedes Benz, Chrysler tiveram suas atividades interrompidas. A greve marca o surgimento de Lula² (presidente Luiz Inácio Lula da Silva) como figura nacional. A ditadura reage com intervenção no sindicato e as lideranças, com o apoio da Igreja Católica passam a se reunir na igreja matriz de São Bernardo.

² Luiz Inácio Lula da Silva é um político brasileiro que ficou marcado na sua juventude como líder sindical na região do ABC paulista. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi eleito presidente em 2002 e reeleito para um segundo mandato em 2006. Ganhou as eleições contra o presidente Jair Messias Bolsonaro em 2022, e assim se tornou o primeiro presidente a ser eleito pelo voto direto por 3 vezes.

Figura 5 - Estádio 13 de Maio /São Bernardo do Campo - Greve 1979



Fonte: <https://averdade.org.br/2018/05/a-historia-de-luta-do-estadio-1o-de-maio/>

Segundo o jornal “A Verdade” (2018), em 1978, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Inácio Lula da Silva, proclamou a icônica frase que “os patrões só escutariam a voz dos trabalhadores quando o barulho das máquinas cessasse”.

4.2.5 Greve contra o plano cruzado- 1986

A greve geral foi convocada pela CUT³ (Central Única dos Trabalhadores) e CGT (Central Geral dos Trabalhadores) em defesa dos salários, pelo congelamento geral dos preços, em defesa das estatais, contra o Plano Cruzado e o pagamento da dívida externa. Contou com a adesão de 25 milhões de trabalhadores/as que realizaram manifestações por todo o País; em algumas regiões, como no ABC paulista, a paralisação foi total.

³ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base.

Figura 6- Greve Geral de 1986



Fonte: <https://memoria.assufrgs.org.br/2018/06/21/1986-greve-geral-121286/>

Segundo Salgado (2017), estiveram presentes nessa greve: os bancários, rodoviários, metalúrgicos, metroviários, portuários, professores e marceneiros. De acordo com o CPDOC/FGV da Fundação Getúlio Vargas, o processo paralisou 15 milhões de trabalhadores, algo até então inédito.

4.2.6 Greve contra o Governo Sarney - 1989

Conforme site CEDOC⁴ CUT, a greve lutava contra arrocho salarial e inflação galopante, 12 capitais pararam totalmente, entre elas Porto Alegre, outras 14 registraram paralisação parcial. Depois do primeiro dia de paralisação, o Presidente José Sarney abriu negociações com os grevistas.

⁴ O Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC CUT) iniciou suas atividades no dia 04 de janeiro de 1999 visando à recuperação, organização e preservação da documentação produzida, recebida e guardada pela CUT e suas entidades ao longo de sua história. O acervo é constituído por importantes conjuntos documentais referentes à organização sindical durante o processo de combate a ditadura militar e permite conhecer o relevante papel que os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros tiveram naquele período. Na estrutura institucional da CUT, o CEDOC está vinculado a Secretaria-Geral e por isso também tem como função a gestão do Arquivo Central da entidade. O CEDOC também apoia as demais Secretarias da CUT com pesquisas e normalização de publicações. Também incentiva e orienta as entidades sindicais para a preservação dos seus acervos e preservação da memória.

Figura 7- Greve de 1989



Fonte: <https://esquerdaonline.com.br/80/>

Salgado (2017) afirma que a maior greve geral da história do Brasil, o movimento de 89, foi o terceiro durante o governo Sarney⁵. A mobilização foi contra o Plano Verão, criado pelo então ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, para controlar a inflação.

Os números variam, com a CUT e CGT dizendo que:

- ❖ 70% dos trabalhadores do país teriam parado — cerca de 30 milhões

Organizações como a Fiesp argumentaram que:

- ❖ 80% de seus funcionários afiliados compareceram às empresas.

Teve uma grande adesão participaram os estados de:

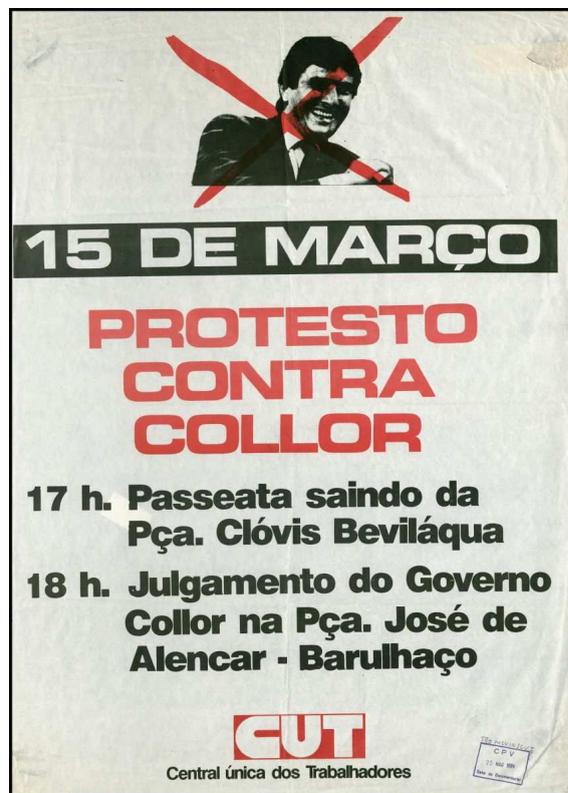
- ❖ São Paulo, Rio,
- ❖ Recife, Belo Horizonte,
- ❖ Salvador, Curitiba,
- ❖ Salvador e Vitória.

⁵ José Sarney esteve à frente do primeiro governo civil do Brasil após o término da Ditadura Militar, o presidente José Sarney assumiu após a vitória da chapa de Tancredo e Sarney na eleição indireta de 1985. Com o falecimento de Tancredo, José Sarney acabou assumindo a presidência do Brasil e foi o governante do país durante o processo de reconstrução da democracia.

4.2.7 Greve contra o Governo Collor - 1991

No governo Collor, a greve de 22 e 23 de maio atingiu mais de 19 milhões de trabalhadores. Foi convocada pela garantia de emprego, reposição de perdas, defesa dos Servidores Públicos e em protesto ao aumento dos aluguéis e das prestações da casa própria.

Figura 8 - Greve de 1991



Fonte: <https://cedoc.cut.org.br/cronologia-das-lutas>

No dia em que o governo Collor⁶ completou um ano, a CUT convocou os/as trabalhadores/as e a população em geral a se manifestarem com paralisações, passeatas,

⁶ O Governo Collor, também denominado como Era Collor, foi um período da história política brasileira iniciado pela posse do presidente Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1990, e encerrado em dezembro de 1992. Seu governo ficou marcado por uma medida extremamente impopular, o confisco dos valores em poupanças e contas-correntes e por um escândalo de corrupção denunciado por Pedro Collor, seu irmão. Collor sofreu impeachment, sendo destituído da posição de presidente em 1992.

panelaços e grandes atos públicos. As principais palavras de ordem eram: chega de arrocho salarial, chega de miséria, chega de desemprego, construir a greve geral.

4.2.8 Greve contra as políticas de FHC- 1996

Deflagrada para combater a política econômica do governo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), a greve de junho de 1996 mobilizou 12 milhões de trabalhadores, segundo seus organizadores.

Figura 9 - Greve de 1996



Fonte: <https://memorialdademocracia.com.br/card/greve-geral-esvazia-grandes-cidades>

Como se percebe, as lutas e greves foram, ao longo da história, um movimento importante para conquistas de direitos e resistência às condições laborais e salariais. Essa greve mostrou novamente a força da classe trabalhadora, que não aceitou de forma submissa os avanços das políticas neoliberais do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁷.

O protesto, em linhas gerais, era pelo descaso do governo em relação à maior parte da população, pois não se dispusera a fazer nenhuma ação concreta para minimizar tamanha desigualdade social, provocada pela má distribuição de renda e a recuperação do

⁷ Fernando Henrique Cardoso, popularmente conhecido como FHC, é um cientista político e sociólogo brasileiro. FHC esteve à frente do Brasil durante oito anos, foi eleito em 1994 e reeleito em 1998. O seu governo ficou marcado pelas políticas neoliberais e pelas privatizações.

salário-mínimo. Portanto, esse governo repetia modelos passados, contrariando até suas promessas de campanha eleitoral; optou pelo arrocho salarial sacrificando mais uma vez os trabalhadores.

4.2.9 A Greve contra as políticas do governo de Michel Temer- 2017

Mais de 40 milhões de trabalhadores (as) paralisaram suas atividades em 28 de abril de 2017. A greve foi convocada pelo Fórum das centrais sindicais, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, contra o assalto aos direitos trabalhistas e à reforma da previdência do governo Michel Temer.

Figura 10 - Fora Temer



Fonte: <https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/3289/manifesteres-engrossam-o-fora-temer-na-av-paulista>

A resistência contra o golpe avança e centenas de milhares de manifestantes tomam as ruas no domingo (4) pelo Fora Temer em atos em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba. Convocados pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, os atos repudiam o golpe contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff e exigem a realização de eleições gerais. Assim, em diferentes estados do país, sindicatos e movimentos sociais fizeram protestos contra as reformas trabalhistas e da Previdência e pediram a saída do presidente Michel Temer⁸ do cargo.

⁸ O presidente Michel Temer ficou conhecido por articular a derrubada da titular, Dilma Rousseff. Assumiu a presidência em agosto de 2016, quando o impeachment da presidente Dilma Rousseff foi confirmado pelo Senado e governo até 2019. O governo do presidente Temer ficou marcado por políticas de austeridade e por um escândalo de corrupção com o envolvimento direto do próprio presidente.

4.3 O Papel do Movimento Sindical e das Organizações dos Docentes

Partiu-se de um olhar macro. Visitou-se a história sobre as lutas sindicais de todos os trabalhadores. Agora, nesta parte do trabalho, é importante ressaltar as lutas históricas dos professores. Todo esse olhar é necessário, pois diante do avanço do capitalismo, mais do que nunca é necessário lutar contra os abusos da lógica capitalista e caminharmos para novamente, retomarmos o tempo livre dos professores, mais próximo daquele idealizado pelos gregos, e não somente para as elites, mas para toda a classe trabalhadora incluindo os docentes.

Como forma de organização, em um primeiro momento, falou-se sobre as lutas dos professores universitários e, em um segundo momento, sobre as lutas dos professores da educação básica.

Para essa discussão das greves dos professores universitários, teve-se como base, principalmente, o material organizado pelo Sindcefet-MG/ANDES-SN, onde foram catalogadas 21 greves. Como ficaria extenso expor todo o material, selecionaram-se algumas dessas greves para ilustrar as conquistas dos professores, durante uma longa história de lutas, o material completo poderá ser consultado na parte dos anexos desta pesquisa.

Reinholz et al. ([s.d.], p. 2) destacam o poder de uma greve: “Quando se esgotam as possibilidades de diálogo e negociação, o instrumento de luta da classe trabalhadora é a greve. Durante décadas, os movimentos grevistas foram a última saída em vários momentos”.

Assim, é necessário explicar a importância de uma greve, os procedimentos para realizar uma greve docente, a legislação que garanta a sua legalidade e as justificativas para sua adesão.

Desde a primeira greve geral no Brasil, até os dias atuais, ainda não existe uma alternativa melhor para pressionar os empregadores a respeitar as condições de trabalho do que uma greve, para que os empregadores não retomem períodos análogos à escravidão, pois isso seria bem possível, a considerar a avidez que os donos do capital possuem em relação ao aumento de seus ganhos, assim:

A greve é um instrumento coletivo de pressão, de forma que o acatamento das deliberações da assembleia e do comando de greve é fundamental para a eficácia do movimento. Não se intimide com as pressões e ameaças que serão feitas pelo governo. A greve é um direito legítimo e, durante este período, o empregador não pode impor exigências ao empregado, já que a relação está temporariamente suspensa. (Reinholz et al, [s.d.], p.09)

A base legal que reconhece o direito à greve está prevista na Constituição Federal e nas demais normas legais existentes, além de decisões tomadas no Supremo Tribunal Federal (STF). Portanto:

A própria Lei de Greve, cuja aplicação ao servidor público é aceita pelo STF, expressamente protege o grevista da demissão no artigo 7º, parágrafo único. A possibilidade de corte de vencimentos durante a greve é sempre decidida caso a caso, dependendo da motivação da greve, da categoria envolvida, e de outras circunstâncias, no caso do movimento docente o compromisso com a reposição das aulas. (Faria et al., [s.d], p. 09)

Ou seja, as servidoras e os servidores públicos podem e devem fazer greve, Reinholz et al [s.d] apresentam razões pelas quais os professores precisam fazer parte e se engajar por meio da greve:

- ❖ Nossos salários estão congelados, muito defasados, em um contexto de inflação galopante;
- ❖ Os cortes orçamentários no financiamento das Ifes e do sistema de Ciência e Tecnologia foram aprofundados;

Reinholz et al [s.d], também explicam os passos e cuidados que os servidores públicos precisam ter para organização das greves, para que, assim, possam realizar uma greve em segurança, respeitando e sendo respeitados quanto a esse direito legítimo:

- ❖ A greve não pode ser o primeiro passo em busca da realização das reivindicações;
- ❖ Ela deve ser precedida de um procedimento preparatório;
- ❖ Tem início na elaboração da pauta de reivindicações e sua posterior aprovação pela categoria;
- ❖ Deve ser feita sua apresentação perante a autoridade estatal competente e medidas concretas de negociação (ou ao menos tentativas de) desta pauta.

As greves de professores no Brasil têm sido fundamentais para a luta por melhores condições de trabalho, salários justos e um sistema educacional de qualidade. Cada uma dessas greves teve um impacto significativo, não apenas nas condições de trabalho dos professores, mas também na percepção pública sobre a importância da educação e dos direitos dos trabalhadores da educação. Logo abaixo, ilustram-se algumas conquistas tanto de professores da educação básica quanto professores de universidades.

4.3.1 Cronologia de greves de professores da educação básica e suas conquistas históricas

Segundo o site da CPERS⁹, o sindicato representa mais de 80 mil professores(as), funcionários(as) de escola e especialistas da rede estadual de todo o Rio Grande do Sul. Nada foi fácil. Entre vitórias, recuos, greves, paralisações, acampamentos, negociações e passeatas, as maiores conquistas sempre foram precedidas por muita organização coletiva e consciência de classe.

Os planos de carreira de professores(as) e funcionários(as), a paridade entre ativos e inativos, a gestão democrática nas escolas e, até mesmo o 13º salário, são direitos que nasceram de grandes mobilizações da categoria.

Desde a fundação, passando pela primeira greve, em 79, sob a mira da Ditadura Militar, aos atos do século XXI, há uma linha contínua de embates com os mais diversos governos, em defesa da escola pública e da valorização profissional necessária para a construção de uma sociedade melhor.

Figura 11 - 1º Congresso dos professores primários em Salvador na Bahia, mobilizou professores para discutir a carreira do Magistério - 1953



Fonte: <https://cpers.com.br/historia/>

⁹ Centro de professores do estado do Rio Grande do Sul (CPERS). Fundado em 21 de abril de 1945, o CPERS-Sindicato representa mais de 80 mil professores(as), funcionários(as) de escola e especialistas da rede estadual de todo o Rio Grande do Sul.

- ❖ Entre 1950 e 1955, o magistério gaúcho mobilizou-se contra os cortes nas gratificações e abonos da categoria, além de iniciar a luta pela aposentadoria aos 25 anos de serviço.
- ❖ Entre 1956 e 1960, os professores exigiram atualização salarial, conforme promessa efetuada pelo governo do estado em 1955.
- ❖ Entre 1961 e 1970, as reivindicações por melhoria salarial, com a categoria se manifestando nas ruas.
- ❖ Em 1974, criação do Plano de carreira do Magistério.
- ❖ Em 1976, professores começam a discutir publicamente suas reivindicações, veiculando notas na imprensa para conclamar a classe a posicionar-se sobre pautas salariais e a luta por valorização profissional.

4.3.1.1 Greve de 1979

Em 1979, aconteceu a primeira greve com a duração de 13 dias. O magistério foi a primeira categoria do estado e a segunda do Brasil a entrar em greve após o golpe militar. A coragem dos professores mostrou que novos tempos estavam chegando e serviu de alento a trabalhadores(as) de todas as carreiras, que sufocaram seus anseios durante todo o período repressivo.

Figura 12- Greve de 1979



Fonte: <https://cpers.com.br/historia/>

O movimento foi deflagrado no primeiro dia de aula do ano letivo, já que o recém-empossado governador Amaral de Souza se negava a cumprir as promessas assumidas por Synval Guazelli, de quem fora vice na gestão anterior.

A categoria pedia o estabelecimento de um piso salarial e um aumento de mais de 30%, além dos 40% já aprovados pela Assembleia Legislativa, e contestava os critérios adotados para as contratações fechadas que tinham validade entre os meses de março e dezembro, deixando os professores desamparados nos meses de janeiro e fevereiro.

❖ A paralisação garantiu a nomeação de 20 mil concursados e 70% de reajuste salarial parcelado.

4.3.1.2 Greve de 1980

Em 1980, aconteceu uma greve que durou 21 dias. A adesão foi significativa e, como consequência, os professores asseguram: Reajustes salariais; Abono de regência; 2,5 salários-mínimos; 25% do orçamento do estado para a educação; Participação no Conselho Estadual de Educação; Novos critérios de avaliação para as promoções do quadro de carreira.

Figura 13 - Greve de 1980



Fonte: <https://cpers.com.br/historia/>

4.3.1.3 Greve de 1985

Em 1985, aconteceu uma greve que durou 60 dias. O governo tenta manipular a opinião pública e desmoralizar os grevistas, demorando a receber o magistério, mas se vê obrigado a negociar. Após recusar cinco propostas, a categoria aprova a última oferta:

- ❖ Antecipou os 2,5 salários-mínimos para novembro de 1986,
- ❖ Assegurou a não punição dos grevistas;

Figura 14 - 1985, greve de 60 dias da categoria garantiu o direito ao 13º



Fonte: <https://cpers.com.br/historia/>

A mobilização histórica também garantiu o direito:

- ❖ 13º salário;
- ❖ Eleição de diretores de escolas;
- ❖ Destinação de 35% da receita para a educação;
- ❖ 10% para o plano trimestral de conservação e construção das escolas.

4.3.1.4 Greve de 1987

Em 1987, aconteceu uma greve que durou 97 dias, cujo objetivo era manter as conquistas anteriores. “Avante, professores de pé” foi o hino que ecoou nas praças e ruas do Rio Grande do Sul durante a maior greve já realizada pelos(as) educadores(as) até então, e uma das maiores em termos de Brasil e América do Sul.

Figura 15 - Greve de 1987 durou 96 dias



Fonte: <https://cpers.com.br/historia/>

A greve de 1988, como parte de uma mobilização nacional assegurou:

- ❖ Aposentadoria especial do magistério aos 25 anos (para mulheres) e 30 (para homens) na Constituição de 88;

Ao longo dos anos que antecedem 1990, o governo endureceu e sucessivas audiências foram desmarcadas. Mas, finalmente, o Estado acena com:

- ❖ 96%, sendo 70% em outubro e 26% em dezembro;
- ❖ Gratificação de unidocência;
- ❖ Regularização do pagamento do cronograma de promoções;
- ❖ A proposta aprovada garantiu 54% de reajuste em três parcelas;
- ❖ publicação e pagamento das alterações de níveis – atrasadas desde 87;

- ❖ Nomeação de 3 mil professores(as);
- ❖ além de agilizar o pagamento da unicodência.

Greves entre 1991 e 1997

❖ Após diversas rodadas de negociações e 19 dias de faltas não justificadas, apesar da suspensão do ano letivo, a 20 de maio, os(as) educadores(as) reunidos em assembleia geral aceitaram 191,61% de reajuste e suspenderam o movimento.

❖ Ante o desmonte do Estado sem precedentes promovido por Antônio Britto (PMDB) e a sua gestão inspirada nas piores práticas neoliberais – que levaria o Rio Grande do Sul a afundar-se em dívidas – os(as) educadores(as) retornaram às ruas e responderam com uma greve de 14 dias de duração.

Greves entre 2000 a 2015 segue uma agenda de lutas, conquistas e protestos:

- ❖ Greve de 2001 - Aprovação do Plano de Carreira dos(as) Funcionários(as) de Escola (PCFE).
- ❖ Greve de 2004 - Garantia do IPE público e da condição de dependência para cônjuges ou companheiros.
- ❖ Greve de 2015- Garantiu que todos os funcionários da escola recebessem os direitos salariais previstos no Plano de Carreira.

4.3.1.4 Greve de 2016

Em um ano de grande agitação política, que culminaria no impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff (PT) e na consumação de um golpe parlamentar, judicial e midiático contra a democracia e os(as) trabalhadores(as), o CPERS fez-se presente em todas as frentes de luta.

Figura 16 - Greve de 2016 durou 54 dias



Fonte: <https://cpers.com.br/história/>

Com 54 dias de greve, a categoria garantiu:

- ❖ O fim do reenquadramento do difícil acesso, o repasse de verbas atrasadas para merenda e manutenção de escolas;
- ❖ A prorrogação dos prazos de validade dos concursos vigentes para funcionários de escola;
- ❖ O fim das discussões sobre o PL 044 e a promessa de não criminalização de educadores(as) e estudantes que participaram da greve e de ocupações.

O governador Sartori agiu com total falta de respeito e capacidade de diálogo e reprimiu com violência milhares de servidores, que estavam mobilizados na Praça da Matriz para barrar o pacote de maldade que incluía a extinção de diversas Fundações do Estado.

Figura 17 - Brigada militar deixa dezenas de manifestantes feridos, lançando bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e spray de pimenta



Fonte: <https://cpers.com.br/historia/>

Na greve de 2016, o governador José Ivo Sartori (PMDB) recrudescer as investidas contra direitos de todas as categorias, e a política nefasta entregaria a gestão de escolas a Organizações Sociais, na prática, privatizando o ensino. Em todo o Rio Grande do Sul, secundaristas ocupam centenas de escolas.

Os alunos resistem em protesto contra o sucateamento da educação. Escolas com a infraestrutura precarizada, atraso nos repasses para efetuar consertos e salários parcelados. Diante da resistência dos manifestantes, o governo acabou recuando retirando:

- ❖ As PECs 257, que revogaria o Artigo 35 da Constituição, que obriga o Estado a realizar o pagamento no último dia do mês;
- ❖ A PEC 242, que trata da licença-prêmio,
- ❖ A PEC 256, que pretendia acabar com a licença para direções sindicais.

4.3.1.5 Greve de 2017

A greve de 2017 foi uma das maiores greves gerais do país e teve a duração de 94 dias.

Figura 18 - Greve Geral de 2017



Fonte: <https://cpers.com.br/historia/>

Em 28 de abril, o CPERS integrou as fileiras da maior greve geral da história do país. O dia amanheceu com garagens de ônibus paralisadas, piquetes nas fábricas, vias bloqueadas, ruas vazias e centenas de categorias de trabalhadores com os braços cruzados contra as reformas trabalhista e da previdência do governo Temer.

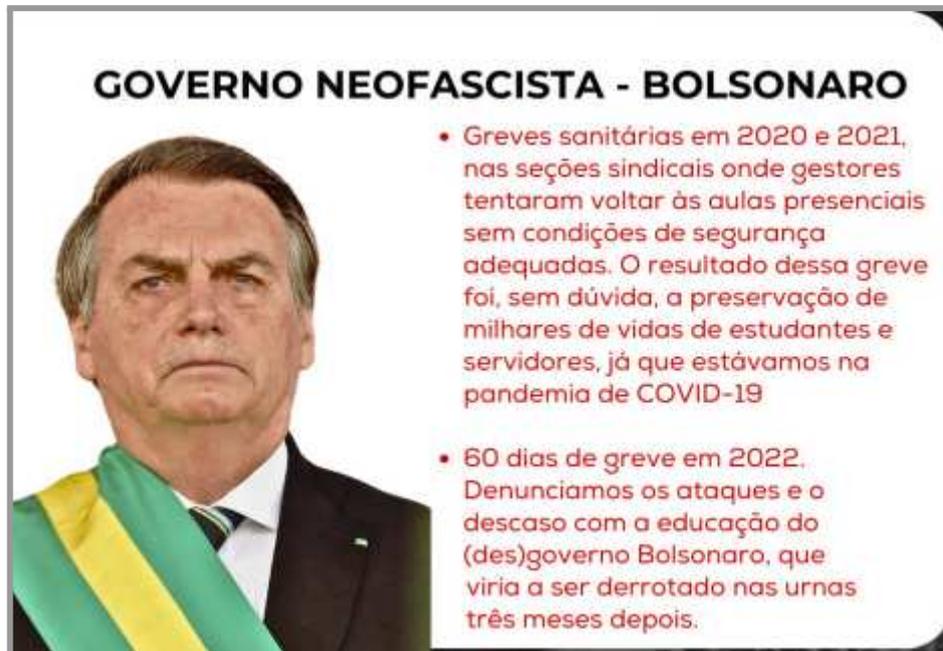
4.3.1.6 Greve de 2020 e 2021: greves sanitárias

Segundo o site SINASEFE¹⁰, algumas gestões de Institutos Federais e Colégios/Escolas Vinculadas ao Ministério da Defesa tentaram retomar as aulas presenciais antes da vacinação de toda a comunidade escolar. O SINASEFE aprovou, em várias Plenárias Nacionais, a deflagração de greve sanitária imediata nas bases onde essa atitude irresponsável de gestores estivesse sendo aplicada.

¹⁰ O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) surgiu a partir da Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus (Fenasefe) no dia 11 de novembro de 1988.

4.3.1.7 Greve de 2022 - Contra o (des) governo Bolsonaro

Figura 19 - Greve de 2022



Fonte: <https://sinasefe.org.br/site/as-greves-do-sinasefe-trouxeram-conquistas-para-a-categoria/>

Duração: 60 dias (16/05 a 15/07/2022)

Em greve: 17 seções sindicais do SINASEFE.

Reivindicações: Cumprimento do acordo de greve assinado em 1º de dezembro de 2005 e, até então, não cumprido pelo MEC e Governo Federal.

Resultados: Contra todas as incertezas do que seria entrar em greve por tempo indeterminado durante um governo neofascista, o SINASEFE construiu o seu movimento paredista enfrentando Bolsonaro e desgastando ainda mais a sua imagem dentro do ano em que ele viria a perder a eleição.

A pauta da greve era cobrar de Bolsonaro¹¹ a recomposição salarial emergencial de 19,99%. Não foi aberta negociação e não houve mesas para dialogar com o Estado Brasileiro, mas houve um ganho político para o sindicato e sua base, que aderiu com muita força a campanha “Eleger Lula para Derrotar Bolsonaro!”, logo em seguida ao fim da greve.

¹¹ Jair Messias Bolsonaro é um ex-militar que ingressou na política brasileira, tornou-se presidente do Brasil em 2018, manteve um governo cheio de controvérsias, foi apoiado pela direita do país e foi derrotado na eleição de 2022 pelo atual presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva.

4.3.2 Cronologia de greves de professores universitários e suas conquistas históricas

A cartilha¹² intitulada: A luta sindical a partir das greves do Andes- SN- Ao longo da História. foi produzida com base em documento elaborado pela Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Sindcefet-MG SSind.), a cartilha traz explicações sobre o direito de greve no serviço público e as razões para aderir à greve com o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do serviço público. Esse documento se encontra na íntegra no final da tese (anexo), pois ele conta as lutas históricas dos professores.

Segundo esta publicação que trouxe o histórico das greves das instituições de ensino superior, a lista de greves catalogadas é extensa, no decorrer dos anos, aconteceram 21 greves dos professores universitários, das quais, destacamos a seguir algumas para ilustrar as conquistas dos professores universitários ao longo da história.

4.3.2.1 Greve de 1980

Duração: 26 dias

Ifes em greve: 19 universidades e 7 escolas

Resultado:

- ❖ Aumento Salarial de 82,25% para Servidores/as Públicos/as Federais (SPFs);
- ❖ Aprovação do Novo Plano de Carreira do Magistério Superior das Ifes;
- ❖ Reenquadramento dos/as docentes.

¹² Documento elaborado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior a publicação A Luta Sindical a partir das Greves do ANDES-SN ao Longo da História. O material apresenta uma linha do tempo das greves da categoria docente, organizada no Sindicato Nacional, nas Instituições Federais de Ensino, a partir de 1980. Produzida com base em documento elaborado pela Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Sindcefet-MG SSind.).

Figura 20 - Greve de 1980



Fonte: <https://www.apufsc.org.br/historia-da-apufsc>

No site da Apufsc¹³, encontra-se a figura acima que ilustra o movimento de 1980. Os professores estavam em uma assembleia que contou com a participação de 395 docentes, a Apufsc aderiu à primeira greve nacional dos professores universitários e as palavras de ordem eram: “A greve educa o educador”.

4.3.2.2 Greve de 1991

Duração: 107 dias -

Ifes em greve: 45 e institutos

Resultado:

- ❖ Rejeição pelo Congresso Nacional da Medida Provisória (MP) que excluía docentes e TAEs dos reajustes propostos pelo governo;
- ❖ Reajuste salarial de 20% para os/as SPFs e correção da tabela de vencimentos para os/as docentes, novo reajuste com índice que variou de 20% a 48,8%;
- ❖ Aumento das gratificações por titulação de 15% para 25% (mestrado); de 25% para 50% (doutorado); gratificação de 12% (especialização); aumento da gratificação de 50% para 55%.

¹³ Em 48 anos de história, a Apufsc-Sindical (Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina) tornou-se uma das entidades de defesa dos direitos dos docentes mais importantes do país.

Figura 21 - Greve de 1991



Fonte: <https://www.apufsc.org.br/historia-da-apufsc/>

A greve de 1991 foi uma das mais longas da década, e contabilizou 107 dias de paralisação. Professores e técnicos administrativos de mais de 40 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) reivindicavam:

- ❖ Reposição salarial de 114,38%, incorporação de perdas salariais sofridas nos planos econômicos “Bresser”, “Verão” e “Collor”

- ❖ Abertura de concursos públicos.

- ❖ Depois de três meses de negociações, os servidores conseguiram reajuste no salário de 20%, aumento e implantação de gratificações por titulação.

4.3.2.3 Greves da década de 1990

Destaca-se que os professores estavam muito articulados e unidos contra os ataques das políticas neoliberais. Assim, a década de 90 foi marcada por diversas greves: 1991, 94, 95, 97 e 98, foram, principalmente, uma grande resistência em defesa de uma universidade de caráter público; desta forma, as lutas se concentravam para que as universidades não fossem privatizadas.

Figura 22 - Protesto em 1992 contra a privatização da Universidade



Fonte: <https://www.apufsc.org.br/historia-da-apufsc/>

Nessa época, também aconteceu o primeiro caso de impeachment da história brasileira que marcou profundamente a sociedade nos anos 90. Nas universidades federais, houve ampla discussão sobre a saída de Fernando Collor de Mello da Presidência da República e seus reflexos para a educação superior e gratuita.

4.3.2.4 Greve 2003

O ANDES-SN¹⁴ foi parte importante na luta contra a reforma da previdência de 2003. Essa reforma quebrou a integralidade e a paridade entre ativo e aposentado, instituiu um redutor nas aposentadorias, diminuiu as pensões e inseriu uma contribuição aos aposentados.

¹⁴ O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) é um sindicato brasileiro, com sede em Brasília (DF) e seções sindicais nos locais de trabalho, que representa professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no país. Foi fundado em 19 de fevereiro de 1981 na cidade de Campinas (SP), como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a ANDES). Sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o ANDES-SN). O ANDES-SN conta com quase 70 mil sindicalizados de instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica e está representado em todo o território nacional pelas suas 121 seções sindicais.

Figura 23 - Manifestações contra a reforma da previdência 2003



Fonte: https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=1fwzf3apn60s20rhnJXDXG0siAWxnENFq9_Ep4zcM110&font=Default&lang=en&initial_zoom=2&height=650

Duração: 59 dias

Ifes em greve: 35 universidades e institutos

Resultado:

- ❖ A PEC 40/03 (Reforma da Previdência) foi aprovada com modificações. A mobilização evitou prejuízos mais graves;
- ❖ Avanços na unidade e participação dos/as SPFs das três esferas do governo.
- ❖ O movimento também contou com o apoio dos/as trabalhadores/as do setor privado.

4.3.2.5 Greve de 2015

A mais longa greve das IFES¹⁵ aconteceu, em 2015, foi uma paralisação de 139 dias. Foi uma resposta dos docentes das IFES frente à intransigência e ao descaso do governo em relação à pauta de reivindicações da categoria, que incluía melhores condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e reajuste salarial para ativos e aposentados.

¹⁵ Instituições Federais de Ensino Superior.

Figura 24 - Manifestação na greve de 2015 (A mais longa greve das IFES)



Fonte: https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=1fwzf3apn60s20rhJXDXG0siAWxnENFq9_Ep4zcM110&font=Default&lang=en&initial_zoom=2&height=650

Duração: 139 dias

Ifes em greve: 49 Universidades

Resultado:

- ❖ Reajuste de 5,5% para agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017.

O que se aprende ao revisitar o histórico das lutas dos professores universitários? Se eles ainda têm uma carreira, foi por meio de muitas lutas, se os salários, apesar de muito defasados, têm ainda algum poder de compra, foi porque os professores lutaram, se ainda existe a dedicação exclusiva articulando ensino, pesquisa e extensão, foi porque existiu muita luta, se a gestão da maioria das IFES ainda goza de autonomia, também foi por meio de muitas lutas.

Os professores da educação básica também colecionaram lutas grandiosas e foram anos de muitas batalhas por direitos da sua classe. A história, tanto dos professores universitários quanto dos professores da educação básica, tem suas especificidades, mas

também tem trajetórias muito parecidas, de lutas por direitos e muitas vitórias.

Assim, diante o que foi exposto, entende-se que a greve é um recurso valioso para os trabalhadores, incluindo-se, aqui, os professores nessas lutas. Ela tem sido usada, ao longo da história, como uma saída para as suas reivindicações, sempre que os trabalhadores sentem que seus direitos estão sendo ameaçados pelos seus empregadores. É um mecanismo do qual o trabalhador lança mão, quando todas as alternativas de negociação se esgotaram.

Seu papel vai além de um simples protesto; é uma forma organizada de suspender temporariamente o trabalho em busca de interesses coletivos ou objetivos sociais mais amplos. Na história recente do Brasil, especialmente após a redemocratização, as greves se tornaram um meio legítimo de expressar insatisfações e buscar mudanças significativas.

Em particular, as greves no setor educacional, como as dos professores da educação básica do Rio Grande do Sul e as de outros estados brasileiros, têm sido fundamentais. Elas não apenas contestam abertamente as condições de trabalho nas escolas, mas também se configuram como uma arena de luta pela preservação e melhoria da qualidade da educação pública.

Esses movimentos destacam-se como manifestações de resistência e busca por dignidade profissional, refletindo o compromisso dos educadores com uma educação pública acessível e de excelência.

Portanto, a greve não é apenas um direito constitucionalmente garantido, mas também uma ferramenta vital para a defesa dos direitos trabalhistas e para a promoção de mudanças sociais e políticas necessárias. Ela permite que os trabalhadores influenciem diretamente as condições de trabalho e os serviços prestados à comunidade, exercendo sua autonomia na decisão de quando e como reivindicar seus interesses.

O professor Antônio de Almeida (2008), que estudou os movimentos sociais no ABC Paulista, entende que as manifestações e os movimentos sociais oferecem:

Oportunidades para experiências políticas diversas, a partir das quais esses sujeitos renovam ou deixam nascer os seus valores, dão vazão aos sonhos e desejos, elaboram as noções do político, constroem a identidade coletiva e deixam desabrochar a sua própria forma de ser e de pensar a sua existência. (Almeida, 2008, p.284)

Assim, entende-se que o autor fala sobre as greves serem momentos cruciais que oferecem aos trabalhadores, oportunidades significativas para participarem de experiências políticas diversas. Durante esses movimentos, os indivíduos têm a chance de renovar e desenvolver valores pessoais e coletivos. Eles podem expressar seus sonhos e desejos na

coletividade, influenciando as políticas educacionais e sociais.

Além disso, as greves permitem que os trabalhadores elaborem suas próprias concepções do que é ser político, construam uma identidade coletiva forte e cultivem uma maneira única de pensar sobre sua existência e seu papel na sociedade. Esse processo não se limita apenas às reivindicações materiais, mas também envolve a formação de uma consciência crítica e participativa, que se veem não apenas como indivíduos isolados, mas como agentes de mudança em uma comunidade educacional mais ampla.

Desse modo, as greves não são apenas uma forma de protesto, mas também um espaço vital onde os professores podem moldar ativamente seu ambiente de trabalho e contribuir para uma educação mais inclusiva e democrática, enquanto fortalecem sua própria identidade e senso de propósito.

Ao abordar as greves dos professores, é importante considerar não apenas os impactos imediatos nas condições de trabalho e nas políticas educacionais, mas também como esses movimentos influenciam o tempo livre dos professores.

A greve pode ser uma importante aliada na busca pelo tempo livre, na busca para superação de uma lógica capitalista, e na resistência, pois se não houver luta, parece não ter fim a exploração que consome todo o tempo livre dos professores. Assim, ela pode frear os abusos do capitalismo, como uma resposta às condições precárias de trabalho, carga horária excessiva, falta de recursos adequados e baixos salários. Esses problemas não só afetam o desempenho profissional dos educadores, mas também comprometem significativamente seu tempo livre.

Quando as condições de trabalho são melhoradas através de greves bem-sucedidas, os professores podem desfrutar de um ambiente de trabalho menos estressante. Isso pode se traduzir em mais tempo livre para atividades pessoais, familiares e de lazer. Além disso, as greves frequentemente visam à melhoria da qualidade da educação pública, o que pode elevar o poder crítico de toda uma sociedade que se forma.

Com melhores recursos educacionais e apoio institucional, os professores podem dedicar mais tempo à preparação de aulas, desenvolvimento profissional e interação com os alunos, ao invés de lidar com problemas estruturais que consomem seu tempo, extrapolando a sua jornada de trabalho, levando para casa os problemas que não foram totalmente resolvidos no trabalho.

Entendemos que existe um problema mais complexo, que pode ser chamado da lógica capitalista, que por meio da mais valia tem dominado tanto o tempo de trabalho quanto o

tempo livre dos professores, mas também acreditamos na luta coletiva que pode resistir e reverter até uma lógica que foi instaurada a um longo período de tempo.

Portanto, as greves não são apenas um meio de reivindicar direitos trabalhistas, mas também podem e têm sido usadas como uma forma de lutar para reestruturar totalmente uma sociedade, que tem vivido para o consumo.

Nesse ponto, pode-se parafrasear o professor Antonio Almeida (2008), que trouxe importantes reflexões sobre como as experiências políticas coletivas podem despertar os sonhos fazendo-os desabrochar, e assim modificar a própria forma de ser, nos fazendo repensar na nossa própria existência.

Com o autor Antunes (2009), entende-se que para se mudar a lógica do capitalismo é necessário realizar uma utopia do preenchimento, do possível, visando conquistar pelo “consenso” o “tempo livre” e assim:

Em plena era do toyotismo, da acumulação flexível, das desregulamentações, das terceirizações, das precarizações, do desemprego estrutural, da desmontagem do Welfare State, do culto do mercado, da sociedade destrutiva dos consumos materiais e simbólicos, enfim, da (des)sociabilização radical dos nossos dias. (Antunes, 2009, p.174).

Antunes (2009) diz que é necessário também, uma ampliação dos espaços públicos e da busca pela sociabilidade. Assim, ao permitir que indivíduos dediquem seu tempo a atividades que consideram significativas e autodeterminadas, além das exigências do capital, abre-se espaço para o desenvolvimento de uma nova forma de sociabilidade, ele prevê:

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela omnilateralidade humana, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. (Antunes, 2009, p.175)

Portanto, nesse contexto, a demolição das barreiras temporais entre trabalho e não trabalho não se resume apenas a uma redistribuição de tempo, mas sim a uma reestruturação fundamental das relações sociais e econômicas. Isso implica não apenas a transformação das condições de trabalho, mas também a criação de um ambiente onde as pessoas possam florescer integralmente, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

O autor ainda refere que são necessárias duas atitudes primordiais para mudar a forma com que a sociedade tem se estruturado: “Reduzir a jornada ou o tempo de trabalho para que não prolifere ainda mais a sociedade dos precarizados e dos desempregados”. (Antunes, 2009,

p.175). A segunda condição é a reivindicação do trabalho, não porque se cultue o trabalho assalariado, fetichizado, que deve ser eliminado com o fim do capital, mas porque existe um terço da população no terceiro mundo, desprovido de seguridade social.

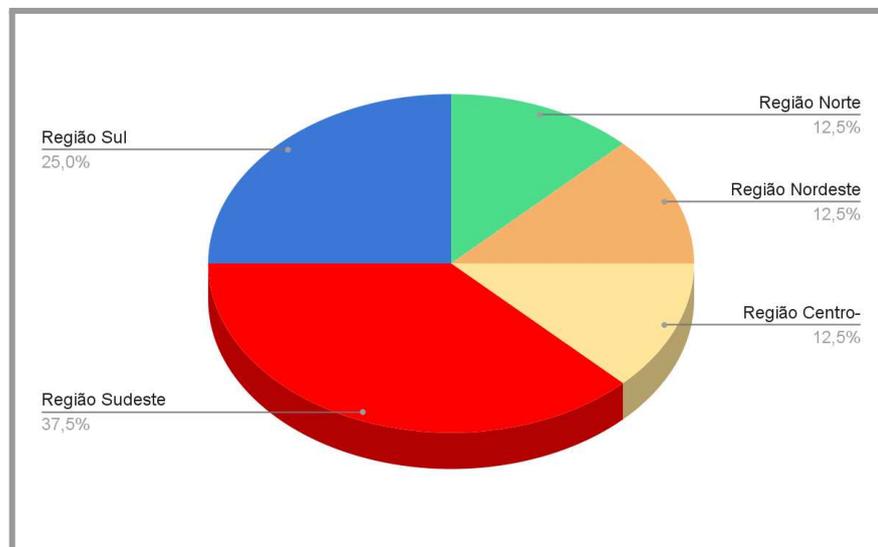
Esse ambiente pode ser visto como uma nova forma social onde indivíduos se associam livremente em uma estrutura baseada na ética, na arte, na filosofia e no verdadeiro tempo livre. Nessa sociedade ideal, as aspirações mais genuínas emergem da vida cotidiana, criando condições para que cada pessoa desenvolva sua identidade de maneira completa e multifacetada.

5 O TEMPO LIVRE DE PROFESSORES COMO OBJETO DE PESQUISAS ACADÊMICAS EM DIFERENTES CONTEXTOS

5.1 Panorama dos Resultados das Pesquisas Acadêmicas sobre o Tempo Livre

Nesta parte do trabalho, apresentam-se os dados levantados por meio de gráficos e tabelas, de forma sintética, para melhor organização e reflexões acerca de importantes resultados encontrados neste estudo. Desta forma, o primeiro gráfico, ilustra as pesquisas realizadas por localidade do nosso país:

Gráfico 1 - Pesquisas sobre o tempo livre do professor por regiões no Brasil

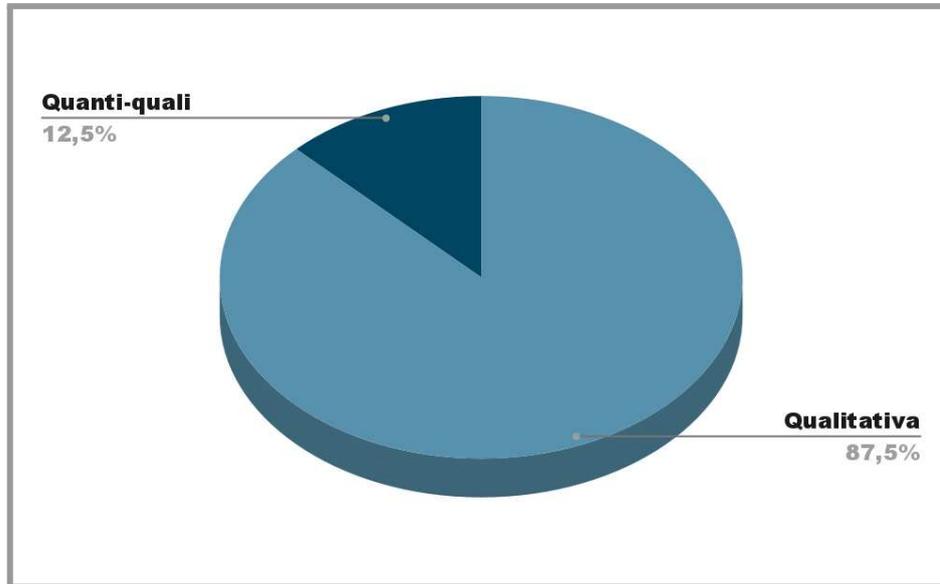


Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Esse gráfico mostra que em todas as regiões do Brasil existem pesquisas que investigaram os problemas acerca do tempo livre do professor. Os trabalhos que compõem essa amostra de pesquisa, estão vinculados aos programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Santa Maria(UFSM); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade do Pernambuco (UFPE); Universidade Pontifícia Católica de São Paulo (PUCSP); Universidade Estadual Paulista de Araraquara (UNESP) e Universidade Federal de Goiás (UFG). O que dá uma visão panorâmica do problema, ou seja, uma dificuldade que é percebida, nacionalmente, pelas diferentes regiões do Brasil.

5.2 A Natureza das Pesquisas

Gráfico 2 - Natureza da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora, 2024

O segundo aspecto analisado na presente pesquisa foi quanto à sua natureza. Ao fazer a leitura das teses e dissertações, o interesse foi entender o caminho metodológico de cada pesquisador e responder: qual a natureza das pesquisas em análise?

Quanto à natureza, tomou-se por base os estudos de Carvalho et al (2019) que explicam que as pesquisas científicas podem ser classificadas em três modalidades: a qualitativa, a quantitativa e a quanti-quali, assim:

- ❖ A pesquisa qualitativa busca compreender os sentidos dos eventos, sem a necessidade de se apoiar em informações estatísticas; a interpretação do pesquisador apresenta uma importância fundamental.

- ❖ Na pesquisa quantitativa, a base científica vem do positivismo, esse tipo de pesquisa fundamenta-se em variáveis que são rigorosamente analisadas, sua mensuração já está implícita no próprio método, partindo de uma análise quase sempre mediada por algum critério matemático.

- ❖ A pesquisa quanti-quali, como o próprio nome sugere, representa a combinação das duas citadas modalidades, utilizando em parte do trabalho a visão positivista, e em outra parte a visão fenomenológica, aproveitando-se do que há de melhor nas duas.

No gráfico acima, tem-se a seguinte representação: todos os pesquisadores do corpus

desta pesquisa fizeram a opção pela pesquisa qualitativa, com exceção da autora Sagrillo (2015), que escolheu o método quanti-quali. Acredita-se que a autora fez essa escolha devido ao grande volume de dados que ela analisou, sendo necessário realização de uma mensuração maior para se chegar aos resultados. Ela uniu as duas modalidades de pesquisa, a quantitativa e a qualitativa, configurando-a em uma pesquisa mista.

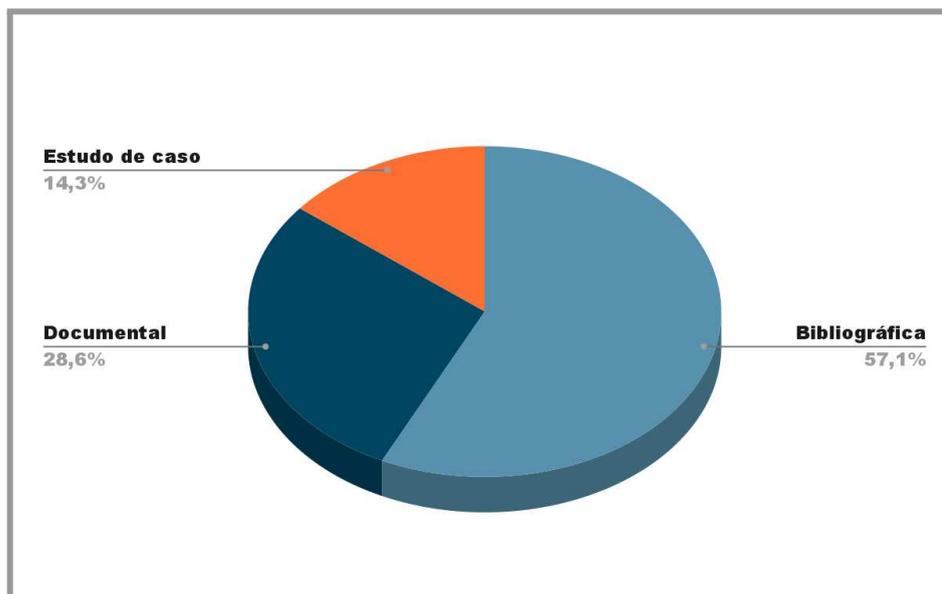
5.3 As Fontes das Pesquisas

Pode-se definir cada tipo de pesquisa conforme os procedimentos de coleta, no caso, as pesquisas que fizeram parte do corpus, utilizaram, principalmente, as seguintes fontes: bibliográfica, documental e estudo de caso. Segundo Matos e Vieira (2001), elas podem ser definidas da seguinte forma:

- ❖ Bibliográfica: a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos sobre o tema que se deseja conhecer.

- ❖ Documental: a fonte documental é aquela que está em seu estado original e, por isso, pode ser reelaborada de acordo com a finalidade da pesquisa e criatividade do pesquisador, como, por exemplo, tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatório, documentos adquiridos em escolas e instituições, associações, igreja, hospitais documentos oficiais, cartas, contratos diários, filmes, fotografias, relatório de empresas.

- ❖ Estudo de caso: o estudo de caso pode ser um procedimento indicado quando quer se observar apenas um objeto de pesquisa, obtendo grande quantidade de informações sobre o caso escolhido e, conseqüentemente, aprofundando os seus aspectos.

Gráfico 3 - Fontes da pesquisa

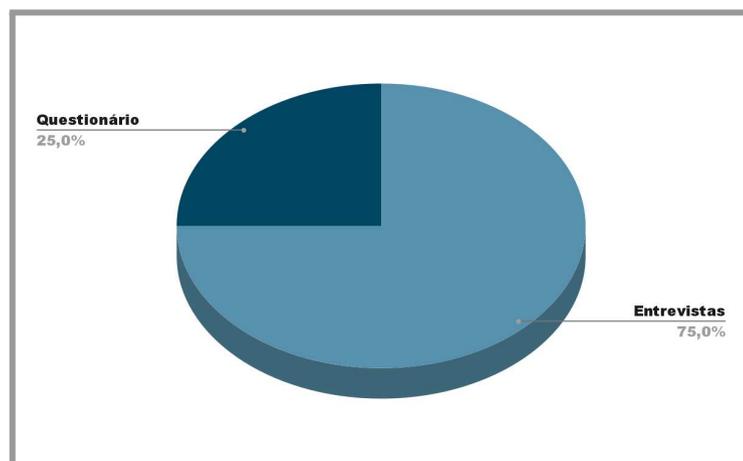
Fonte: Elaborado pela autora, 2024

As fontes mais utilizadas nas pesquisas investigadas foram: em primeiro lugar, a pesquisa bibliográfica, a segunda fonte mais utilizada foi a pesquisa documental e, por último, o estudo de caso. Somente as autoras Sagrillo (2015) e Fonseca (2017) trabalharam com o estudo de caso.

5.4 A Coleta de Dados

Na fase da coleta de dados podem ser empregadas diferentes técnicas, no caso dessas pesquisas investigadas, as técnicas mais utilizadas foram a entrevista e o questionário. Os autores Pereira et al (2018) conceituam:

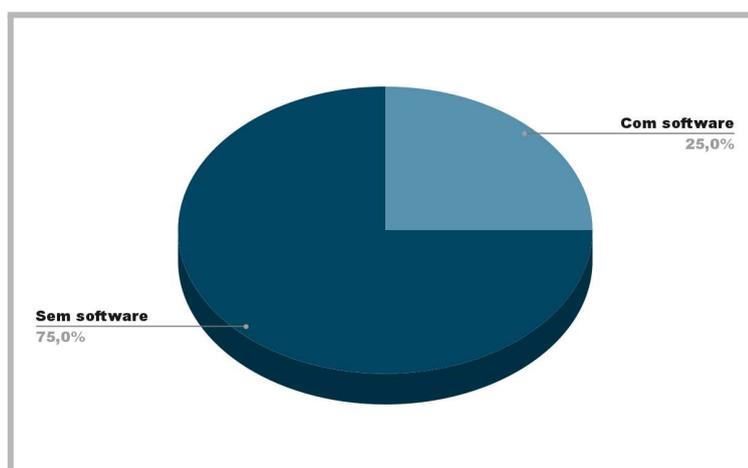
- ❖ Entrevista: é uma técnica com perguntas direcionadas ao entrevistado como forma de buscar informações específicas.
- ❖ Questionário: é composto por questões bem elaboradas, que devem ser enviadas aos entrevistados.

Gráfico 4 - Coleta dos dados

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

A entrevista foi a técnica mais utilizada pelos pesquisadores. Sua vantagem é que com ela, é possível obter-se muitos dados referentes aos mais diversos aspectos envolvidos na pesquisa, e é possível, também, compreender melhor questões acerca do comportamento das pessoas, além de oferecer a possibilidade de esclarecimentos.

5.5 Análise dos Resultados das Pesquisas Usando Software

Gráfico 5 - Tabulação dos dados

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

A maioria dos pesquisadores tabularam seus resultados sem usar softwares, com exceção dos pesquisadores: Silva (2014), que utilizou o software *Statistical package for the social sciences (SPSS)* e a autora Sagrillo (2015), que utilizou o software IRAMUTEQ, ela pontuou que foi o IRAMUTEQ, um software livre, que facilitou a qualidade visual dos seus

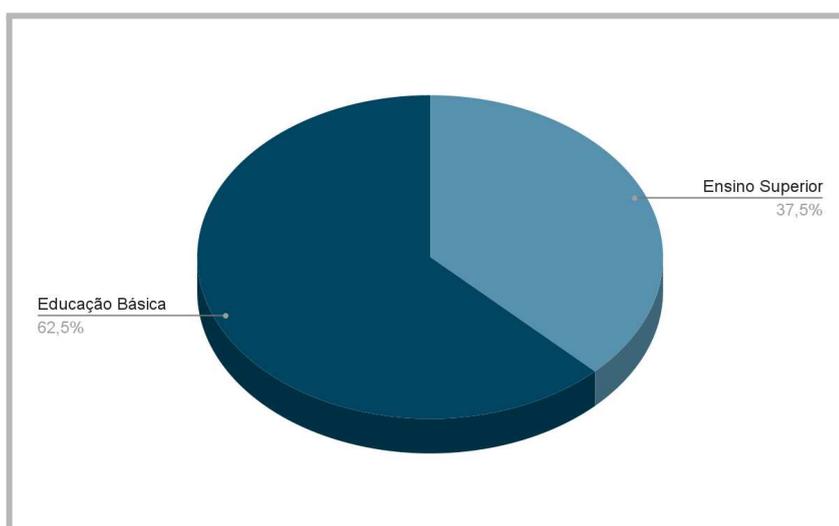
resultados, principalmente, no que se refere aos questionários.

Já Silva (2014) explicou que as questões fechadas do questionário foram inseridas no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Após essa etapa, realizou os cruzamentos necessários para a construção dos gráficos; com eles prontos, ele analisou suas informações, observando os dados estatísticos e teorias já conhecidas, bem como outras que surgiram a partir da análise dos materiais.

Já as informações coletadas nas mensagens foram analisadas buscando compreender as falas dos sujeitos, a partir dos contextos nos quais estavam inseridos, permitindo chegar a um entendimento do seu tempo fora da escola.

5.6 Os Sujeitos da Pesquisa

Gráfico 6 - Professores da educação básica e ensino superior



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

O gráfico revela que, no momento da consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT), havia mais pesquisas que atendiam ao objeto da investigação referente ao tempo livre dos professores da educação básica, do que pesquisas referentes ao tempo livre dos professores do ensino superior.

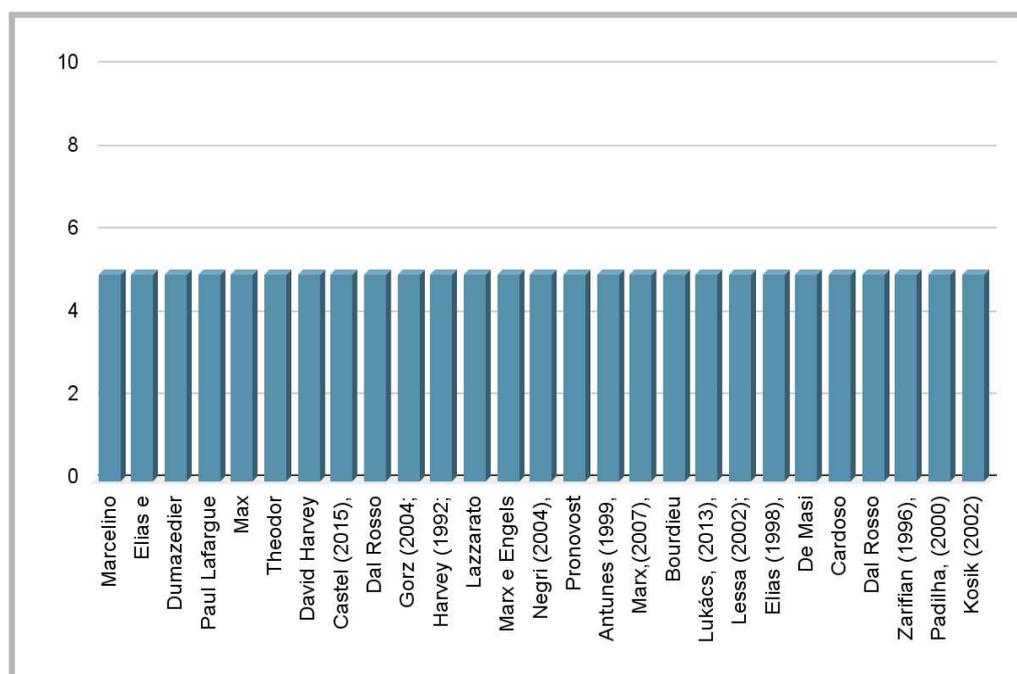
A intenção era compor um corpus de pesquisa com 4 trabalhos que pesquisassem os professores do ensino superior e 4 trabalhos que investigassem os professores da educação básica.

No entanto, na biblioteca, naquele momento, não havia muitos trabalhos sobre o tempo

livre dos professores universitários, por isso o corpus da pesquisa acabou contemplando mais pesquisas sobre o tempo livre dos professores da educação básica.

5.7 Fundamentação Teórica das Pesquisas

Gráfico 7 - Autores que foram citados nas pesquisas



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

O gráfico destaca alguns autores que deram subsídios para fundamentar os trabalhos dos pesquisadores. O referencial utilizado nos estudos, se basearam na Teoria Crítica da Sociedade – Max Horkheimer e Theodor Adorno. Também estão presentes as contribuições de Alvarenga, Codo, Costa, Dal Rosso, Dumazedier, Gorz, Harvey, Libâneo, Marx e Engels, Moraes, Neto, Oliveira, Padilha, Paro, Pérez Gómez, Pronovost, Antunes, dentre muitos outros, que proporcionaram reflexões sobre o trabalho, a intensificação do trabalho, trabalho imaterial, precarização do trabalho.

Assim, estes autores proporcionaram um grande arcabouço teórico capaz de conduzir no entendimento e na investigação do tempo livre dos professores, e no complexo emaranhado da lógica capitalista, que tem consumido o tempo livre dos docentes, os fatores determinantes que levam à perda do tempo livre dos docentes, discussões teóricas que levam a evidenciar a usurpação do tempo livre no engendrado mundo capitalista dos tempos atuais.

5.8 Análise dos Resultados em Diferentes Contextos Educacionais

Os teóricos Karl Marx e Friedrich Engels dedicaram, em seus estudos, demonstrar como essa exploração sempre enriqueceu os donos do capital. O ponto chave dessas teorias era a divisão do trabalho e das tarefas, pois isso, passava a ideia para o trabalhador de que o trabalho realizado por ele não era primordial no produto final de uma mercadoria.

Esses pensadores explicaram também como os donos do capital se enriquecem à custa do trabalhador por meio do que eles chamaram de mais-valia. Também é importante destacar que empregador e empregado estão em pólos diferentes, tanto os trabalhadores como os donos do capital, essa oposição é chamada de luta de classes.

Nesta lógica, o empregador ganha sobre as horas que são trabalhadas a mais pelos trabalhadores e que não são devidamente pagas. Quando se observa o trabalho dos professores, nota-se que estes estão na mesma lógica, ou seja, os professores estão trabalhando a mais e recebendo a menos, pois as horas de trabalho do professor invadem outros espaços, além do local de trabalho, e essas horas não estão sendo remuneradas.

Professores universitários recebem por dedicação exclusiva, mas o trabalho se agigantou de tal forma, que esse valor não paga tudo o que o professor estudou e as horas gastas para atividades que envolvem ensino, pesquisa e extensão. Professores da educação básica não recebem dedicação exclusiva e estão sendo espoliados duplamente, pois, na maioria das vezes, eles possuem dois cargos para sobreviver.

Tanto professores da educação básica, quanto professores universitários tem suas especificidades, mas ambos têm trabalhado a mais e recebido a menos, pois o trabalho tem extrapolado e invadido as suas vidas privadas.

5.9 Resultados do Estudo Sobre o Tempo Livre dos Professores

Quadro 5 - Síntese dos resultados encontrados nas pesquisas sobre o tempo livre do professor

Trabalho e Autor	Definição de tempo livre	Causa da perda do tempo livre	Consequência da perda do tempo livre
Tempos cotidianos de professoras/es fora da escola: outras histórias Geovani de Jesus Silva (2014)	O tempo livre é entendido como os tempos liberados das exigências profissionais e do trabalho assalariado.	Trabalho sem fim, o autor explica que a intensificação do trabalho docente não permite usufruir do tempo livre verdadeiramente.	Adoecimento, cansaço, fadiga, esgotamento e depressão.

<p>Tempo de Trabalho e o tempo “livre” dos professores municipais de Santa Maria/RS Daniele Rorato Sagrillo (2015)</p>	<p>A autora utiliza os termos: tempo disponível, do autor Marcellino (2000) e tempo/liberado do autor Antunes (1999). Segundo a autora, o tempo do professor deve ser escrito entre aspas “livre”, no sentido de que pouco ou quase nada se dispõe.</p>	<p>A precarização atinge a vida do professor; o trabalho invade seu tempo livre, devido à grande demanda de planejamento, correções de provas, trabalhos entre outros.</p>	<p>O trabalho invade a vida pessoal/familiar dos docentes refletindo no tempo de lazer, de descanso, cuidados com os filhos, de atividades com familiares, e cuidados de si.</p>
<p>Trabalho e Tempo Livre: a atividade do professor universitário no contexto da crise contemporânea do capital Francisco das Chagas da Silva (2017)</p>	<p>O autor define dois tipos de tempo livre: o tempo liberado onde o trabalhador ainda continua executando atividades de trabalho além do contratado. E o tempo livre disponível, aquele que é para livre fruição, realmente livre.</p>	<p>Segundo o autor, o prolongamento além do tempo de trabalho do professor universitário, compromete o seu tempo livre. E constitui uma usurpação do tempo livre, fato que foi denominado de tempo livre usurpado.</p>	<p>Está ocorrendo uma aproximação entre o tempo livre e o tempo de trabalho, o que acarreta a sobreposição de um tempo com o outro. Ou seja, não é possível perceber o que é tempo livre e o que é tempo de trabalho.</p>
<p>Trabalho, Intensificação e o tempo livre do docente da Universidade do Estado do Pará Zaira Valeska Dantas da Fonseca (2017)</p>	<p>A autora cita Marx e define o tempo livre como o “tempo não exigido para a subsistência imediata”. Explica que para se ter tempo livre conforme Antunes, (2001): deve-se lutar “pelo direito ao trabalho reduzido e pela ampliação do tempo fora do trabalho (o chamado tempo livre), sem redução de salário”. (p.24)</p>	<p>Os docentes universitários, na pesquisa da autora, revelaram que têm seu tempo de trabalho modificado e prolongado em virtude do produtivismo acadêmico impelido pela lógica neoliberal, que tem nas instituições governamentais e nas agências de fomento à pesquisa seus principais representantes.</p>	<p>A categoria docente universitária vem sendo usurpada do “direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre, que permite a produção e o usufruto da arte, da literatura, da música; daquilo que convencionamos chamar de cultura” (PEIXOTO, 2011, p.341, grifos da autora).</p>
<p>Educação, tempo livre e lazer nas Associações Docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX Edson Tenório (2011)</p>	<p>O autor cita Dumazedier (2008), ele defende que é no tempo livre que as pessoas se libertam “a seu gosto da fadiga, descansando, do tédio, divertindo-se, da especialização funcional, desenvolvendo de maneira interessada as capacidades de seu corpo ou de seu espírito” etc.</p>	<p>O autor cita Gomes (2008) que explica que, aparentemente, o tempo de trabalho e o tempo livre pareçam esferas opostas – já que um estaria no reino da necessidade e o outro na esfera da liberdade, da gratuidade, e considera que, no interior do sistema capitalista, o tempo livre seria uma extensão do tempo de trabalho e estaria de acordo com a lógica da produtividade.</p>	<p>No seu tempo livre, as pessoas têm de fazer uma boa parte do trabalho sem remuneração.</p>
<p>Estudo Sobre a Formação Cultural: a semiformação do professor do Ensino</p>	<p>As atividades relacionadas ao tempo livre também são divididas em partes, a saber: férias; finais de</p>	<p>A autora explica que segundo Adorno (2011b, p. 106), o tempo livre da maneira que está circunscrito é tempo</p>	<p>Em relação ao tempo livre, a autora concluiu que os professores tendem a fazer as mesmas coisas, e o</p>

Estadual da Região Central de São Paulo Daniela Olorruama (2013)	semana; momentos de lazer e tarefas diárias.	não-livre, mas administrado pelo trabalho, pois o “tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é um mero apêndice do trabalho”	tempo livre é ocupado com atividades que são exploradas pelo capitalismo, ex: comprar um pacote de viagem de férias.
O Tempo Livre como Palimpsesto do Tempo de Trabalho: temporalidade e ideologia Marcelo Gonçalves Rodrigues (2016)	O autor baseado nos estudos de Requiza (1980) <i>apud</i> Padilha (2000), define o tempo livre e ou lazer da seguinte forma: a) livre escolha do que fazer; b) tempo de recuperação do cansaço vinculado ao trabalho; c) espaço para o desenvolvimento de habilidades e características pessoais, culturais etc.	Existe uma clara dificuldade em organizar o tempo fora do horário de trabalho. Na verdade, existe um embaraço na separação desses processos de tempo. Existe um tempo disponível, mas, simultaneamente, não há usufruto dele. O tempo livre passa e quando se percebe, acabou e já é hora de voltar às atividades de trabalho.	Crise dos indivíduos no desamparo do tempo livre, em meio à redução da cultura em diversões que atendem ao princípio operativo da indústria cultural, pela oferta de disponibilizar choques traumáticos aos sujeitos que esfacelam a cultura e as próprias constituições subjetivas inerentes ao ser.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Para discussão dos resultados do quadro acima, dividiu-se a análise em duas partes: primeiramente, em relação às pesquisas que tiveram como sujeitos os professores da educação básica e, posteriormente, as pesquisas que tiveram como sujeitos os professores universitários.

Assim, sobre a definição de tempo livre, Silva (2014), Sagrilo (2015), Tenório (2011), Olorruama (2013), Luz (2017) trouxeram as definições de tempo livre pesquisando professores da educação básica da seguinte forma:

- É entendido como os tempos liberados das exigências profissionais e do trabalho assalariado;
- Tempo disponível ou tempo liberado, e deve ser escrito entre aspas “livre”, no sentido de que quase nada se dispõe dele.
- Tempo livre como liberdade, descansando, divertindo-se, desenvolvendo as capacidades de seu corpo ou de seu espírito.
- As atividades relacionadas ao tempo livre também são reconhecidas como não livre, já que são previamente estabelecidas e organizadas para melhor atender a lógica comercial como férias; finais de semana; momentos de lazer e tarefas diárias.
- Tempo livre se liga às sensações com liberdade, satisfação, criatividade e

caráter lúdico, e se associam ao lazer, ócio, fruição, formação, cuidados pessoais, práticas educativas e culturais que estimulam a expressão, a criação e a aprendizagem.

Já os pesquisadores que observaram o tempo livre dos professores universitários, Silva (2017), Fonseca (2017), Rodrigues (2016), chegaram às seguintes definições:

- O tempo liberado onde o trabalhador ainda continua executando atividades de trabalho além do contratado. E o tempo livre disponível, aquele que é para livre fruição, realmente livre.
- O tempo livre que não é exigido para a subsistência imediata e que para se usufruir desse tempo é preciso lutar pelo direito ao trabalho reduzido e à ampliação do tempo fora do trabalho (o chamado tempo livre), sem redução de salário.
- Livre escolha para fazer o que quiser; tempo para recuperar-se do cansaço; espaço para desenvolver habilidades pessoais e culturais.

Observando as definições tanto dos pesquisadores dos professores da educação básica quanto dos pesquisadores dos professores do ensino superior, verifica-se que as conclusões são muito similares. Assim, juntando os resultados das duas áreas das pesquisas, pode-se resumir e definir o tempo livre da seguinte forma:

O tempo livre é um período para se dedicar a atividades fora do trabalho, entretanto, deve-se colocar aspas no termo “livre”, porque ele não é verdadeiramente livre, porque dele, quase não se dispõe. Esse tempo livre tem duplo sentido, pois o professor, quando é liberado, continua trabalhando. O tempo livre verdadeiro é aquele onde são possíveis a fruição, o descanso, a liberdade e o desenvolvimento de habilidades pessoais, culturais e do espírito. Para ampliar o tempo livre é necessário reduzir o trabalho sem reduzir o salário.

5.9.1 Resultados dos estudos sobre as causas da perda do tempo livre dos professores

Sobre as causas da perda do tempo livre. Silva (2014), Sagrilo (2015), Tenório (2011), Olorruama (2013), Luz (2017) trouxeram as seguintes considerações:

- Trabalho sem fim, a intensificação do trabalho docente impede o professor de usufruir do tempo livre verdadeiramente;
- A precarização e o excesso de trabalho burocrático invadem a vida privada dos professores;

- A causa da perda do tempo livre é porque ele é uma extensão do tempo de trabalho e obedece à lógica da produtividade;
- A causa da perda do tempo livre é porque ele nem existe, tudo gira em torno do trabalho, o tempo livre é um mero apêndice do trabalho.
- A intensificação do trabalho docente ocasiona um incremento na quantidade de trabalho que interfere em outros tempos sociais.

Já as pesquisas de Silva (2017), Fonseca (2017), Rodrigues (2016) chegaram às seguintes definições quanto às causas da perda do tempo livre:

- O prolongamento do trabalho compromete o tempo livre, isto é uma usurpação, ou seja, tempo livre usurpado.
- Aconteceu um prolongamento do tempo de trabalho em virtude do produtivismo acadêmico impelido pela lógica neoliberal, que tem nas instituições governamentais e nas agências de fomento à pesquisa seus principais representantes.
- Dificuldade em organizar o tempo fora do horário de trabalho, embaraço na separação do tempo livre e do tempo de trabalho, o que interfere no usufruto dele. O tempo livre passa e rapidamente, já é hora de retomar as atividades de trabalho.

Pode-se sintetizar as causas da perda do tempo livre da seguinte forma: As condições são de precarização e intensificação do trabalho; associada a essa condição, existe uma grande cobrança pelo produtivismo acadêmico imposto pela agenda neoliberal, que é seguida pelos agentes governamentais.

Assim, vários são os fatores que influenciam a perda do tempo livre dos professores, inicialmente, pode-se dizer que existe um sentimento de que o trabalho dos professores não tem fim, a intensa carga de trabalho burocrático invade o seu tempo livre ou tempo de não trabalho.

Neste contexto caótico, os professores têm muita dificuldade de organizar o pouco tempo que sobra, e quando se percebe, já está na hora de retornar ao trabalho. Nesta situação, o professor não tem como usufruir do seu tempo livre real, porque torna-se apenas um apêndice do tempo de trabalho.

Assim, pode-se dizer que, na atualidade, o tempo livre é um tempo subjetivado pela lógica do capitalismo, portanto as pessoas que podem usufruir realmente do tempo livre,

ainda como nos tempos antigos da Grécia, são apenas as que pertencem a elites. Dessa forma, professores e demais trabalhadores, em seu tempo livre, continuam trabalhando para o sistema capitalista, mesmo quando se afastam dos seus locais de trabalho.

5.9.2 Resultados das consequências da perda do tempo livre dos professores

Sobre as causas das consequências da perda do tempo livre. Silva (2014), Sagrilo (2015), Tenório (2011), Olorruama (2013), Luz (2017) trouxeram as seguintes considerações:

- Adoecimento, cansaço, fadiga, esgotamento e depressão
- Invasão da vida pessoal e familiar, retirando-se o lazer, o descanso, cuidados com os filhos, atividades com familiares e cuidados pessoais.
- Os professores fazem no seu tempo livre atividades de trabalho, sem remuneração.
- Os professores tendem a fazer as mesmas coisas, e o tempo livre é ocupado com atividades que são exploradas pelo capitalismo, como o turismo e a comercialização dos pacotes de viagem.

As pesquisas de Silva (2017), Fonseca (2017), Rodrigues (2016) apontam que as consequências da perda do tempo livre são:

- Está ocorrendo uma sobreposição do tempo livre e o tempo de trabalho, ou seja, não é possível perceber o que é tempo livre e o que é tempo de trabalho.
- Os professores estão sendo usurpados do direito ao tempo livre que permite o usufruto da arte, da literatura, da música, de tudo que é denominado como cultura.
- Crise dos indivíduos por falta do tempo livre e o contato com a cultura real, pois o princípio operativo da indústria cultural é comercializar choques traumáticos aos sujeitos, que não é a cultura verdadeira.

As consequências da perda do tempo livre podem ser sintetizadas da seguinte forma: o desgaste dos professores, em relação à perda do tempo livre, que pode ser sentido tanto no campo físico, quanto no emocional e afetivo.

No campo físico, pode-se identificar: adoecimento, cansaço, fadiga, esgotamento, no campo emocional e afetivo, o mais grave é a depressão. O trabalho tem invadido a vida dos

professores, cuja consequência é a diminuição do tempo para os cuidados com os filhos, para atividades com familiares e cuidados pessoais.

No tempo que deveria ser para livre fruição, existe um grande comércio que explora esse tempo, pois as férias, feriados e finais de semana, para aqueles que dispõem de um pouco de dinheiro, já estão previamente programados para o consumo, por exemplo: para aquisição de pacotes de viagens.

Também, é importante citar a questão cultural, porque ela é fortemente modelada pelas tendências da indústria cultural, que indica o que devemos consumir. Assim, os professores estão deixando de usufruir do belo, da arte, da literatura, da música, de tudo que é denominado como cultura.

Quadro 6 - Resultados encontrados

Trabalho e Autor	Objetivo da pesquisa	Resultado encontrado
Tempos cotidianos de professoras/es fora da escola: outras histórias Geovani de Jesus Silva (2014)	Focalizar o tempo livre como tempos liberados de critério profissional, analisando recessos, férias e finais de semanas	O tempo vivido pelos professores é moldado por elementos históricos, mercantis e educacionais, influenciando suas vidas, seu presente, passado e futuro.
O Tempo de Trabalho e o Tempo “Livre” dos professores municipais de Santa Maria/RS Daniele Rorato Sagrillo (2015)	Analisar e compreender os tempos docentes na configuração atual do trabalho e das reformas educacionais.	Os resultados obtidos comprovam o prolongamento da jornada de trabalho dos professores no e para além do espaço escolar, contratual e remunerado; a precarização e intensificação do trabalho docente; a desestabilização do trabalho docente com estatuto de “estável”.
Trabalho e Tempo Livre: a atividade do professor universitário no contexto da crise contemporânea do capital Francisco das Chagas da Silva (2017)	O objetivo é analisar a relação entre a atividade de trabalho e o tempo livre do professor universitário, a partir do contexto da crise contemporânea do capital	Nos últimos anos, ocorreu um prolongamento do tempo dedicado a atividades de trabalho, comprometendo, assim, de várias maneiras, a própria atividade, o tempo livre e, até mesmo, o tempo de vida do professor universitário que, aqui, é chamado de (esse processo) usurpação do tempo livre, ou tempo livre usurpado.
Trabalho, intensificação e o tempo livre do docente da Universidade do Estado do Pará Zaira Valeska Dantas da Fonseca (2017)	Com base no materialismo histórico-dialético, este estudo objetivou analisar as repercussões das políticas públicas educacionais, no trabalho dos docentes da UEPA, identificando as possíveis interferências que estas possam ter no tempo livre desse profissional.	O ritmo de trabalho aumentou e o controle do trabalhador docente pela instituição onde ele atua passou a ser maior, em consequência, o tempo livre é usurpado gradativamente do docente, fazendo com que este pouco usufrua de outras atividades de sua livre escolha.

Educação, tempo livre e lazer nas Associações Docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX Edson Tenório (2011)	Discutiu a relação entre educação, tempo livre e lazer nas associações docentes de Pernambuco, entre o início da década de 1950 e o final da década de 1980.	Na prática, realizavam tanto uma educação para o lazer como uma educação pelo lazer. Nesse sentido, no primeiro momento, as suas ações assumiam um papel educativo em que o lazer figurava como veículo e como objeto de educação. Buscavam, assim, garantir o incremento tanto do capital social como do capital cultural dos professores, através de uma ação pedagógica, que possibilitava a internalização de um habitus.
---	--	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Nas pesquisas sobre o tempo livre dos professores da educação básica, Silva (2014), Sagrilo (2015), Tenório (2011), Olorruama (2013) e Luz (2017) trouxeram os seguintes resultados:

- O tempo vivido pelos professores é moldado por elementos históricos, mercantis e educacionais, influenciando suas vidas, presente, passado e futuro.
- Os resultados obtidos comprovam o prolongamento da jornada de trabalho dos professores no e para além do espaço escolar, contratual e remunerado; a precarização e intensificação do trabalho docente; a desestabilização do trabalho docente com estatuto de “estável”.
- Os resultados indicaram que há tendência de predominância dos elementos da semiformação no processo de formação do professor, assim como os docentes tendem a desenvolver as mesmas atividades no tempo livre ou em outras ocasiões de sua vida social.
- O tempo livre dos/as docentes têm sido dedicado ao trabalho, gerando cansaço físico e mental. Existe um quadro de sofrimento. O tempo de trabalho invade outros tempos sociais, revelando relações hierárquicas.

Já nas pesquisas sobre o tempo livre dos professores universitários, Silva (2017), Fonseca (2017) e Rodrigues (2016) trouxeram os seguintes resultados:

- Nos últimos anos, ocorreu um prolongamento do tempo dedicado a atividades de trabalho, comprometendo, assim, de várias maneiras, a própria atividade, o tempo livre e até mesmo o tempo de vida do professor universitário que, aqui, denominamos (esse processo) de usurpação do tempo livre, ou tempo livre usurpado.

- O ritmo de trabalho aumentou e o controle do trabalhador docente pela instituição onde atua passou a ser maior, em consequência, o tempo livre é usurpado, gradativamente do docente, fazendo com que este pouco usufrua de outras atividades de sua livre escolha.
- O tempo livre do docente universitário se transubstanciou em um palimpsesto do tempo de trabalho, o que indica que ser urgente reflexões e pesquisas sobre a dimensão temporal na universidade e políticas de resistência para a reformulação radical desse quadro.

Diante a todos os resultados analisados sobre o tempo livre do professor, destaca-se a sobreposição do tempo livre e o tempo de trabalho, ou seja, não é possível perceber mais o que é tempo livre e o que é tempo de trabalho. Assim, destaca-se a pesquisa intitulada “O Tempo Livre como Palimpsesto do Tempo de Trabalho: temporalidade e ideologia”, em que o autor cita o filme *Tempos Modernos*, que sintetiza toda a problemática que envolve o tempo livre dos professores, pois assim como o operário da fábrica, os professores se encontram alinhados à lógica produtivista do capitalismo.

Assim, concorda-se com a afirmação do autor: “a *“real “subsunção do tempo livre se inicia com o filme”*” (Rodrigues, 2016, p. 265). Desse modo, entende-se que o fim do tempo livre começa com a implementação da produção em série, modelo adotado por importantes setores, em nossa sociedade, e fortemente praticado pelo capitalismo.

Rodrigues (2016) explica que, atualmente, ainda estamos presos no mesmo cenário do filme:

Ao movimento repentino e violento do trabalhador nas linhas de montagem, à velocidade de caixas eletrônicos sem conceder tempo de assimilação ao seu uso, à explosão de cenas de filmes, à repetição sensacionalista das notícias de imagens trágicas, aos anúncios publicitários com inúmeros choques frames por segundo, e ao curso frenético de obsolescência programada com iniciativas de alimentação instantâneas para ocupar e “sobrar” o tempo livre no uso de aplicativos eletrônicos, estão, a dura e tenra exigência de nossos nervos em acompanhar esse show espetacular de movimentos num só fôlego. (Rodrigues, 2016, p. 112)

De forma ilustrativa, foram trazidas imagens do filme *Tempos Modernos* para discussão sobre o tempo livre e o capitalismo.

No site *Cinema & Debate*, o seu idealizador, Roberto Siqueira (2009), apresentou uma

crítica sobre o filme *Tempos Modernos* (1936), mostrando que já se passaram mais de 80 anos, desde a criação do filme de Charles Chaplin, e as críticas realizadas por ele continuam mais atuais do que nunca.

Neste sentido, apresentam-se as principais cenas do filme, contextualizando que a lógica capitalista continua avançando sobre o tempo livre de todos os trabalhadores, incluindo os professores, que estão sendo afetados por essas mesmas condições.

5.10 Tempos Modernos, mais atual do que Nunca

As imagens selecionadas foram organizadas e retiradas de diversos sites que traziam informações e críticas ao filme *Tempos Modernos*¹⁶; são importantes para uma viagem introspectiva e histórica, onde se entende ser a raiz de todo problema em relação ao fim do tempo livre. Os comentários diante das imagens se baseiam principalmente nas críticas de Siqueira (2010) e nas análises da artista Aidar (2024).

Figura 25- Operário apertando parafusos



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/tempos-modernos-filme-chaplin/>

Aidar (2024): *Tempos Modernos* narra a vida de um trabalhador comum, que busca se estabelecer na profissão, em uma época com muitas inovações tecnológicas e cercada pelas

¹⁶ O filme: *Tempos Modernos* é de 1936, do cineasta Charlie Chaplin. O filme foi ambientado durante a Grande Depressão dos Estados Unidos, uma época de grande instabilidade econômica e social, onde milhões de pessoas estavam desempregadas e lutavam para sobreviver.

contradições. A história começa mostrando Carlitos, um operário de fábrica cujo trabalho de rosquear parafusos era repetitivo e exaustivo.

Contextualizando essa cena, no cenário educacional, nota-se, principalmente no Brasil, no período do governo do presidente Bolsonaro (que se posicionava bem alinhado às políticas neoliberais), a desconstrução da importância do trabalho dos docentes e do esvaziamento do sentido científico das coisas. Durante o seu governo, houve uma tentativa de transformar os professores em meros apertadores de parafusos. Buscou-se difamar a imagem dos professores disseminando-se fake news, arrebatando aliados dos setores mais conservadores da sociedade.

Entende-se que os governos de direita estão mais alinhados aos ditames capitalistas. Quando alguém contesta sua lógica, rapidamente, são julgados e criminalizados. Professores, podem até passear pela “fábrica”, no entanto, parecem ser subversivos como Carlitos; o papel de apertadores de parafusos, também parece não lhes caber muito bem.

“Tempos Modernos” é uma fábula maravilhosa sobre a dificuldade de adaptação de uma pessoa racional e genial ao mundo mecânico e engessado das indústrias. Certamente é a crítica mais ácida de Chaplin ao capitalismo, feita de forma inteligente e bem-humorada, mas sempre buscando demonstrar a visão de seu realizador a respeito da industrialização. (Siqueira, 2010, n.p)

Aidar (2024) explica que Carlitos, o personagem principal do filme, se submete totalmente à atividade repetitiva e às cobranças do seu chefe, que exige extenuantemente produtividade e desempenho. O filme demonstra a preocupação dos donos dos meios de produção em lucrarem cada vez mais, explorando os seus trabalhadores.

Assim como os operários das fábricas de 1936, é comum vermos os professores de escolas e universidades atribulados, com uma rotina exaustiva, tendo seus espaços de vida privada sendo invadidos pelo trabalho, para cumprir prazos ou metas, pois são cobrados por suas chefias imediatas, que por sua vez, estão subordinadas aos agentes governamentais.

Em 1936, os tempos já eram modernos, naquela época, dinheiro também era sinônimo de felicidade para as pessoas. Os cidadãos já eram comparados a gado ou ovelhas que vivem a vida toda em função do trabalho.

Assim, professores vivem em função do seu trabalho, principalmente os da educação básica, num sistema de precarização, com baixos salários. São obrigados a trabalhar em dois turnos ou mais para aumentar a sua renda. O trabalho extra aqui, no entanto, não deve ser entendido como acúmulo de capital, mas sim no sentido de que o dinheiro garanta a sua sobrevivência.

5.10.1 Da máquina de alimentação para as marmitas requentadas

Siqueira (2010) refere um momento memorável do filme que é a engraçada cena da curiosa máquina de alimentação, que é também uma crítica à produção em série, confirmando que mesmo que se inventem novas tecnologias, isto sempre reverterá em mais trabalho para o homem comum.

E é curioso notar como até hoje este raciocínio continua perfeito, já que por mais que tenham surgido diversas tecnologias capazes de acelerar nossa comunicação e até mesmo nossos métodos de produção, jamais o tempo de trabalho foi reduzido, resultando somente em pessoas cada vez mais atarefadas e conectadas o tempo inteiro ao seu ambiente de trabalho. (Siqueira, 2010, n. p)

A cena remete à ideia de que não se pode parar nem para almoçar. Produzir mais e cada vez mais, parece ser o lema. O fato fica evidente, na cena em que Carlitos é obrigado a testar uma "máquina de alimentação", que segundo seus inventores iria "facilitar" a hora do almoço dos funcionários.

Para Aidar (2024) *“na verdade, era um aparelho que prometia "alimentar" os operários enquanto eles continuavam executando suas tarefas” (s.p).*

Realidade dos tempos atuais, onde professores, principalmente da educação básica, cumprem uma jornada de trabalho dupla e perdem o tempo do almoço fazendo pequenos lanches, ou carregando marmitas, engolindo a comida como se fosse ração, para chegar, pontualmente, ao segundo emprego.

O empregador dos tempos atuais parece estar sempre preocupado em extrair o máximo de produtividade dos seus funcionários, e sem dúvida, esse é um dos grandes desafios dos empregadores. Também, como em outros tempos, buscam manter os empregados concentrados nas ações sem pausas. Desse modo, o empregado está sempre aflito para conciliar horários e, muitas vezes, sacrificando seu próprio período de almoço para conciliar seus horários de trabalho, ou mesmo, para fazer uma hora extra e complementar sua renda.

Dependendo da cultura organizacional e do perfil dos gestores escolares, os professores precisam ser rápidos na hora das refeições para não se atrasarem no seu horário de trabalho. O professor que troca de escola, no caso da escola básica, precisa fazer suas refeições entre 15 e 30 minutos, dependendo da distância entre as escolas. Muitas vezes, sacrifica a refeição para não se atrasar para o segundo turno.

No caso do filme, ainda existia a ideia de uma máquina de refeição; atualmente, o sistema capitalista se apropriou até do horário do almoço, ocupando todo o espaço disponível a destinado às refeições.

Figura 26 - Máquina de alimentação



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/tempos-modernos-filme-chaplin/>

Além da falta de tempo para almoçar, acrescenta-se a falta de tempo que o professor tem em relação ao seu trajeto de casa até o seu local de trabalho - escola/universidade. Observa-se que o professor tem gastado muito mais tempo em deslocamento.

Más condições de trânsito como grandes congestionamentos e lentidão fazem com que o professor precise de mais horas disponíveis para o trabalho. Essas horas a mais não são pagas pelo empregador, o que configura uma superexploração. Como consequência, a maioria dos trabalhadores se sentem exaustos.

5.10.2 O homem foi engolido pela máquina

Aidar (2024) explica que outra passagem importante na fábrica é quando Carlitos fica atrapalhado com o trabalho e acaba sendo "engolido" pela máquina, entrando nas suas engrenagens. Essa parte mostra a desumanização do homem, quase como se ele fosse uma peça mecânica. Valpaços (2021) destaca que a mensagem transmitida pelo filme é que, metaforicamente, os proletários são engolidos pelas máquinas, o que significa dizer que são espoliados física e psicologicamente pelo capital.

Trazendo essa cena para os dias atuais, isso se aplica também aos professores em relação ao seu trabalho, pois as escolas e universidades parecem ter se tornado um grande chão de fábrica, devido à implementação do modelo fordista e taylorista em suas práticas gerenciais.

Figura 27 - Operário na engrenagem



Fonte: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/tempos-modernos-e-o-capital-quando-somos-chaplin-na-linha-de-montagem/>

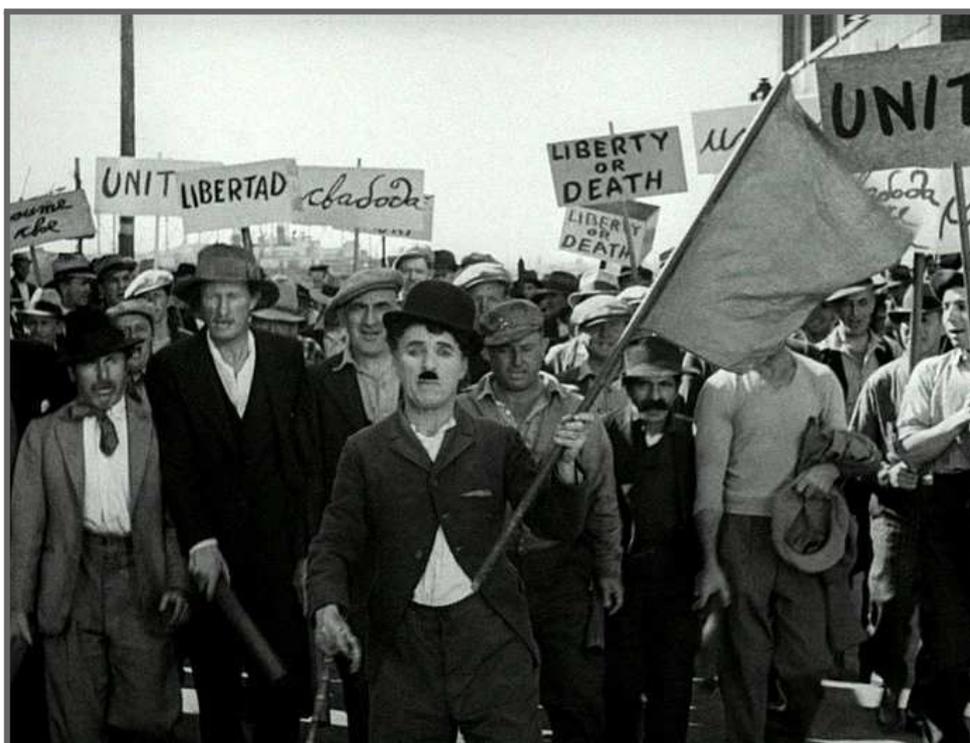
Em alguns momentos, o empregador aparece em telões espalhados pela fábrica e pede que se aumente a velocidade da produção, sem se preocupar com a situação do empregado. Fica evidente o compromisso com o lucro e a grande produção, evidenciando a falta de preocupação com o bem-estar dos funcionários, os quais podem ser facilmente substituídos, uma vez que há altas taxas de desempregados.

Carlitos sofre uma crise nervosa e é mandado embora. O homem, então, liga-se a um

protesto de rua e acaba preso, o que demonstra a repressão aos movimentos sociais. A ideia da prisão remete à sensação de que mesmo lutando contra todas as formas de desumanização que o capitalismo incorpora para produzir lucro, as pessoas se organizam em forma de protesto, porém, ainda assim, é muito difícil romper a grande engrenagem do capitalismo. O sistema capitalista é como uma armadilha em que todos estão presos nela.

5.10.3 A importância dos movimentos sociais

Figura 28 - Movimentos sociais



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/tempos-modernos-filme-chaplin/>

Nessa época, as manifestações eram bastante reprimidas pelas autoridades, provando, mais ainda, que os interesses capitalistas se sobressaiam em qualquer tentativa de busca por melhorias para a classe trabalhadora.

5.10.4 Palavras finais do filme: tentar seguir adiante, lutar

Aidar (2024) destaca que, no final do filme, Chaplin fugiu da polícia, indicando claramente sua ideologia, depois disso, acontece uma cena inspiradora, ele segue rumo ao horizonte com sua amada. “O personagem afirma que devemos tentar seguir adiante, lutar. (n.p.)

Figura 29 - Carlito rumo ao horizonte com sua amada



Fonte: <https://pocilga.com.br/2017/04/tempos-modernos-critica/>

O filme “Tempos Modernos” faz uma crítica ao sistema capitalista e o modo de produção industrial que foram marcados pela crescente industrialização vigente nos Estados Unidos por volta dos anos de 1930. O foco principal era dar ênfase ao modelo de produção taylorista-fordista, e na divisão do trabalho realizado pelos operários, o filme conta o dia a dia da classe trabalhadora em uma linha de montagem.

Se relacionarmos a mensagem que o filme passa com os estudos de Karl Marx, entende-se que o autor já previa isso, pois com o avanço das tecnologias sobraria mais tempo livre, mas que sempre seria usado para os donos do capital ganharem mais dinheiro. Sendo assim, esse tempo que foi economizado com os implementos de novas tecnologias, nunca será dos homens comuns, dos trabalhadores. Sempre estará nas mãos dos donos do capital e das grandes empresas.

É justamente por isso que, teoricamente, quanto mais se avança no uso de novas tecnologias, mais os trabalhadores teriam tempo livre. No entanto, a prática é outra: esse tempo livre que se conseguiu está sendo transformado em *mais-valia*, os homens continuam trabalhando mais e gerando mais lucro, para os donos do capital.

Pode-se comprovar isso, realizando uma breve retrospectiva histórica através das grandes revoluções tecnológicas, que contaram com a criação e implementação de tecnologias avançadas em cada período histórico. Estamos falando das grandes revoluções que são

chamadas convencionalmente por:

- Indústria - 1.0;
- Indústria - 2.0;
- Indústria - 3.0;
- Indústria - 4.0.

Quando se observam os avanços da tecnologia, percebe-se que o desenvolvimento tecnológico cresceu de forma gigantesca, afetando a vida e o trabalho de toda a população mundial, passamos pela indústria 1.0, 2.0, 3.0. E estamos em transição da 3.0 para a indústria 4.0. Para ilustrar as mudanças ocorridas em cada revolução, de forma sintética, selecionaram-se e organizaram-se algumas imagens e informações que representam os impactos dessas revoluções.

4.11 Primeira Revolução Industrial - 1760 a 1840 - (Indústria 1.0)

Características: é a transição do modo de produção artesanal para o uso de máquinas;

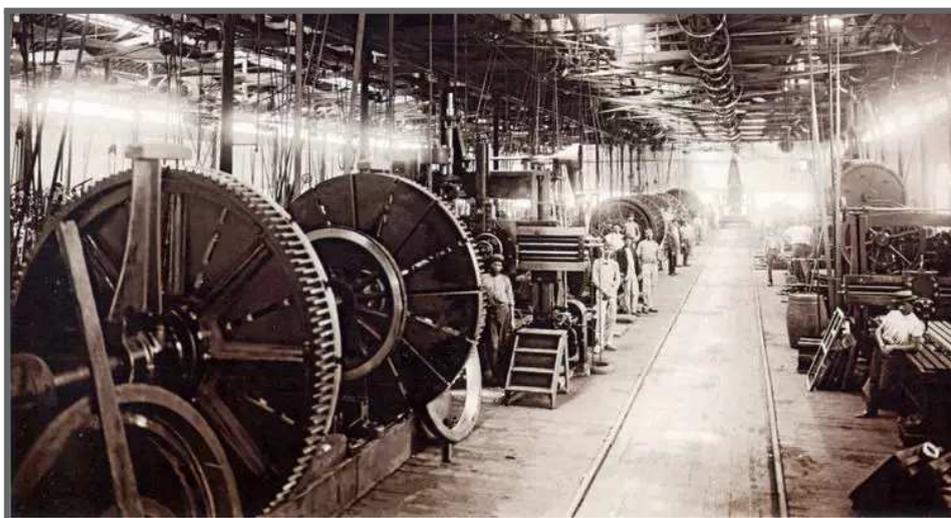
Período: seu surgimento foi entre 1760 e 1860

Local: iniciou-se na Inglaterra, depois se espalhou pelo mundo.

Fonte de energia: carvão mineral

Destaque: surgimento da primeira máquina a vapor e o primeiro tear mecânico; exploração de mão de obra; ausência de leis trabalhistas.

Figura 30 - A Primeira Revolução Industrial – Inicia-se em 1760 (mudança da produção para produção com o uso de máquinas)



Fonte: <https://politica.com.br/industria-4-0-revolucao-industrial-a-contribuicao-de-cada-uma-para-a-economia/>

A primeira Revolução Industrial (1760 a 1860) trouxe consigo o nascimento do capitalismo. Santos (1998) explica que Marx e Engels fizeram uma descrição perfeita e que, ainda hoje, é insuperável, dos elementos centrais presentes na formação do capitalismo. Assim, baseado nos estudos de Marx, é possível dizer que, a partir do capitalismo, surgiu a divisão por classes sociais: a burguesia e o proletariado, que são classes antagônicas, uma sobrevive da exploração e do lucro e a outra sobrevive pela venda do seu trabalho. Neste sentido, a primeira revolução industrial não só impactou os meios de produção, mas transformou por completo as relações sociais.

5.11.1 Segunda Revolução Industrial - 1850 a 1945 (Indústria 2.0)

Figura 31 - Automóvel Ford T preto



Fonte: <https://politica.com.br/industria-4-0-revolucao-industrial-a-contribuicao-de-cada-uma-para-a-economia/>

Características: a indústria cresceu de forma acelerada, modelo fordismo-taylorismo, mão de obra especializada e alienada

Período: seu surgimento foi entre 1850 e 1945

Local: EUA, Japão e Alemanha

Fonte de Energia: petróleo

Destaque: o uso de novas fontes de energia, o desenvolvimento tecnológico: telégrafo,

telefone, lâmpada elétrica etc., e a revolução dos transportes, invenção do automóvel Ford T preto.

5.11.2 Terceira Revolução Industrial - 1950 a 2000 (Indústria 3.0)

Características: início das transnacionais ou empresas globais, modelo toyotismo, uso de tecnopólos (tecnologias mais pesquisas).

Período: seu surgimento 1950 a 2000

Local: EUA e Japão

Fonte de Energia: petróleo e fontes limpas

Destaque: a força de trabalho humano sendo substituída por máquinas, início do ciclo de automação industrial; o uso de máquinas robôs e mão de obra qualificada; Internet.

Figura 32- Automação industrial



Fonte: <https://politica.com.br/industria-4-0-revolucao-industrial-a-contribuicao-de-cada-uma-para-a-economia/>

5.11.3 Quarta Revolução Industrial - Dias atuais (Indústria 4.0)

Características: armazenamento de dados em nuvem, IOT (internet das coisas), impressão 3D, inteligência artificial, engenharia genética

Período: dias atuais

Local: Alemanha

Fonte de Energia: fontes limpas

Destaque: robótica e máquinas que aprendem as tarefas humanas

Pasquini (2020) explica que ainda estamos em transição da indústria 3.0, para 4.0, e sugere citando os estudos de Magalhães e Vendramini (2018) que mostram que os efeitos da automação e da inteligência artificial colocam uma previsão de risco aos empregos para as duas décadas que se seguem. Uma porcentagem entre 35% e 47%, para os países como: Estados Unidos, Japão, Reino Unido e Alemanha.

Sobre as consequências éticas da indústria 4.0, Pasquini (2020) destaca que na Quarta Revolução Industrial, os donos do capital e os desenvolvedores da tecnologia serão os beneficiados com o lucro financeiro da humanidade, e que essa revolução aumentará a diferença entre trabalho e capital. Pasquini (2020) citou Soares (2018), destacando que este autor organizou uma lista do que a sociedade, possivelmente, terá que enfrentar com a indústria 4.0. Diante dessa era de incerteza, parece-nos que, provavelmente, o futuro reservará para a sociedade:

a) Diminuição de custos nos processos fabris e intelectual com aprimoramento em toda a cadeia de produção material e virtual; b) Investimentos a serem realizados pela digitalização na ordem de bilhões de dólares; c) Local das empresas será interligado interna e externamente; d) As próprias máquinas poderão, por conta própria, tomar as decisões para melhorar o processo produtivo ou até mesmo reduzir custos; e) Alterações de relacionamento comercial entre os usuários diretos das novas tecnologias como clientes, prestadores de serviço, empresas e trabalhadores os obrigarão a mudar de atitude com relação ao sistema econômico mundial; f) Uniformização da vida humana, causado pela padronização política, econômica e cultural pelos países líderes da Quarta Revolução Industrial por meio da abertura dos fluxos supranacionais; g) Preocupação social para achar e compartilhar, numa rapidez e transitoriedade absurdas, uma miríade de (des) informações inúteis onde serão fornecidas falsas (in) conclusões, cegando o ser humano daquilo que poderia ser a busca de sua felicidade; h) A dificuldade das pessoas de desacelerar, meditar e argumentar com qualidade, por causa do tempo tomado com dispositivos como o telefone móvel; i) As relações humanas serão integradas de comunicação e conflito entre seus pares pela busca de domínio e ascendência das redes sociais em toda sociedade hodierna; j) Preocupação de todos os habitantes com relação à segurança geopolítica. k) Repercussões a respeito do mercado de trabalho, ampliando o risco de desemprego em escala universal; l) Aumento considerável de jovens trabalhando como freelance, principalmente nas áreas que exijam esforço intelectual; m) Carência de novos perfis profissiográficos, onde os futuros trabalhadores terão que conquistar novas competências, habilidades e atitudes para sobreviverem ao mercado de forma satisfatória; n) A perda do direito à privacidade, com a vigilância geral dos indivíduos disfarçada em compartilhamento de informações sobre nós mesmos; o) A robotização da humanidade, privando-nos de coração e alma e fazendo-nos esquecer o que é misericórdia e solidariedade; p) A restrição dos entendimentos, por conta da ideologia implantada, nas deliberações políticas, causando, inexoravelmente, a disparidade na divisão de renda. (Pasquini, 2020 *apud* Soares, 2018, p.40)

Por fim, com os avanços da lógica capitalista, essa previsão nada favorável para a sociedade, demonstra que, cada vez mais, os trabalhadores (incluem-se na mesma situação os professores) não são donos do seu tempo livre.

Desse modo, a indústria 4.0, provavelmente, será mais desastrosa para a humanidade, pois não será necessária a intervenção humana nas indústrias e fábricas; as máquinas serão humanizadas pelas inteligências artificiais e serão capazes de tomar decisões no lugar dos homens.

A previsão é de que haverá uma reorganização nos postos de trabalho, gerando uma grande preocupação com o desemprego. Não deverá haver ilusão sobre o tempo livre. Quanto mais tecnológico é o sistema, mais o trabalhador precisará “alimentá-lo” com informações, e ele responderá enviando mais tarefas.

As tecnologias fizeram com que os homens tivessem mais tempo livre, porém ele está sendo totalmente usurpado por meio da mais-valia, que gera mais lucro aos donos do capital.

Figura 33 - A Quarta Revolução Industrial – A Evolução da Automação Industrial



Fonte: <https://politian.com.br/industria-4-0-revolucao-industrial-a-contribuicao-de-cada-uma-para-a-economia/>

Segundo o site Politian¹⁷, e conforme já se comentou, a tecnologia avança rapidamente,

¹⁷ É uma empresa que fornece soluções na área de automação de finais de linha, insumos e serviços para indústrias. (A automação de fim de linha tem como principal objetivo dinamizar as linhas de montagem, colaborando para o aumento da produtividade e redução de custos de operação. Dessa forma, são instalados hardwares e softwares no final da linha de produção, a fim de obter amplo controle de todo o sistema.)

tanto que já entramos na Quarta Revolução Industrial, no entanto, a transição total deve demorar muito tempo ainda para acontecer, trata-se da evolução da automação industrial, mas com um grande salto tecnológico.

O site Politan explica que o que sustenta a Quarta Revolução Industrial, também conhecida por Indústria 4.0, é a Internet das Coisas – ou IoT, do inglês Internet of Things, que são sistemas interligados e que podem ser gerenciados remotamente.

A indústria 4.0 utiliza a mais avançada tecnologia: inteligência artificial, data science, big data, IoT, manufatura avançada, biologia sintética e machine learning, dentre outros, promovendo o surgimento de fábricas inteligentes, com computadores que se comunicam entre si para tomar decisões sem envolvimento humano, combinando Cyber Physical Systems – CPS (sistemas ciber físicos), Internet das Coisas (IoT) e Internet dos Serviços.

Assim, com essas fábricas inteligentes, os processos de produção se tornam mais eficientes, autônomos e customizáveis. Resumindo, a Indústria 4.0, é a junção de tecnologias físicas e digitais, que combina, por meio de análises, inteligência artificial, tecnologias cognitivas e Internet das Coisas, um ecossistema digital interconectado capaz de fornecer informações precisas.

Por fim, destaca-se que essa revolução inclui tecnologias inteligentes e conectadas não apenas nas empresas e setores, mas no cotidiano das pessoas, também. A definição de “Indústria 4.0”, portanto, não se aplica somente à indústria, mas também à saúde, educação e diversos outros setores.

5.11.4 A Lógica Capitalista no Tempo Livre dos Professores

O projeto capitalista que gera grandes fortunas também gera desigualdades sociais. Estão presentes, violência, opressão, dominação e cegueira quanto às garantias de direitos dos cidadãos e suas necessidades humanas. Neste cenário, de extensa e contínua exploração do capital humano, encontram-se os professores, alguns em luta, outros totalmente atordoados, mas todos têm em comum sobreviver a mais uma onda, pois a precarização afeta os que trabalham na educação.

Na rotina diária, envolvidos em uma espiral capitalista, valores são retirados ou substituídos, os professores caminham perdendo o direito de fala, transformados em vilões, em uma sociedade dividida entre progressistas e conservadores, que se digladiam todos os dias. Enquanto isso, constantemente, a democracia é encurralada. No dia a dia, o sistema

capitalista é como um grande narcisista, tem muitas máscaras e os trabalhadores são suas marionetes, como em um conto de fadas, que não tem final feliz, o capitalismo limita a liberdade, retira os princípios democráticos, permitindo a propagação de sua lógica excludente, utilizando de artimanhas variadas para sustentar sua dominação.

A vida humana e a natureza se encontram sob ameaça porque não existe escrúpulo, o turbilhão arrasta a todos para relações sociais frágeis, pautadas em uma espécie de comercialização de valores, egoísmo e imoralidades. No Brasil, as pessoas são ludibriadas facilmente, o pouco é vendido como muito, um país de grandes desigualdades sociais, onde o pobre pensa que é rico.

Neste contexto, o trabalho dos professores que se encontra ancorado na lógica capitalista, faz com eles se sintam presos a uma espécie de “Titanic” que está prestes a afundar. Falta prestígio na carreira dos professores como em tempos anteriores, os colegas não são tão colegas assim, porque o clima é de competitividade, mas todos são obrigados a conviver uns com os outros, satisfeitos ou insatisfeitos. Neste cenário, os professores estão ficando empobrecidos e muitos adoecidos. Parece que ensinar está ficando fora de moda, pois, cada vez mais, o espaço do conhecimento científico é reduzido, parece não haver lugar para a educação e cultura, e assim ocorre a morte lenta de grandes gigantes que nasceram para ser mestres.

Em termos da condução político-econômica, a tendência apontada é uma significativa mudança. Sempre que os governos de esquerda assumem o poder, ganha-se um fôlego, que deixa os professores esperançosos com a ruptura da direção. Nessa conjuntura, é necessário e devido, fortalecer as políticas sociais e os serviços básicos da população. Destaca-se a importância das lutas e suas bandeiras, reafirmando o papel do Estado, planejamento, financiamento e execução dos serviços públicos.

Essa onda de precarização é secular; o presente e passado se misturam e trazem marcas profundas que continuam dividindo a sociedade em classes. Nesta configuração, é necessária uma análise fria dos fatos e ações críticas, e ainda que existam grandes forças hegemônicas que perpetuam a condição de miséria da grande maioria da população, é preciso lutar. Esse é o momento de organizar a resistência, avançar nas conquistas dos direitos sociais e humanos, buscar o fortalecimento dos sindicatos, que se esvaziaram, no governo de direita.

É necessário acreditar no fortalecimento da autonomia dos movimentos sociais e das entidades que lutam pelos direitos da categoria docente. Neste sentido, reitera-se a necessidade de o indivíduo se reconhecer como sujeito histórico e coletivo, defendendo a

liberdade, o direito democrático, a ciência e o conhecimento. Combater os abusos da concentração de renda, defender as conquistas e os direitos trabalhistas, afirmar tantas coisas que deveriam ser naturalmente pactuadas por todos, mas infelizmente, não são, como o direito à greve, sem perseguições ou punições, defesa da educação pública de qualidade, gratuita, laica e presencial.

É preciso lutar, principalmente, contra a desumanização das relações sociais e as disparidades da má distribuição de renda, bem como a clássica contradição, presente ainda, atualmente, onde trabalhadores cada vez mais produzem bens e serviços, e cada vez menos tem dinheiro para os consumirem.

Por fim, após os resultados desta pesquisa, entende-se que se faz necessário, mais do que nunca, resistir à lógica individualista do capital. É importante pensar na desconstrução coletiva dessa sociedade que nos é imposta, para a construção de uma nova sociedade, que se desvincule dos valores capitalistas.

Pensar em uma escola e uma universidade que de fato formem estudantes críticos capazes de vencer uma agenda que tem rezado na cartilha da lógica capitalista.

Se a escola e a universidade conseguirem realmente cumprir sua função social de formar pessoas que tenham a percepção de que vivemos em um mundo que preza mais pelos valores materiais do que os valores humanos e sociais, e identificar que é preciso realizar uma mudança radical, rompendo com a agenda que busca atender estritamente a uma lógica capitalista, ainda teremos esperanças e podemos almejar uma sociedade melhor e começar a falar em sonhos, em dias melhores. Caso contrário, só nos resta aguardar o colapso.

Diante dos resultados dessa pesquisa e pensando sobre a negação ao tempo livre do professor e a aceitação passiva do fim do tempo livre, visitou-se uma antiga história infantil, a fábula da Cigarra e da Formiga, de Esopo, um autor da Grécia Antiga, e que foi recontada por La Fontaine¹⁸, essa história tem um conteúdo moral que permanece no nosso inconsciente até atualmente.

¹⁸ Jean de La Fontaine (1621 – 1695) foi um autor francês que ficou conhecido pela obra *Fábulas* (1668), na qual se inspira em Esopo e recria várias narrativas curtas com moralidade. Em 1668 foram publicadas as primeiras fábulas, num volume intitulado "Fábulas Escolhidas". O livro era composto por uma coletânea de 124 fábulas, tinha uma divisão em seis partes, La Fontaine dedicou este livro ao filho do rei Luís 14. As fábulas continham histórias de animais, muito bem contadas, e continham um fundo moral. Ele utilizava uma linguagem bem simples e muito atrativa, as fábulas de La Fontaine por ter essa simplicidade e criatividade conquistava os leitores.

Souza (2008) apresenta, em sua pesquisa, a fábula da cigarra e da formiga e, na sequência, a pintura de Doré¹⁹, conforme a seguir: “A cigarra e a formiga”, de La Fontaine, na tradução de Milton Amado e Eugênio Amado:

A cigarra, sem pensar em guardar, a cantar passou o verão. Eis que chega o inverno e, então, sem provisão na despensa, como saída, ela pensa em recorrer a uma amiga: sua vizinha, a formiga, pedindo a ela, emprestado, algum grão, qualquer bocado, até o bom tempo voltar. — “Antes de agosto chegar, pode estar certa a Senhora: pago com juros, sem mora.” Obsequiosa, certamente, a formiga não seria. — “Que fizeste até outro dia?” perguntou à imprevidente. — “Eu cantava, sim, Senhora, noite e dia, sem tristeza.” — “Tu cantavas? Que beleza! Muito bem: pois dança, agora...” (La Fontaine [s.d], p.158).

Figura 34 - A cigarra e a formiga



Fonte: Souza, Elaine Hernandes, 2008

Souza (2008, p. 161) explica que a pintura do artista Doré representa a fábula da cigarra e da formiga, e interpreta a imagem da seguinte forma: “A cigarra agora é representada por uma mulher que também se encontra em um plano inferior e está cabisbaixa. A formiga, por sua vez, está em atividade doméstica, trabalho tipicamente feminino, com ares de superioridade e de reprovação em relação à outra”.

Destaca-se que, na pesquisa da autora, a fábula retrata que: A cigarra de La Fontaine não se encaixava no estereótipo de trabalho imposto pela burguesia em ascensão no século XVII. Sua atividade não se caracterizava pela produtividade, nem colabora efetivamente para o acúmulo de riquezas. (Souza, 2008, p.162).

Assim, a intenção era passar a submissão ao trabalho por meio de uma lição de moral que metaforicamente levava à aceitação da privação dos momentos de lazer, porque não

¹⁹ Gustave Doré (Estrasburgo, 1832—Paris, 1883) foi um pintor, desenhista e o mais produtivo e bem-sucedido ilustrador francês de livros de meados do século XIX.

queremos padecer como a cigarra que quase morreu de frio e de fome, a ideia era trabalhar como as formigas, sem folga e arduamente.

Para concluir essa intercorrência, se relacionar a fábula da cigarra e da formiga, por analogia, ao trabalho dos professores, entende-se que os professores estão mais alinhados com a ótica das formigas, pois professores têm se tornado trabalhadores incansáveis, verdadeiros guardiões dos saberes, da cultura e dos conhecimentos, o que é realmente louvável, porém, com o acirramento da lógica capitalista que tem invadido com um volume de trabalho o cotidiano dos professores, extrapolando os limites usuais entre o local de trabalho e o espaço fora do trabalho.

Retoma-se à última cena do filme *Tempos modernos* e à sua belíssima mensagem, que apesar da devastação do avanço capitalista sobre os trabalhadores, e toda miséria em que se encontravam, é preciso ***tentar seguir adiante, lutar.***

“O formigueiro dos professores” recheado de lutas históricas, de grandes mobilizações e greves organizadas pelos sindicatos de sua categoria, devem se organizar para frear a falta de escrúpulos do sistema capitalista e os novos avanços sobre a classe trabalhadora, que com certeza virão com os avanços da indústria 4.0. E que os professores possam usufruir melhor de seu tempo livre assim como as cigarras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou compreender o tempo livre do professor sob uma perspectiva qualitativa e explicativa, fundamentada em referenciais teóricos marxistas e utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2011) como método de pesquisa. Ao longo dos capítulos, investigaram-se a relevância do tempo livre do professor como tema de estudo, as principais ideias presentes nas dissertações e teses sobre o assunto, a evolução histórica desse conceito como direito adquirido em lutas e conquistas, bem como o estado do conhecimento das pesquisas acadêmicas no Brasil em diferentes contextos educacionais.

A partir da revisão bibliográfica das dissertações e teses selecionadas, identificaram-se diversas perspectivas sobre o tempo livre do professor, evidenciando suas complexidades. As análises críticas sob a ótica marxista permitiram situar essa questão no contexto mais amplo das relações de trabalho, lutas sociais e construção da sociedade. Verificou-se que o tempo livre está intrinsecamente relacionado à qualidade de vida e ao engajamento profissional dos docentes, sendo indispensável para uma prática pedagógica mais significativa e humanizada.

A compreensão do tempo livre do professor, como um direito adquirido em lutas históricas, revelou como a ação coletiva e o movimento sindical têm sido cruciais na conquista de melhores condições de trabalho e reconhecimento da importância dos docentes na sociedade. As reflexões sobre o tema, ao longo da história, mostraram que esse direito é resultado de uma constante batalha por valorização, respeito e dignidade laboral, sendo, portanto, um aspecto que não pode ser negligenciado nas discussões sobre educação e políticas públicas.

Ao analisar as pesquisas acadêmicas sobre o tempo livre de professores, em diferentes contextos educacionais, constataram-se reflexões importantes sobre as condições de trabalho dos docentes, bem como os fatores que influenciam seu tempo livre e as possíveis implicações desse aspecto na sua vida pessoal e profissional.

Assim, as pesquisas analisadas revelaram a importância de um tempo livre que proporcione aos professores momentos para descansar, realizar atividades de lazer, aprimoramento pessoal e intelectual e um melhor convívio com seus familiares. Portanto, se os professores conseguirem momentos reais de tempo livre, isso poderá impactar positivamente na sua prática profissional. Essa conclusão indica a necessidade de maiores recursos voltados para as políticas educacionais que reconhecem o trabalho dos professores e valorizam o tempo livre como um elemento primordial para uma educação de qualidade.

Partindo das reflexões acerca do sentido do tempo livre na sociedade moderna, ele pode ser sentido e vivido de forma mais ampla e autônoma, mas isso só será possível se não houver um envolvimento com práticas que são exploradoras mercadológicas, ou seja voltada para o consumo.

Os pesquisadores que fizeram parte do corpus desta pesquisa apresentaram situações de tempo livre, no sentido autônomo, imaginando uma condição hipotética, já que nos encontramos de forma imbricada aos ditames do capital. As atividades abordadas são aquelas que se ligam à contemplação da natureza, aos valores humanos e espirituais, ao autoconhecimento e desenvolvimento pessoal, à diversão, ao descanso com autonomia, à desaceleração, às atividades meditativas.

Portanto, os resultados dessa pesquisa indicam que o tempo livre verdadeiro só é possível quando ele não indica somente ser uma recomposição das energias para retornar ao trabalho, ou o mero condicionamento que leva os trabalhadores a se enganar acreditando que o prazer e o descanso estão associados à ideia de consumo. Assim, o tempo livre dos sujeitos, encontra-se na autonomia e no entendimento de que para se ter descanso e lazer não é necessário consumir e cair nas armadilhas da exploração mercadológica que vendem uma falsa ideia de diversão.

Por fim, acredita-se que na atual condição em que nos encontramos, não está sendo possível modificar os fatos; a 4ª Revolução ou indústria 4.0 tende a substituir o trabalho dos homens pelo uso de novas tecnologias, assim, nos resta saber o que, de fato, deve acontecer aos homens.

A humanidade, a longo prazo, poderá estar predestinada ao usufruto de mais horas de tempo livre, porque a priori as novas tecnologias trabalharão em seu lugar, isto seria um ganho significativo para a qualidade de vida da população. Contudo, na perspectiva de Marx, pressupõe-se que quanto mais tecnologias são desenvolvidas, mais os donos do capital as usam para enriquecimento próprio.

De forma fatalista, entende-se que se não houver uma forma de reversão da lógica capitalista, nunca haverá tempo livre real para os trabalhadores, todo o tempo (tempo livre/tempo de trabalho) sempre será dos donos do capital; também se entende que esta situação ainda pode se agravar, pois a substituição do trabalho humano por tecnologias poderá desencadear um desemprego em massa.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem o entendimento sobre o tempo livre dos professores, considerando a lógica capitalista e as formas de luta e resistência

contra o sucateamento das condições de trabalho e os avanços tecnológicos que podem ser usados somente para ganância do mercado, inviabilizando totalmente o trabalho intelectual dos docentes.

Espera-se que esta tese contribua para ampliar a conscientização sobre a importância do tempo livre do professor e para subsidiar debates e ações em prol da valorização do trabalho docente e da melhoria das condições de trabalho no contexto educacional brasileiro. Somente com a valorização e o reconhecimento dos professores como atores fundamentais na construção da sociedade, poderemos almejar uma educação verdadeiramente emancipatória e transformadora.

REFERÊNCIAS

- AIDAR, L. **Tempos Modernos, filme de Charles Chaplin**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/tempos-modernos-filme-chaplin/>. Acesso em: 2 maio 2024.
- ALMEIDA, A. de. **Experiências políticas no ABC Paulista: lutas e práticas culturais de trabalhadores**. Edufu. 2008. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-206-9>
- ALVAREZ, M. C. ; TOMAZI, N. D. **Indivíduo e sociedade**. In: TOMAZI, N. D (Org.). Iniciação à Sociologia. São Paulo: Atual, 2000, p. 11-36.
- AMARAL, L.R; BRITTES, C.L.C. **Professores pertencentes à “classe-que-vive-do-trabalho”:** Uma discussão sobre a proletarização do trabalho docente. SINAIS -Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Vitória, v.1, n. 11, p.1-13,jun. 2012.
- ANTUNES, R. L. C. **O que é o sindicalismo**. Coordenação Vanya Sant'anna. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ANTUNES, R.L.C. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. 10.reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- ARAÚJO, J.E.B.D. **Relação entre o Filme "Tempos Modernos" e a 4ª Revolução Industrial**. Revista Direito no Cinema, [s.l.], v.1, n.1, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAUER, C.; DINIZ, C.PAULISTA, M.I. (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- CARVALHO, L.O.R. et al. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019.
- CHINOY, E. **Sociedade: uma introdução à sociologia**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
- FONSECA, Z. V. D. D. **Trabalho, Intensificação e o Tempo Livre do Docente da Universidade do Estado do Pará**. 241 f. Tese (Doutorado em Educação). Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 1987.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.
- GOETTERT, J.D. **Introdução à história do movimento sindical**. 3. ed. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HOME. **Andes Sindicato Nacional**, [202-?]. Disponível em: <https://www.andes.org.br/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

HOME. **ADUFU Seção Sindical**. [202-?]. Disponível em: <https://adufu.org.br/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

HOME. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. [202-?]. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

HOME. **PROIFES**, 2021. Disponível em: <https://proifes.org.br/historico-proifes/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

HYPÓLITO, Á. M. **Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v.24, n.1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

IANNI, O. **Dialética & Capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx**. Petrópolis: Vozes, 1982.

KLEINAKUF, A.R.; FURLAN, F.P.P. **Sindicatos: Importância e Sindicalismo**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.9, n.09, 2023. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i9.11343>

KONDER, L. H. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, 1981.

KOPNIN, P.V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LAPORTE, C. **O que é um sindicato?** Jusbrasil, 23 ago. 2012. Disponível em: <https://sindjuf-pa-ap.jusbrasil.com.br/noticias/100014787/o-que-e-um-sindicato>. Acesso em: 18 jan. 2023.

LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Editora Autores Associados, 2017.

LUCENA, C. A. **Marxismo e educação: debates contemporâneos** [livro eletrônico] / José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani (Orgs.). Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2017. 2 Mb; Epub.

LUZ, L.C.S.D.O. **Os Tempos Sociais e a Docência na Educação Básica em Goiás: A Proeminência dos Tempos de Trabalho**. 189 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Goiás (2017).

MAGALHÃES, B. **Força do trabalhador: A greve que parou indústrias do país há 100 anos.** Jornal da PUC, 19 jul. 2017. Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=5281&sid=24>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MARCELLO, C. **Fábula A Cigarra e a Formiga (com moral).** Cultura Genial, [202-?]. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/a-cigarra-e-a-formiga/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MARTINS, E.D.M. **Revisitando lições da primeira Greve Geral de julho de 1917.** MST, 09 jul. 2019. Disponível: <https://mst.org.br/2019/07/09/revisitando-licoes-da-primeira-greve-geral-de-julho-de-1917/>. Acesso em 14 abr. 2024.

MARX, K. **O Capital - Livro I – Crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **A ideologia alemã.** Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, K. **Manuscritos económico-filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1993.

MATOS, K. S. L.; VIEIRA, S. L. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer.** Fortaleza: EDUECE/Demócrito Rocha, 2001.143p.

MAYA, P.V.R. **Trabalho e tempo livre: uma abordagem crítica.** In: JACQUES, M.G.C. *et al.* (org). *Relações sociais e ética.* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 31-47, 2008.

MELO, V.A.; ALVES JÚNIOR, E.D. **Uma Introdução ao Lazer.** Barueri: Manole, 2003.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLORRUAMA, D. **Estudo Sobre a Formação Cultural: A Semiformação do Professor do Ensino Estadual da Região Central da Cidade de São Paulo.** 171 f. Dissertação (Mestrado em História, Política, Sociedade). Universidade Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PALAMIDESSI, M. **Sindicatos na América Latina.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente.* Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

PASQUINI, N.C. **As revoluções industriais: uma abordagem conceitual.** Revista Tecnológica da Fatec Americana, Americana. v.8, n.2, p.29-44, 2020. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/6719>. Acesso em: 26 jul. 2024.

- POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2014.
- PERASSO, V. **O que é a 4ª revolução industrial - e como ela deve afetar nossas vidas**. BBC, 22 out. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-37658309>. Acesso em: 02 jun.2024.
- PEREIRA, A.S. et al. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018.
- PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico-dialético e a educação**. In mesa redonda: Paradigmas de Interpretação da Realidade e Projetos Pedagógicos. Curso de Pós-graduação da Faculdade de Medicina da UNESP. Campus de Botucatu, 1997.
- REINHOLZ, F.; FARIA A.L.B.; MORICI, I.M. **A luta sindical a partir das greves do Andes- SN. Ao longo da História**. ANDES. [202-?].
- REZENDE, M.J. de.. ; TOMAZI, N. D. **As desigualdades entre os homens**. In: N. D, TOMAZI. (Org.). Iniciação à Sociologia. São Paulo: Atual, 2000, p. 81-91.
- RODRIGUES M.G. **O Tempo Livre como Palimpsesto do Tempo de Trabalho: Temporalidade e Ideologia**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.
- RODRIGUES, J.D.Z. **Gerencialismo e responsabilização: repercussões para o trabalho docente**. Curitiba: Appris 2020.
- SALGADO, D. **Desde o fim da ditadura militar, 6 greves gerais pararam milhões de brasileiros**. O Globo, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/desde-fim-da-ditadura-militar-6-greves-gerais-pararam-milhoes-de-brasileiros-21266283>. Acesso em 14 abr. 2024.
- SANTOS, Vinícius Oliveira. **Trabalho imaterial e a teoria do valor em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, E.S. Rerum Novarum: **Sindicato como Pressuposto para a Democracia**. Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social, [s.l.], v. 7, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/95>. Acesso em: 10 jul. 2024. <https://doi.org/10.35987/laborjuris.v7i1.95>
- SANTOS, T. **O manifesto comunista e o marxismo como projeto**. In: O Manifesto Comunista: 150 anos depois. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo/Contraponto, 207 p.; TOLEDO, Caio Navarro de (org.). Ensaio sobre o Manifesto Comunista. São Paulo: Xamã, 148 p. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998, p.152-155.
- SAGRILO, D. R. **O Tempo de Trabalho e o Tempo “Livre” dos Professores Municipais de Santa Maria/RS**. 242 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- SAVIANI, D. **A Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, A. P. **Contribuições Para Alfabetizadores de Jovens e Adultos em uma Perspectiva Transformadora** Rev. Ed. Popular, Uberlândia, n.5, 27-33, jan.-dez. 2006. Disponível em: file:///C:/Users/deial/Downloads/admin,+REP-2007-22%20(5).pdf. Acesso em 09 de junho de 2021.

SILVA, F. D. C. **Trabalho e Tempo Livre: A Atividade do Professor Universitário no Contexto da Crise Contemporânea do Capital**. 206 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2017.

SILVA, G.D.J. **Tempos cotidianos de professoras/es fora da escola: outras histórias**. 349 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, N. K B. B. F. ; AGUIAR, E. P. **Estado da arte ou do conhecimento: o quê, para quê e como**. In BARRETO, D. A. B. Educação: Revisões Bibliográficas e de Literatura.vol. (1), p 13-37, 2024. Vitória da Conquista, BA. Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2024/03/Ebook-1-Educa%C3%A7%C3%A3o_Revis%C3%B5es-Bibliogr%C3%A1ficas-e-de-Literatura.pdf. Acesso em: 01 agosto 2024.

SILVA, R.D. **O Lugar da Educação em Gramsci**. Curitiba: Appris, 2020.

SILVEIRA, R. de J. ; TOMAZI, N. D. **Os movimentos sociais**. In: N. D, TOMAZI. (Org.). Iniciação à Sociologia. São Paulo: Atual, 2000, p.221 a 264.

SIQUEIRA, R. **Tempos Modernos** (1936). Cinema e Debate, 2009. Disponível em: <https://cinemaedebate.com/2009/11/23/tempos-modernos-1936/> . Acesso em: 2 maio 2024.

SOUZA, E.H. de. **Os Discursos do Trabalho na Fábula “A Cigarra e a Formiga”**. Revista Intercâmbio, [s.l.], v. XVII, p. 154-164, 2008. São Paulo: LAEL/PUC-SP. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3581>. Acesso em: 04 jul. 2024.

TENÓRIO E. **Educação, tempo livre e lazer nas Associações docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TOMAZI, N.D. (org.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Editora Atual, 2000.

VALPAÇOS, A. **Tempos Modernos: Uma Proposta de Análise**. Revista Livre de Cinema, [s.l.], v. 8, n. 3, p. 71-111, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_10_11_2014_16_36_33_idinscrito_644_83159a45d914d309275b01dd03633367.pdf. Acesso em: 04 jul. 2024.

ANEXOS

01 - Fichamento da Dissertação: Educação, tempo livre e lazer nas Associações docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX.

Autor(a) e Ano da defesa	Edson Tenório (2011)
Orientador(a)	Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza
Universidade	Universidade Federal de Pernambuco
Palavras chaves	Educação. Tempo livre. Lazer. Associação Docente.
Título	Educação, Tempo Livre e Lazer Nas Associações Docentes de Pernambuco na Segunda Metade do Século XX
Objetivo geral	Discutiu a relação entre educação, tempo livre e lazer nas associações docentes de Pernambuco, entre o início da década de 1950 e o final da década de 1980.
Metodologia	Realizou uma pesquisa bibliográfica e documental, analisando aspectos relacionados ao campo educacional, aos conceitos de tempo livre e lazer para elucidar a relação entre esses conceitos e a ação pedagógica exercida pelas entidades pesquisadas.
Fontes da Pesquisa	Arquivos do SINTEPE e do Centro dos Professores de Pernambuco (CPP): livros de atas e estatutos, recortes de jornais, boletins informativos, panfletos de eleições e publicações diversas, relatórios e resoluções de congressos e encontros.
Sujeitos da Pesquisa	Depoimentos com 03 professores e entrevistas com 04 professoras ligadas ao CPP. (Docentes ensino Básico)
Principais autores citados	Marcelino (1998); Requiça (1980); Elias e Dunning (1992); Bourdieu (1978); Dumazedier (2008) Paul Lafargue (1999); Gomes (2008)
Citações	<p>Mas, segundo Elias e Dunning (1992, p. 34), considerando que parte considerável do tempo livre das pessoas não é dedicada ao lazer, este é um problema que só pode ser abordado adequadamente quando se levar em conta que as suas características e funções específicas só podem ser compreendidas “se forem consideradas em relação não só com a ocupação profissional, mas também, com as rotinas do tempo livre”.</p> <p>- Segundo Dumazedier (2008, p. 24), a reflexão sobre o que fazer com o tempo fora do trabalho tem antecedentes longínquos e, provavelmente, é tão antigo quanto o próprio trabalho. Contudo, é a partir do século XIX, quando surgem os primeiros reflexos das reivindicações pela redução da jornada de trabalho, que esta passa a ser uma preocupação cada vez mais presente no dia a dia das pessoas.</p> <p>-Ele defende que é no tempo livre que as pessoas se libertam “a seu gosto da fadiga descansando, do tédio divertindo-se, da especialização funcional desenvolvendo de</p>

	<p>maneira interessada as capacidades de seu corpo ou de seu espírito” etc. Para o autor, os conceitos de tempo livre e lazer se confundem e este último possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial.</p> <p>- Para o autor, tempo livre é todo o tempo liberado de um duplo trabalho, quer este permita ou não o florescimento da personalidade, quer o tempo liberado seja ou não limitado pelo condicionamento social. Este tempo seria outorgado ao indivíduo pela sociedade quando este se desempenhou de suas obrigações profissionais, familiares, sócio-espirituais e sociopolíticas.</p> <p>- Concretiza-se em um tempo qualificado, redimensionado e ressignificado pelos sujeitos que o vivenciam. Ainda que vinculado ao aspecto tempo, ultrapassa e expande as delimitações colocadas pelos momentos instituídos para esse fim, uma vez que é fruto de tudo o que a humanidade vem produzindo social e culturalmente (Gomes, 2008).</p> <p>- De acordo com a autora, no primeiro momento, a valorização das atividades de lazer e das questões do tempo livre baseava-se nos princípios do movimento de recreação. Uma vez que, a recreação se revestia de uma finalidade social e era vista como parte da religião, da educação e do próprio trabalho, e não apenas como um conjunto de atividades. Enfim, a recreação havia se tornado um movimento de “altíssimo valor social” (Gomes, 2008, p. 89).</p> <p>- De acordo com Gomes (2008), o lazer, até então, era visto como algo vazio, como uma lacuna que deveria ser preenchida. A recreação, por outro lado, era vista como uma estratégia de educação e de controle social. Dessa maneira, a recreação era utilizada para organizar o “tempo de lazer” de indivíduos de diferentes faixas etárias, especialmente das massas trabalhadoras, preenchendo a lacuna do lazer e contribuindo para minimizar os perigos que poderiam advir do tempo ocioso.</p> <p>- Porém, nas sociedades mais diferenciadas e urbanizadas, este é, na maior parte das vezes, um tipo de trabalho altamente especializado e o seu tempo rigidamente regulado. Por isso, os membros destas sociedades têm em geral de fazer, no seu tempo livre, uma boa parte do trabalho sem remuneração. Assim, nestes tipos de sociedade, só uma parte do tempo livre das pessoas é voltada às atividades de lazer (Elias; Dunning, 1992).</p> <p>No esforço de uma classificação preliminar das atividades de tempo livre, os autores distinguem cinco esferas diferentes no tempo livre das pessoas, a saber: 1) trabalho privado e administração da família; 2) repouso; 3) provimento das necessidades biológicas; 4) sociabilidade; e, 5) atividades miméticas ou jogo. Essas esferas “se confundem e se sobrepõem de várias maneiras, mas que, todavia, representam categorias diferentes de atividades, que, até certo ponto, levantam problemas diferentes” (Elias; Dunning, p. 107-108).</p>
Resultados	<p>Na prática, realizavam tanto uma educação para o lazer como uma educação pelo lazer. Nesse sentido, no primeiro momento, as suas ações assumiam um papel educativo em que o lazer figurava como veículo e como objeto de educação. Buscavam, assim, garantir o incremento tanto do capital social como do capital cultural dos professores, através de uma ação pedagógica, que possibilitava a internalização de um habitus.</p>

02 - Fichamento da Dissertação: Estudo Sobre a Formação Cultural: A Semiformação do Professor do Ensino Estadual da Região Central da Cidade de São Paulo.

Autor(a) e Ano da defesa	Daniela Olorryama (2013)
Orientador(a)	Dr. Carlos Antônio Giovinazzo Júnior.
Universidade	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Título	Estudo Sobre a Formação Cultural: A Semiformação do Professor do Ensino Estadual da Região Central da Cidade de São Paulo
Palavras chaves	Formação cultural, semiformação; formação cultural de professores; tempo livre; Teoria Crítica da Sociedade.
Objetivo Geral	Identificar e analisar aspectos relacionados à formação cultural e às atividades do tempo livre dos professores. Investigou se os professores se ofereceram para fazer formação cultural, conforme definido por Adorno, e quais atividades desenvolviam no tempo livre ou em outros momentos da vida social.
Metodologia	Utilizou um roteiro de entrevista estruturado com sete temas: rotina de trabalho, formação inicial e continuada, participação política, autoformação, função da educação, tempo livre e tarefas diárias.
Fontes da Pesquisa	Entrevistas e textos relacionados à educação e ao uso do tempo livre.
Sujeitos da Pesquisa	21 profissionais do Ensino Fundamental II e Ensino Médio da Rede Estadual, que exercem a docência em escolas na região central de São Paulo. (Docentes ensino Básico)
Principais autores citados	Autores da Teoria Crítica da Sociedade - Max Horkheimer (2006), Theodor Adorno (2006) e Herbert Marcuse
Citações	<p>- Nas palavras de Horkheimer e Adorno (2006c, p. 105), a “violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas”, atrofiando-lhe a imaginação e espontaneidade, pois, quase tudo que se apresenta ao homem não passa do velho travestido de novo, que, por meio dos produtos de diversão e entretenimento, principalmente os oferecidos na “ocupação” do tempo livre, ocultam a mesmice em que o indivíduo foi submetido, sem que este perceba, ou tenha forças para a contraposição, que permanece subjugado, atrelado sempre a mesma lógica: a lógica do trabalho.</p> <p>-Por sua vez, quanto ao tempo livre, Adorno (2011b, p. 103) escreveu que a expressão anteriormente se referia ao ócio, tratava-se de um privilégio de uma vida folgada, conseqüentemente distinto do “tempo não livre, aquele é preenchido pelo trabalho e, poderíamos acrescentar, na verdade, determinado desde fora”. De acordo com o autor, o tempo livre “mantém as pessoas sob um fascínio”. Nem em seu trabalho, nem em sua consciência dispõem de si mesmas com real liberdade” (Adorno, 2011b, p. 103). Ainda segundo Adorno (2011b, p. 106)</p> <p>- Desta forma, faz-se imprescindível abordar o que é entendido como diversão e como tempo</p>

	<p>livre. De acordo com Horkheimer e Adorno (2006c, p. 113): a diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação de mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão às cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho.</p> <p>- O tempo livre da maneira que está circunscrito é tempo não-livre, mas administrado pelo trabalho, pois o “tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é um mero apêndice do trabalho”. Assevera que uma das características do tempo livre é não remeter as pessoas ao trabalho, mas também não lhes conceder folga do trabalho exigindo das pessoas um comportamento compatível a esse. Outro aspecto refere-se à forma de ocupação do tempo livre é que a sociedade impinge ao indivíduo o que deve ser feito neste tempo.</p> <p>-Adorno (2011b) alega que nas condições atuais, no estado de letargia, culmina o tédio. É deste que as pessoas buscam fugir preenchendo o tempo com o que lhe é oferecido em forma de distração, porém, “o tédio existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho” (Adorno, 2011b, p. 110).</p> <p>-Na acepção de Adorno (2011b) quanto ao tempo livre vê-se que as pessoas embora absorvidas pela determinação de ocupar-se constantemente também o podem fazê-lo de forma autônoma, desde que o façam como seres livres, contudo, para gozar de liberdade é imprescindível ao ser humano à manifestação da consciência, essa que o permite vislumbrar as contradições da realidade irreal em que está inserido.</p> <p>-Assim, observa-se que a formação cultural – mesmo que em colapso, após a instauração da semiformação, proliferada pela indústria cultural – pode extrair da própria “cultura” os elementos necessários, para que a expressão da barbárie, seja evitada, por meio da reflexão crítica. De acordo com Adorno (2006b, p.119) esta seria a principal exigência da educação: lutar para que as condições que levaram à Auschwitz sejam vencidas e que situações de violência não se repitam.</p> <p>-Todavia, empreender viagens de férias é (quase) obrigatório, dado o apelo da indústria cultural, sob o apelo – atualmente além dos trajetos já demarcados como mencionado Marcuse (2002) há também o atrativo dos pacotes turísticos oferecidos pelas agências sob o feitiço das promoções a preço baixos e com pagamento facilitado. Esse tempo deve ser ocupado de maneira prioritária pelo consumo de seus produtos.</p>
Resultados	<p>Os resultados indicaram que, há tendência de predominância dos elementos da semiformação no processo de formação do professor, assim como, os docentes tendem a desenvolver as mesmas atividades no tempo livre ou em outras ocasiões de sua vida social.</p>

03- Fichamento da Dissertação: O Tempo Livre como Palimpsesto do Tempo de Trabalho: Temporalidade e Ideologia.

Autor(a) e Ano da defesa	Marcelo Gonçalves Rodrigues (2016)
Orientador(a)	Dr. Ari Fernando Maia
Universidade	UNESP/Araraquara
Título	O Tempo Livre como Palimpsesto do Tempo De Trabalho: Temporalidade e Ideologia
Palavras Chaves	Temporalidade, Tempo Livre, Ideologia, Universidade, Professor Universitário, Educação.
Objetivo Geral	Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise teórica da temporalidade no capitalismo tardio com vistas a aprofundar os usos da temporalidade como ideologia. Essa análise se complementa com um estudo empírico cujo propósito é compreender os usos do tempo livre do professor universitário e os impactos na dimensão temporal do seu trabalho frente às tecnologias digitais e a aceleração dos processos materiais.
Metodologia	Entrevistas com professores universitários.
Fontes da Pesquisa	Entrevistas.
Sujeitos da Pesquisa	02 Professores universitários.(Docentes ensino superior)
Principais autores citados	Teoria Crítica da Sociedade. Para a crítica imanente foram utilizados clássicos como a obra de Adorno e Horkheimer – A dialética do Esclarecimento (1985). Educação e Emancipação (1995) de Theodor W. Adorno. O trabalho ensaístico “Teoria da Semiformação” (2010) de Adorno. O livro Sociedade excitada: filosofia da sensação (2010) de Christoph Türcke. A obra, sociedade do espetáculo (1997) de Guy Debord; Condição pós-moderna (2000) de David Harvey; Infância e história: destruição da experiência e origem da história (2008) de George Agamben; Aliénation et accélération (2010) de Hartmut Rosa.
Citações	<p>-Tanto Rosa (2010) quanto Crary (2014) são taxativos ao afirmarem que a aceleração da temporalidade social e da troca dos produtos é lesiva à capacidade da memória coletiva dos povos; o conhecimento histórico se perde sem deixar marcas, ao passo que aumenta a velocidade com que se declina a experiência e se comprime o tempo presente. Se a funcionalidade material incute novas estruturas de pensar e sentir o tempo, assim como há uma crise na própria experiência do espaço-tempo, como estariam as atividades mais nobres, ou atividades da Universidade e o tempo livre do docente frente às demandas céleres e ininterruptas do circuito digital e da tendência à operacionalização de suas funções? Poderia ser a universidade um oásis de desaceleração em meio ao frenesi da troca de mercadorias?</p> <p>- Primeiramente, é preciso entender que os usos do tempo livre na sociedade moderna tal como o tempo de trabalho alienado, dão mostras da impossibilidade de os sujeitos se determinarem como proprietários de seu trabalho e dos produtos do trabalho. Os meios de produção do capitalismo tardio, a indústria cultural com a recreação racional do lazer, administram e controlam a utilização do tempo livre de tal modo que ele se constitui também num interceptor arbitrário à liberdade.</p>

	<p>- Rosa (2010) afirma que só podemos ter vida e pensamento por fragmentos de tempo, estamos entregues à velocidade. Porém, para o campo da docência reconstituída como uma arena da confusão, essa dimensão temporal abalada abre questões para se refletir sobre o adoecimento docente e questionamentos sobre a qualidade da apropriação cultural que é possível nesse momento na Universidade. É nesse sentido que urge a crítica à aceleração do tempo nas instituições de ensino, culminando no produtivismo acadêmico, em contraposição à apropriação subjetiva e objetiva considerada adequada para se produzir conhecimentos minimamente aceitáveis em uma perspectiva intelectual, não pragmática.</p> <p>- É relevante também por ser uma via com duplo aviso no que concerne aos tempos educativos, cada vez mais, ordenados pela digitalização do conhecimento: afinal, como trabalha o professor na apreensão dos conteúdos culturais? Como, principalmente, mostra-se a sua capacidade de discernimento crítico em narrar qualitativamente suas experiências e sua auto-observação enquanto sujeito não livre no exato momento em que se postula o estado de livramento?</p> <p>- Vemos esses apontamentos no trajeto da aceleração do tempo livre dos trabalhadores. O tempo de trabalho dos sujeitos abarca significativamente o espaço de suas extensões sociais que há uma clara dificuldade em organizar o tempo fora do horário de trabalho. Na verdade, existe um embaraço ao se tentar estabelecer a causa do retraimento temporal ou a distinção desses processos de tempo. Existe um tempo disponível, mas, simultaneamente, não há usufruto dele. O tempo livre passa e quando se percebe, acabou e já é hora de voltar às atividades de trabalho.</p> <p>- Na releitura de Türcke (2010) se transubstanciam no uso intenso e repetitivo de aparelhos técnicos – que são ferramentas do trabalho antes de tudo – como computador, simuladores de jogos, a cultura sagrada do high tech da distração concentrada com a duplicidade de informações, entre outros, e, por sua vez, sedimentam a aceleração do ritmo de vida com todas as consequências lesivas à capacidade crítica, à experiência, ao estudo, à formação humana, instituindo a falência dos centros de pesquisa dando o tom da marca de nossa temporalidade plástica.</p> <p>- São dois aspectos salutares que o filósofo chama a atenção a esse respeito. Primeiro, o fundamento de distração desses choques nos filmes com imagens sequenciais rápidas e de grande impacto, é a concentração. Segundo essa consubstanciação de espetáculos já naquela época possibilitou que o tempo livre fosse fundido ao ritmo do trabalho. É por isso, a afirmação de que “a “real” subsunção do tempo livre se inicia com o filme”</p>
Resultados	<p>O tempo livre do docente universitário, se transubstanciou em um palimpsesto do tempo de trabalho, o que indica que se tornou urgente reflexões e pesquisas sobre a dimensão temporal na universidade e políticas de resistência para a reformulação radical desse quadro.</p>

04 - Fichamento da Dissertação: Os Tempos Sociais e a Docência na Educação Básica Em Goiás: A Proeminência dos Tempos de Trabalho.

Autor(a) e Ano da defesa	Luciene Correia Santos de Oliveira Luz (2017)
Orientador(a)	Dr. Revalino Antonio de Freitas.
Universidade	Universidade Federal de Goiás
Título	Os Tempos Sociais e a Docência na Educação Básica em Goiás: A proeminência dos tempos de trabalho
Palavras Chaves	Trabalho docente. Intensificação do trabalho. Trabalho extraclasse. Tempo livre.
Objetivo Geral	O objetivo foi investigar o trabalho docente da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás indo além dos espaços e tempos escolares vivenciados no seu cotidiano, abordando as particularidades desta profissão.
Metodologia	Metodologia qualitativa, as entrevistas constituíram-se na principal técnica de coleta de dados,
Fontes da Pesquisa	Entrevistas
Sujeitos da Pesquisa	(Docentes ensino Básico) Entrevistas a 10 professores(as) com no mínimo 10 anos de experiência no Ensino Fundamental em escolas públicas de Cachoeira Dourada, Itumbiara e Goiânia, Goiás.
Principais autores citados	Castel (2015), Dal Rosso (1996; 2008; 2010), Dumazedier (2008), Gorz (2004; 2005), Harvey (1992; 2011), Lazzarato (2011), Marx (2010), Marx e Engels (2002;2006), Moraes Neto (1986; 2000; 2003), Negri (2004), Pronovost (2007; 2011), Sue (1991; 1992; 1995)

<p>Citações</p>	<p>- O tempo destinado à realização dos processos de trabalho docente não se restringe à carga horária contratada pelas instituições educacionais, apresentando-se diante de outros tempos sociais de maneira hierárquica, suprimindo-os. É o caso do tempo livre que poderia ser utilizado para lazer, esportes, formação continuada, cuidados pessoais, dentre outros.</p> <p>- Desta maneira, no contexto da sociedade industrial, o tempo de trabalho se impõe em relação ao tempo livre e as sociabilidades e a produção econômica de bens e serviços baseiam-se, paulatinamente, nos valores relativos ao trabalho (Sue, 1991; Freitas, 2006).</p> <p>- O processo de intensificação do trabalho permeia os espaços laborais, como discutido anteriormente. Ao serem dispostos hierarquicamente como superiores diante de outros tempos sociais, os tempos de trabalho explicitam relações de poder na sociedade capitalista. Os/as trabalhadores/as flexíveis não apenas passam pela busca em eliminar os tempos mortos ainda presentes em sua jornada, como também veem sua vida pessoal ser atingida pelos tempos de trabalho, o que influencia as vivências daquilo que compõe esta esfera privada (Dal Rosso, 2008).</p> <p>- Ao ser comparado com o tempo de trabalho, o tempo livre é usufruído, em muitos casos, à margem da parcela do tempo concebido como essencial para a vida em sociedade: o tempo da obrigação e do compromisso, consiste, pois, no tempo que excede as jornadas de trabalho. Tomado como um mecanismo de recuperação da força de trabalho, seu acesso possibilitaria a retomada mais eficiente da produção industrial. O entendimento sobre o tempo livre perpassa o fato de ser entendido como oposto ao trabalho, o que torna imprescindível verificar como se apresentam as suas intersecções (Maya, 2008; Pronovost, 2011).</p> <p>- O tempo livre remete a um tempo tido como privilegiado e que pode ocasionar a elaboração de novos valores coletivos. É entendido como um benefício ao ser comparado com o tempo que é dedicado ao trabalho e se diferencia por se aproximar de sensações ligadas à liberdade, satisfação, criatividade e caráter lúdico. Associado à realização de momentos de lazer, de ócio, de fruição, de formação, de cuidados pessoais e de interação, corresponde a práticas educativas e culturais que proporcionam momentos de expressão, de criação e de aprendizagem (Pronovost, 2011).</p> <p>-Lafargue (1995) defende o direito à preguiça possibilitado pela redução das jornadas de trabalho e a ampliação do tempo de não trabalho. Em uma crítica à centralidade dada ao trabalho pelos próprios sujeitos envolvidos, aponta que este se constituiu em um dogma na sociedade capitalista e que traz consequências negativas e nocivas a eles. Por outro lado, o tempo de não trabalho estaria relacionado à liberdade do indivíduo e ao ócio. Porém, como já havia alertado Marx (2014), diminuir formalmente as jornadas de trabalho não consiste, obrigatoriamente, em uma queda no tempo de trabalho.</p>
<p>Resultado</p>	<p>O tempo livre dos/as docentes tem sido dedicado ao trabalho, gerando cansaço físico e mental. Existe um quadro de sofrimento. O tempo de trabalho invade outros tempos sociais, revelando relações hierárquicas.</p>

05 - Fichamento da Tese: Tempos cotidianos de professoras/es fora da escola: outras histórias.

Autor(a) e Ano da defesa	Geovani Silva (2014)
Orientador(a)	Doutora Inês Assunção Castro Teixeira
Universidade	Universidade Federal de Minas Gerais,
Título	“Tempos cotidianos de professoras/es fora da escola: outras histórias.”
Palavras Chaves	Tempo; Tempos Docentes; Tempo Livre; Professoras/as; Tempos Cotidianos.
Objetivo Geral	Focalizar o tempo livre como tempos liberados de critério profissional, analisando recessos, férias e finais de semana.
Metodologia	Questionários, entrevistas, análises de informações, correspondências e mensagens de internautas durante 2013.
Fontes da Pesquisa	Questionários e entrevistas.
Sujeitos da Pesquisa	(Docentes ensino Básico) Professores de redes públicas e particulares de Educação Básica em Porto Seguro, Bahia.
Principais autores citados	Erich Weber (1969); Norbert Elias (1998); Eric Dunning (1992). Jurgen Habermas (1982), Theodor Adorno (2009), Hebert Marcuse (1967); André Gorz (2007).
Citações	<p>- O processo alienador do modo capitalista, com a promessa de que o indivíduo tudo podia ter, a partir da venda da sua força e do seu tempo, estimulou-o a trabalhar mais, a intensificar os seus ritmos e a ampliar a sua jornada de trabalho. Assim, as/os trabalhadoras/es, esgotadas/os das suas forças e capacidades físicas, psíquicas, intelectuais, sem a liberação do tempo, deixaram de ser senhoras/es dos seus corpos, do emprego que fazem de si mesmas/os, das escolhas de suas próprias atividades, dos seus objetivos e das suas obras (Gorz, 1982, p. 11).</p> <p>-Num prisma histórico, conforme Cássio Aquino e José Martins (2007, p.481), a sociedade moderna imputou do tempo livre o ócio, ou seja, “não contempla a orientação para ser/existir num tempo de ‘nada fazer’”, o que se refere ao privilégio de uma vida folgada, livre de qualquer sugestão externa do que fazer, algo qualitativamente distinto e muito mais grato, também segundo Theodor Adorno (2009). Nesse tempo, os indivíduos experimentam “a sensação de vivenciá-lo sem nenhum tipo de pressão ou compromisso com a produtividade, um tempo de compromisso consigo mesmo”. Contudo, o consumismo o deteriorou, o mercantilizou, o coisificou e o empobreceu de significados, completam Cássio Aquino e José Martins (2007, p. 481-482).</p> <p>- Nesse cenário, “o tempo livre está acorrentado ao seu oposto”, na expressão de Theodor Adorno (2009, p. 63). Nele se prolonga a não liberdade, pois não há condição de escolha, nem no trabalho nem em sua consciência; os afazeres já estão sumariamente determinados e apresentam traços essenciais da sociedade que os organizou segundo o regime do lucro, graças às invenções tecnológicas e à indústria cultural.</p>

	<p>- Sendo assim, para o autor, a distinção entre tempo livre e tempo de trabalho nada mais é do que uma estratégia de um completar o outro, ou seja, o segundo segue como sombra do primeiro, simultaneamente. De um lado, assegura Theodor Adorno (2009), está o tempo de trabalho, no qual o indivíduo deve estar concentrado, não deve se distrair, conversar, cometer disparates, pois esse é o tempo da produção, do rendimento e da atenção redobrada. De outro, o tempo livre, no qual o indivíduo deve relaxar, vivenciar outras experiências, consumir, sentir-se bem, para que possa, depois, trabalhar melhor, com mais disposição. Entretanto, “por debaixo do pano, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas”.</p> <p>- Por esse motivo, o tempo livre fica cada vez mais escasso para as/os trabalhadoras/es. Em cada época a sociedade vai imprimindo novas formas de ocupá-lo, seja com mais trabalho, seja com a indústria cultural, que proporciona um conjunto de entretenimentos que ocupam milhares de pessoas. Para centenas de indivíduos a ocupação do chamado tempo livre é com mais trabalho. Para outros, é com o fascínio dos eventos, passeios, parques, shoppings, brinquedos eletrônicos, dentre outros. Isso significa que as pessoas vivem subjetivamente convictas de que agem por vontade própria, contudo o “tempo livre” é modelado, ou seja, há uma intenção em propiciar aos indivíduos momentos de lazer e outras práticas culturais, para lhes cobrarem mais disposição e produção, do mesmo modo que cada dia que passa eles se desdobram em trabalhos sem fim.</p> <p>- A sociedade industrial avançada impõe amplas exigências econômicas e políticas sobre o indivíduo, fazendo-o trabalhar e consumir cada vez mais. Tal fenômeno, na concepção de Herbert Marcuse (1967), expropria o tempo que deveria ser livre e oferece alternativas de relaxamento e diversão ideologicamente determinadas, em função da distinção de gostos, por grupos economicamente distintos. Ou seja, cada um compra as atividades de tempo livre que a sua condição financeira lhe permite.</p> <p>- De outra parte, George Friedmann (1972) considera que o desgaste proporcionado pelo tempo de trabalho cria a necessidade de evasão, um impulso desesperado para o lazer. Segundo o autor, as condições modernas de trabalho oprimem as pessoas de tal modo, que a fuga para uma atividade de lazer torna-se necessária para uma vida melhor. O autor acredita que o tempo fora do trabalho é imprescindível para a humanização, todavia a sedução avassaladora do consumo capitalista e da indústria cultural tem seduzido de tal modo os indivíduos que estes tendem a preencher os seus tempos livres com atividades remuneradas, para sustentar as suas necessidades de consumo, causando tensão, preocupação, estresse, não rara infelicidade.</p>
Resultados	O tempo vivido pelos professores é moldado por elementos históricos, mercantis e educacionais, influenciando suas vidas, presentes, passados e futuros.

06 - Fichamento da Tese: O Tempo de Trabalho e o Tempo “Livre” dos Professores Municipais de Santa Maria/RS.

Autor(a) e Ano da defesa	Daniele Rorato Sagrillo (2015)
Orientador(a)	Dra. Sueli Menezes Pereira
Universidade	Universidade Federal de Santa Maria

Título	“O Tempo de Trabalho e o Tempo “Livre” dos Professores Municipais de Santa Maria/RS”
Palavras chaves	Trabalho docente. Tempo de trabalho. Tempo livre.
Objetivo Geral	Analisar e compreender os tempos docentes na configuração atual do trabalho e das reformas educacionais.
Metodologia	Pesquisa de métodos mistos, Análise de Conteúdo, uso do software IRAMUTEQ para definição das categorias de análise
Fontes da Pesquisa	Questionários e entrevistas.
Sujeitos da Pesquisa	(Docentes ensino básico) 312 participantes responderam questionários, 9 colaboradores responderam entrevistas semiestruturadas.
Principais autores citados	Marx (1985); Lessa (2007), Antunes (1999, 2003), Oliva- Augusto (2002),
Citações	<p>Marx (1996, p. 111) chama atenção para as consequências desse movimento intenso do tempo de exploração do trabalhador, que tornaria o trabalhador, cuja vida está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, uma “besta de carga”, uma “simples máquina”, “fisicamente destruída e espiritualmente animalizada”.</p> <p>Enquanto muitos defendiam o direito ao trabalho, Paul Lafargue, em 1881, foi o primeiro a defender o direito à preguiça, não como apologia ao fim do trabalho, mas como crítica radical à forma alienada de trabalho decorrente do que denomina – religião do trabalho – verdadeiro credo da burguesia.</p> <p>Thompson (1998) afirma que a construção de uma forma diferenciada de representação em relação ao tempo de trabalho e de tempo livre foi sendo imposta pelo capital através de suas inúmeras estratégias, o que tornou o tempo de trabalho como um tempo único nas sociedades industriais, limitando os demais tempos sociais. Mas, esse processo ocorreu mediado por muitas ações dos trabalhadores para se opor a estas mudanças, “a transição foi demorada e carregada de muitos conflitos”. A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceitado as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro.</p> <p>Com a transformação ocorrida na representação dos trabalhadores sobre seu tempo de trabalho e de vida, volta-se ao ponto de partida desta seção sobre o tempo, considerando que, na atualidade, para as pessoas “ganhar” tempo e não “perdê-lo” tornou-se uma obsessão, “elas são esmagadas pelos ritmos e pelos programas que se lhes impõem através de todas as malhas sociais, tanto no trabalho quanto fora dele”. (Oliva-Augusto, 2002, p. 98).</p> <p>Gorz (1987, p. 12) defende que o aumento crescente do uso tecnológico gerará a “abolição do trabalho”, propondo duas alternativas: “a que leva a uma sociedade do desemprego, e a que leva a uma sociedade do tempo livre”. Ao optar-se pela segunda, a redução da jornada propiciaria um tempo maior para o trabalho autônomo e para outras atividades não econômicas, determinando a passagem da</p>

	<p>sociedade fundada no trabalho para a do tempo livre.</p> <p>De Masi (2000) defende que o avanço da tecnologia permite que a humanidade se liberte de tanto trabalho e aproveite melhor o tempo livre, no que o autor chama de economia do ócio, “Ócio Criativo”, para tal, sugere uma redução drástica na jornada de trabalho, o trabalho a distância e o fim do excesso de procedimentos nas instituições.</p> <p>Conforme Antunes (1999), quando a dupla dimensão do trabalho (concreto e abstrato) não é considerada, a luta concentra-se no tempo livre/liberado, na realização romântica do trabalho que avilta e do tempo (fora do trabalho) que liberta, desconsiderando a forma totalizante e abrangente do capital, que engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idealidades.</p> <p>A possibilidade de existir um tempo livre diferente, ou "melhor", que possa “solucionar” ou “emancipar” o ser humano e que esteja ligado a um tempo de trabalho como o que hoje se apresenta na sociedade capitalista seria muito restrita. Nas palavras de Antunes (2001, p. 22), “não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado/alienado com tempo (verdadeiramente) livre”. “Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora dele”.</p> <p>Para Oliva-Augusto (2002), vive-se um paradoxo, por um lado, o necessário aumento do tempo livre, por outro, temos um tempo livre dominado pelo consumo e por ações de não constituições humanas. A autora destaca que a utilização do tempo livre com atividades prazerosas e significativas, vinculadas ao estudo, à arte ou ao artesanato, não é mais capaz de preencher as expectativas das pessoas, o que indicaria que a dimensão do consumo passou a ocupar todos os domínios.</p>
Resultados	Os resultados obtidos comprovam o prolongamento da jornada de trabalho dos professores no e para além do espaço escolar, contratual e remunerado; a precarização e intensificação do trabalho docente; a desestabilização do trabalho docente com estatuto de “estável”.

07 - Fichamento da Tese: - Trabalho e Tempo Livre: A Atividade do Professor Universitário no Contexto da Crise Contemporânea do Capital

Autor(a) e Ano da defesa	Francisco das Chagas da Silva (2017)
Orientador(a)	Dr. Nelson Rosário de Souza
Universidade	Universidade Federal do Paraná
Título	Trabalho e Tempo Livre: A Atividade do Professor Universitário no Contexto da Crise Contemporânea do Capital
Palavras chaves	Crise do capital. Mudanças no “mundo do trabalho”. Professor. Atividade de trabalho. Tempo livre.
Objetivo Geral	O objetivo é analisar a relação entre a atividade de trabalho e o tempo livre do professor universitário a partir do contexto da crise contemporânea do capital.

Metodologia	Como instrumentos metodológicos para coleta dos dados empíricos, utilizamos questionários e entrevistas semiestruturadas.
Fontes da Pesquisa	A análise tem como base os dados/informações contidos nos questionários e depoimentos/relatos dos professores-participantes, além de documentos institucionais.
Sujeitos da Pesquisa	(Professores do ensino superior) A pesquisa empírica teve como locus a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, contemplando professores de 8 (oito) Departamentos, abrangendo todos os Centros Acadêmicos desta universidade: Centro de Biociências – CB; Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA; Centro de Ciências da Saúde – CCS; Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA; Centro de Educação – CCSA; Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES/UFRN; Centro de Tecnologia – CT
Principais autores citados	Marx,(2007), Bourdieu (2004),Lukács, (2013), Lessa (2002); Elias (1998), De Masi (2010), Cardoso (2009), Dal Rosso (2008), Zarifian (1996).
Citações	<p>Para a concepção grega, era próprio da natureza do escravo ter de trabalhar, assim como era da natureza do homem livre viver do ócio e da política; enfim, a este pertencia o tempo livre e a vida contemplativa. De acordo com Carmo (1992), Aristóteles, por exemplo, “considerava que, sendo impossível a vida sem o necessário para a sobrevivência, a humanidade não poderia abrir mão dos escravos. A escravidão era encarada como uma lei natural [...]” (Carmo, 1992, p. 17).</p> <p>Na Grécia, usava-se o termo <i>skolé</i> (de onde origina a palavra escola) para designar o ócio ou tempo livre e a valorização do exercício da contemplação, da verdade, da bondade, da sabedoria. Como já vimos anteriormente, entre os gregos antigos, o tempo livre (do trabalho/labor ou das preocupações com as necessidades cotidianas) era um dos critérios fundamentais para que o indivíduo fosse considerado cidadão. Isso era importante porque na concepção dos pensadores da Grécia antiga, tempo livre significava, também, tempo e capacidade de participar na polis, de administrar ou governar os negócios da cidade em um espaço público sem a preocupação com as tarefas cotidianas. O ócio (<i>skolé</i>) era considerado um fim, um ideal de vida.</p> <p>Em nossa concepção, neste trabalho de pesquisa, como dito na introdução, o tempo livre é definido por duas características que precisam ser esclarecidas. Primeiramente, o tempo livre pode ser entendido como aquele tempo liberado, isto é, o tempo do indivíduo para além do tempo formal/informal de trabalho, mas, que se encontra (objetiva e/ou subjetivamente) ocupado com atividades de trabalho, e/ou ainda sob sua pressão ou interferência, e que pode estar, direta ou indiretamente, de alguma forma, condicionado ainda pelo trabalho.</p> <p>Segundo, o tempo livre também tem a característica de ser o tempo disponível, ou seja, aquele tempo realmente livre, com um fim em si mesmo, no sentido de não estar de alguma forma submetido a ocupações ou preocupações laborais e/ou determinado, direta ou indiretamente, por atividades de trabalho, e, portanto, de fato, disponível para fruição e/ou efetivo desenvolvimento das potencialidades realmente humanas.</p> <p>Podemos concluir, então, que, por vários motivos, já apresentados, o professor universitário está dedicando mais tempo a atividades de trabalho. Esse prolongamento do tempo de trabalho, que invade e consome o tempo livre do professor universitário, faz parte de um processo histórico (e contraditório) de apropriação indevida do tempo livre de outro. É o que denominamos nesta tese, de tempo livre usurpado.</p>

Resultados	Nos últimos anos, ocorreu um prolongamento do tempo dedicado a atividades de trabalho, comprometendo, assim, de várias maneiras, a própria atividade, o tempo livre e até mesmo o tempo de vida do professor universitário que, aqui, denominamos (esse processo) de usurpação do tempo livre, ou tempo livre usurpado.
-------------------	---

08 - Fichamento da Tese: Trabalho, Intensificação e o Tempo Livre do Docente da Universidade do Estado do Pará

Autor(a) e Ano da defesa	Zaira Valeska Dantas da Fonseca (2017)
Orientador(a)	Dra Olgaíses Cabral Maués.
Universidade	Universidade Federal do Pará
Título	Trabalho, Intensificação e o Tempo Livre do Docente da Universidade do Estado do Pará
Palavras chaves	Política Educacional; Ensino Superior; Trabalho Docente; Tempo Livre.
Objetivo Geral	Com base no Materialismo Histórico-Dialético, este estudo objetivou analisar as repercussões das políticas públicas educacionais no trabalho dos docentes da UEPA, identificando as possíveis interferências que estas possam ter no tempo livre desse profissional.
Metodologia	A pesquisa de campo foi realizada com aplicação de um questionário semiestruturado, contendo trinta e seis questões, organizadas de forma a obter dados relativos ao perfil funcional dos docentes, aos aspectos da realização do trabalho docente na UEPA e a propósito das atividades realizadas no tempo livre dos professores.
Fontes da Pesquisa	Questionário semiestruturado
Sujeitos da Pesquisa	(Docente Ensino Superior) Docentes efetivos da Universidade do Estado do Pará, que atenderam aos critérios de ter no mínimo cinco anos de trabalho na IES, experiência com pesquisa e/ou extensão e estar em plena atividade docente durante a realização da pesquisa.
Principais autores citados	Dumazedier, (1980); De Masi, (1999); Padilha, (2000); Marx (2011), Kosik (2002) Peixoto (2011)
Citações	Pode-se dizer, assim, que a criação de tempo livre está relacionada à diminuição do tempo dedicado ao trabalho socialmente útil em que o tempo livre é “tempo não exigido para a subsistência imediata” (Marx, 2011, p. 530, grifos nossos). Sobre isso, Antunes afirma: Como o sistema global do capital dos nossos dias abrange também as esferas da vida fora do trabalho, a desfeticização da sociedade do consumo tem como condição imprescindível a desfeticização do modo de produção das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona decisivamente a ação pelo tempo livre com a luta contra a lógica do capital e a vigência do trabalho abstrato (Marx, 2001, p.22)

	<p>Kosik (2002) ressalta que as aparentes divisão e independência entre liberdade e necessidade são um produto histórico da divisão social do trabalho, gerado pelo capital, que põe em pólos opostos trabalho e liberdade.</p> <p>O debate, ensejado por Marx (2012), acerca da apropriação do tempo do trabalhador pelo capital coloca em pauta a necessidade também de refletirmos sobre como a subsunção do trabalho docente ao capital influencia no processo de fruição do tempo livre e no modo pelo qual o trabalhador docente vem perdendo/exercendo esse direito.</p> <p>Nesse caso, tal conquista deve se dar na luta “pelo direito ao trabalho reduzido e pela ampliação do tempo fora do trabalho (o chamado tempo livre), sem redução de salário” (Antunes, 2001, p.24).</p> <p>Assim, por entender que o debate a respeito da ampliação do tempo livre ou do gozo do tempo livre pela classe trabalhadora é crucial para o processo de transformação das relações de trabalho e do modo de produção capitalista e, ainda, conforme aponta Marx (2012), por entender que a criação de uma jornada normal de trabalho é mola propulsora da luta de classes, compreende-se este tema como de extrema relevância para a organização dos trabalhadores da educação, em especial, dos docentes que atuam no ensino superior, mas que ainda se ressentem de estudo aprofundado. É sob esta compreensão que se identifica a nova contribuição deste estudo para as análises da reestruturação do trabalho docente na atualidade.</p> <p>Para a possibilidade de comprovação de que a categoria docente universitária vem sendo usurpada do “direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre, que permite a produção e o usufruto da arte, da literatura, da música; daquilo que convencionamos chamar de cultura” (Peixoto, 2011, p.341)</p> <p>Estudos anteriores (Bosi, 2007; Mancebo, 2007; Maués, 2010; Sguissardi; Silva Júnior, 2009) demonstram que o trabalho docente é um dos principais elementos do ensino superior que vem sendo alterado pelas políticas públicas educacionais.</p> <p>Ao analisar estes estudos e os demais já citados anteriormente, é possível notar que o tempo do trabalhador docente é um dos elementos mais atingidos pelas políticas educacionais, tendo no processo de intensificação e precarização do trabalho docente sua principal causa. Por vezes, é possível encontrar nos estudos já citados, em especial nos de Farias (2010), Maués (2010), Mota Júnior (2011), passagens nas quais os docentes revelam que têm seu tempo de trabalho modificado e prolongado em virtude do produtivismo acadêmico impelido pela lógica neoliberal, que tem nas instituições governamentais e nas agências de fomento à pesquisa seus principais representantes.</p>
Resultados	<p>O ritmo de trabalho aumentou, e o controle do trabalhador docente pela instituição onde atua passou a ser maior, em consequência, o tempo livre é usurpado gradativamente do docente, fazendo com que este pouco usufrua de outras atividades de livre escolha.</p>

A LUTA SINDICAL A PARTIR
DAS GREVES DO ANDES-SN
AO LONGO DA HISTÓRIA



ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS



Quando se esgotam as possibilidades de diálogo e negociação, o instrumento de luta da classe trabalhadora é a greve. Durante décadas, os movimentos grevistas foram a última saída em vários momentos.

O conceito de grande greve geral, no Brasil, surgiu em 1917, quando a insatisfação dos operários levou à deflagração da primeira e maior paralisação de trabalhadores do país. Denominada como Greve Geral, teve origem em São Paulo e propagou-se por diversas capitais como Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro. A greve, que durou 30 dias e reuniu cerca de 70 mil trabalhadores e trabalhadoras, foi marcada pela forte presença das mulheres operárias.



Histórico das greves dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)

1980

Duração: 26 dias

Ifes em greve: 19 universidades e 7 escolas

Resultado:

- Aumento Salarial de 82,25% para Servidores/as Públicos/as Federais (SPFs);
- Aprovação do Novo Plano de Carreira do Magistério Superior das Ifes;
- Reenquadramento dos/as docentes.

1981

Duração: 20 dias

Ifes em greve: 19 universidades e 5 escolas

Resultado:

- Reposição salarial de 30% para docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) autárquicas, a partir de 01/01/1982;
- Reenquadramento dos/as colaboradores/as discriminados/as;
- Recuo do governo em transformar universidades autárquicas em fundações.

1982

(1ª vez que ANDES-SN e Fasubra fizeram mobilização conjunta)

Duração: 32 dias

Ifes em greve: 18 universidades e 3 escolas

Resultado:

- Recuo do governo na implantação, via decreto, do ensino pago nas universidades federais e da transformação das autarquias em fundações.

1984

Duração: 84 dias

Ifes em greve: 19 universidades e 8 escolas

Resultado:

- Encerramento da greve sem atendimento das reivindicações, com continuidade da negociação em uma comissão instituída para esse fim;
- Em janeiro de 1985, reposição salarial de 20% para docentes das autarquias, interpretado como resultado da greve de 84.

1985

Duração: 45 dias

Ifes em greve: 19 universidades

Resultado:

- Novo Plano de Cargos e Salários para as IES fundacionais, com isonomia salarial, a entrar em vigor em janeiro de 1986. (Algumas categorias docentes tiveram, em 86, ganho superior a 50%);
- Liberação de 60 bilhões de cruzeiros para IES fundacionais.

1987

Duração: 44 dias

Ifes em greve: 45 autarquias e fundações

Resultado:

- Aprovação e regulamentação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), cuja nova tabela salarial teve efeito financeiro retroativo a abril de 1987.

1989

Duração: 66 dias

Ifes em greve: 42 universidades e institutos

Resultado:

- Reposição salarial de 30% para os SPFs em geral, em maio/89;
- Compromisso de liberação de verbas para a manutenção das Ifes, no montante de 453 milhões de cruzados novos;
- Alterações no plano de carreira com incentivo para Dedicação Exclusiva (DE) no caso de docentes do 3º grau;
- Aumento da progressão horizontal de 4% para 5%;
- Autorização de contratação de 760 docentes e de 1340 Técnicos Administrativos em Educação (TAE);
- Direito à aposentadoria integral.

1991

Duração: 107 dias

Ifes em greve: 45 universidades e institutos

Resultado:

- Rejeição, pelo Congresso Nacional, da Medida Provisória (MP) que excluía docentes e TAEs dos reajustes propostos pelo governo;
- Reajuste salarial de 20% para os/as SPFs e correção da tabela de vencimentos para os/as docentes;
- Novo reajuste com índice que variou de 20% a 48,8%;
- Aumento das gratificações por titulação de 15% para 25% (mestrado); de 25% para 50% (doutorado);
- Gratificação de 12% (especialização);
- Aumento da Gratificação de 50% para 55%.

1993

(1º movimento com apoio das e dos estudantes)

Duração: 28 dias

Ifes em greve: 43 universidades

Resultado:

- Anistia aos/às servidores/as em greve;
- Reajuste de 85% (escalonado);
- Aprovação de política salarial até junho de 1994;
- Isonomia: concedida elevação da GAE escalonada.

1994

Duração: 50 dias

Ifes em greve: 38 universidades

Resultado:

- STF decide que os SPFs têm direito à greve, que deve ser regulamentada pelo Congresso Nacional;
- Movimento resiste à ameaça do governo de cortes de ponto e demissões.

1995

Duração: 23 dias

Cerca de 15 mil docentes paralisados

Resultado:

- Afastada a possibilidade de privatização das instituições públicas;

1996

Duração: 56 dias

Ifes em greve: 45

Resultado:

- Promessa de discussão sobre mais contratações e verbas para as Ifes.

1998

Duração: 103 dias

Ifes em greve: 51 universidades

Resultado:

- Gratificação de Estimulo à Docência (GED);
- Adicionais de remuneração aos docentes;

2008

Duração: 112 dias

Ifes em greve: 39 universidades

Resultado:

- Suspensão da greve em 19/12 por não haver possibilidade de negociação com o governo federal. Os montantes financeiros destinados no orçamento de 2009 (R\$790 milhões) para os/as professores/as das carreiras de 1º e 2º graus e do magistério do ensino superior foram resultantes da greve.

2012

Duração: 125 dias

Ifes em greve: 60 universidades

Resultado:

- Após simulacro de acordo assinado pelo Proifesp, o governo federal enviou o PL 4368/12 ao Congresso Nacional. Aprofundamento da desestruturação da carreira, com reajuste dos salários base, variando entre 25% e 40% em relação a março de 2012, dependendo do nível da carreira, parcelados em: 50% em 2013, 30% em 2014 e 20% em 2015;
- O cargo de titular, antes provido por concurso público como uma carreira distinta, é incluído com uma classe nas carreiras do Magistério Superior e de EBTT.

2015

Duração: 139 dias

Ifes em greve: 39 universidades

Resultado:

- Reajuste de 5,5% para agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017.

2016

Duração: 26 dias

Ifes em greve: 44 universidades

Resultado:

Um dos principais objetivos da greve foi impedir a aprovação da Emenda Constitucional 95 (anteriormente, PEC 55/2016). Este objetivo foi frustrado. Outros retrocessos para a categoria e para o conjunto da classe trabalhadora passaram a ser intensificados, a partir do ano de 2016.



- As servidoras e os servidores públicos podem fazer greve! A base legal reside na Constituição Federal e nas demais normas legais existentes, além de decisões tomadas no Supremo Tribunal Federal (STF).

- A greve não pode ser o primeiro passo em busca da realização das reivindicações. Conforme temos feito na construção da greve unificada, ela deve ser precedida de um procedimento preparatório, que tem início na elaboração da pauta de reivindicações, sua posterior aprovação pela categoria, sua apresentação perante a autoridade estatal competente e medidas concretas de negociação (ou ao menos tentativas de) desta pauta.

- A própria Lei de Greve, cuja aplicação ao servidor público é aceita pelo STF, expressamente protege o grevista da demissão no artigo 7º, parágrafo único. A possibilidade de corte de vencimentos durante a greve é sempre decidida caso a caso, dependendo da motivação da greve, da categoria envolvida, e de outras circunstâncias, no caso do movimento docente o compromisso com a reposição das aulas.

- A greve é um instrumento coletivo de pressão, de forma que o acatamento das deliberações da assembleia e do comando de greve é fundamental para a eficácia do movimento. Não se intimide com as pressões e ameaças que serão feitas pelo governo. A greve é um direito legítimo e, durante este período, o empregador não pode impor exigências ao empregado, já que a relação está temporariamente suspensa.

RAZÕES PARA ADERIR À GREVE COM O CONJUNTO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO SERVIÇO PÚBLICO:

- Nossos salários estão congelados, muito defasados, em um contexto de inflação galopante;
- Nossa carreira corre o risco de ser extinta e o serviço público privatizado;
- O processo de intervenção nas Ifes segue em curso;
- Os cortes orçamentários no financiamento das Ifes e do sistema de Ciência e Tecnologia foram aprofundados;
- O ensino médio integrado e nossa liberdade de ensinar estão ameaçados.

Material produzido com pesquisa/informações de:

Fabiana Reinholz, Brasil de Fato;
Ana Lúcia Barbosa Faria;
Igor Mota Morici;
Sindcefet-MG/ANDES-SN.

Revisão Textual: Renata Maffezoli

Projeto gráfico e diagramação: Angel Holanda

